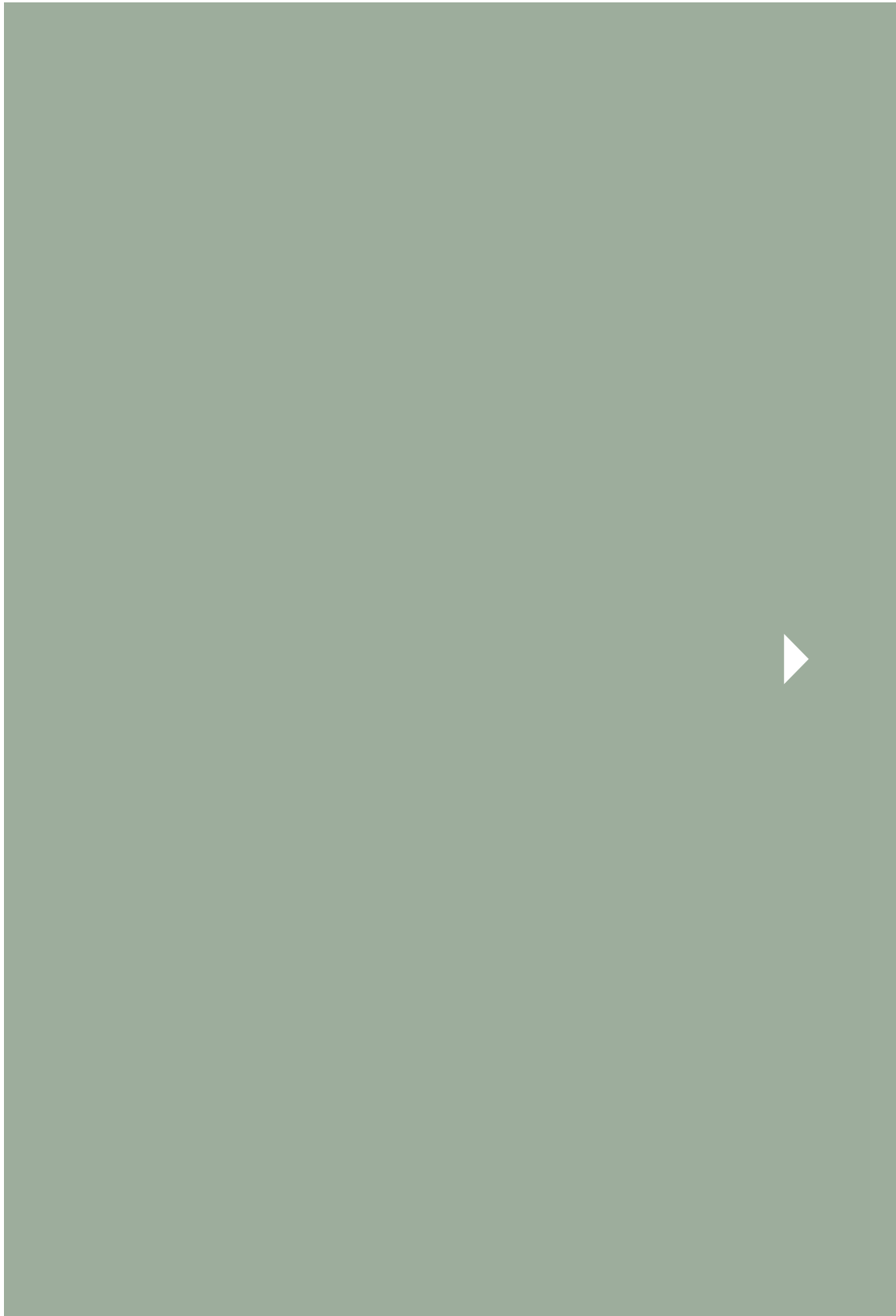


ação midiática



Dossiê O que é um meio? Perspectivas teórico-filosóficas

18 Estudos em
Comunicação,
Sociedade e Cultura



A stylized speech bubble icon consisting of a dark blue circle with a light blue circle inside it, and a small tail pointing towards the bottom left.

sumário



sumário

1. Editorial

07

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.01

2. O que é Filosofia dos Meios?, de Lorenz Engell

14

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.02

3. A gênese e o meio da Filosofia dos Meios, de Johannes Bennke

30

Artigo recebido em: 01/07/2019

Artigo aprovado em: 01/07/2019

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.03

4. Mídia, história, cultura e técnica na teoria alemã das mídias, de Marcio Telles

51

Artigo recebido em: 10/05/2019

Artigo aprovado em: 01/07/2019

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.04

5. Reflexões e reflexos a partir da perspectiva mídio-filosófica de S. Krämer, de Thaís Amorim Aragão

71

Artigo recebido em: 10/05/2019

Artigo aprovado em: 25/06/2019

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.05



sumário

6. Surpreendidos pela ação – mediação pelas Sociologias Pragmáticas Francesas, de Tiago Barcelos Pereira Salgado

94 Artigo recebido em: 09/05/2019
Artigo aprovado em: 01/07/2019
DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.06

7. Por uma teoria dos espelhos – notas sobre uma ontologia geral dos meios, de Márcio Carneiro dos Santos

117 Artigo recebido em: 05/03/2019
Artigo aprovado em: 25/06/2019
DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.07

8. Numa encruzilhada, dois campos: a lágrima como meio nas experiências do sagrado e de luta política contra-colonial do Rosário negro e do Ñembo’e Kaiowá, de Luciana de Oliveira e Bárbara Regina

131 Artigo recebido em: 10/05/2019
Artigo aprovado em: 25/06/2019
DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.08

9. Doce, proibido, tentador: A quaternidade mítica e o papel da comida no filme CHOCOLATE

154 Artigo recebido em: 04/12/2018
Artigo aprovado em: 17/04/2019
DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.09



sumário

10. NOVAS ELEIÇÕES, NOVAS ESTRATÉGIAS? O HGPE dos candidatos à prefeitura de Curitiba em 2012 e 2016

175 Artigo recebido em: 05/02/2019
Artigo aprovado em: 25/04/2019
DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.10

11. O objeto de estudo do Jornalismo

202 Artigo recebido em: 15/04/2019
Artigo aprovado em: 25/06/2019
DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.11



editorial

dossiê

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.01



O que é um meio? **Perspectivas teórico-filosóficas**

A caminho do meio

Um meio, quando em operação, quer ser esquecido. Seja em seu sentido comunicacional (mídia, meios de comunicação, de informação e de expressão), geométrico (um meio entre dois pontos, o espaço-entre), cronológico (o meio-dia, um intervalo, o presente, o transitório), lógico e quantitativo (o meio termo, a média) ou mesmo qualitativo (o mediano, o misturado), um meio instaura uma relação entre elementos díspares que só existe *através* dele. Contudo, para manter essa relacionalidade em evidência, o meio, paradoxalmente, deve “passar despercebido”. Um bom mediador ou entrevistador, por exemplo, deve “desaparecer” para dar lugar aos participantes ou entrevistados. Um médium ou um “cavalo” deve sacrificar suas características particulares para conjurar a presença de uma ausência de uma entidade ou espírito. Ou ainda, quando lemos um livro, vemos um filme ou ouvimos uma música, os aspectos materiais (letras impressas num papel, projeção em uma tela, ondas sonoras etc.) devem ceder lugar à percepção daquilo que essas formas presentificam em forma de leitura, visualização, audição. Basta apenas uma página em falta, um erro de impressão, uma falha na projeção ou ruído para que

o meio surja como um problema – o que, inevitavelmente, provoca o fim do processo de mediação. Essa espécie de “curto-circuito” demonstra a dificuldade de tematização de um meio no momento de sua operação, não importa qual sua finalidade: meios transmitem, traduzem, transportam, armazenam, suplementam, mostram etc., mas não são transmitidos, traduzidos, transportados, armazenados etc. nestes mesmos processos que eles possibilitam e “com-formam”.

Os sete textos reunidos neste dossiê enfrentam este paradoxo inerente à figuração e definição de meio a partir de diferentes abordagens e tradições. As perspectivas teórico-filosóficas apresentadas aqui não apenas desdobram os significados do próprio conceito e seus derivados (meio, mídia, médium, *mass media*), como também atuam em uma lacuna existente entre as Ciências da Comunicação praticadas no Brasil e os Estudos de Mídia desenvolvidos em outros países. Logo, este dossiê também pode ser lido como uma pequena amostragem da recepção acadêmica nacional dos debates transnacionais em torno de uma ciência/teoria/filosofia dos meios. Talvez porque os meios estejam estruturalmente destinados à própria desapareição, o debate teórico sobre suas especificidades tenha ficado à margem durante a institucionalização no Brasil das Teorias da Comunicação, muito mais preocupadas com processos ou efeitos comunicacionais dos meios massivos de informação. Para além da sedimentada noção de meio apenas como um instrumento técnico de registro, transformação e transmissão, os Estudos de Mídia e, mais recentemente, a Filosofia dos Meios, nos ensinam que o conceito de meio possui uma longa tradição na história do pensamento. Ao menos desde a obscura noção platônica de *khôra* e a teoria da percepção de Aristóteles e seu conceito de espaço-entre (*metaxú*), passando pela escolástica (com a tradução de Tomás de Aquino do *metaxú* aristotélico para *medium*), pelo conceito hegeliano de mediação (*Vermittlung*) e, já no século XX, a partir das obras de autores como Fritz Heider,

Jacques Derrida, Friedrich Kittler, Hans-Ulrich Gumbrecht, Lorenz Engell, Stefan Münker, Dieter Mersch, Sybille Krämer, Hans Belting e Emmanuel Alloa (para ficarmos apenas com alguns nomes), o conceito de meio foi adquirindo tal relevância ao ponto de se falar atualmente em um *medial turn* nas Ciências Humanas.

À guisa de introdução, com o intuito de pontuar as transformações e desafios provocados por essa virada medial, este dossiê começa com um texto do filósofo alemão Lorenz Engell ainda inédito em português e cedido gentilmente pelo autor para esta edição da Revista Ação Midiática. Professor da Faculdade de Mídia da Universidade Bauhaus em Weimar, Lorenz Engell dirige desde 2008 o Programa Internacional de Pesquisa em Técnicas Culturais e Filosofia dos Meios (IKKM) e é detentor desde 2001 da primeira cátedra em Filosofia dos Meios da Alemanha. Em seu texto **O que é Filosofia dos Meios?**, o autor reflete sobre a pertinência e a necessidade de um campo que questiona os próprios pressupostos mediais das práticas culturais e filosóficas. Fazendo um balanço de uma área que se desenvolve institucionalmente há quase duas décadas, o artigo ainda condensa os principais problemas e formas de atuação da Filosofia dos Meios.

Por conta dessa institucionalização dos Estudos de Mídia na Alemanha, existe um debate sobre a excepcionalidade que esse país teria ou não na formação de um campo independente e singular em comparação aos Estudos de Comunicação e seus cursos derivados como conhecemos aqui no Brasil. Os dois artigos consequentes tratam exatamente deste tema. Em **A gênese e o meio da filosofia dos meios**, Johannes Bennke coloca a excepcionalidade alemã em perspectiva histórica para, em seguida, criticá-la. O texto opera quase como um suplemento ao artigo de Engell por apresentar e discutir a formação dos Estudos de Mídia como campo e disciplina na Alemanha ao mesmo tempo em que identifica a emergência da Filosofia dos Meios no cenário acadêmico daquele país. Já no artigo **Mídia e**

história na Teoria Alemã das Mídias, Marcio Telles nos mostra como o discurso da excepcionalidade dos estudos alemães foi disseminado pela recepção norte-americana. O autor ainda discorre sobre a especificidade nos conceitos de mídia e história elaborados particularmente na obra do teórico Friedrich Kittler, considerado o precursor dos estudos alemães de meios.

Dois outros textos reunidos nesta edição aprofundam o debate medial-filosófico em torno de autores específicos, o que demonstra a pluralidade de discursos concorrentes dentro das teorias dos meios. Em **Reflexões e reflexos a partir da perspectiva mídio-filosófica de Sybille Krämer**, Thaís Amorim Aragão discute a obra de Krämer, professora de Filosofia da Universidade Livre de Berlim e que atualmente está entre os autores mais influentes da Filosofia dos Meios. Já no texto **Surpreendidos pela ação – mediação pelas Sociologias Pragmáticas Francesas**, Tiago Barcelos Pereira Salgado se debruça sobre o conceito de mediação na Teoria do Ator-Rede – particularmente através da obra de Bruno Latour – reoperando o conceito de mediação a partir da noção de agência.

Na sexta contribuição ao dossiê, Márcio Carneiro dos Santos revisita o conceito sistêmico e ecológico de meio em seu artigo **Por uma teoria dos espelhos – notas sobre uma ontologia geral dos meios**. O trabalho é um exemplo da persistência produtiva do legado deixado pelas teorias cibernética e da informação aos estudos de mídia.

Por fim, este dossiê apresenta uma abordagem teórica original proposta por Luciana de Oliveira e Bárbara Regina que repensam os conceitos de meio e mediação a partir de tradições e teorias contra-coloniais. Em seu texto **Numa encruzilhada, dois campos: a lágrima como meio nas experiências do sagrado e de luta política contra-colonial do Rosário negro e do Ñembo'e Kaiowá**, as autoras discorrem sobre como uma semente chamada conta-de-lágrima ou *mboy* (em guarani) é empregada como um meio de comunicação com o sagrado pelos rezadores

Kaiowá e pela comunidade afro-brasileira de Reinado, no centro-oeste de Minas Gerais.

A reunião de trabalhos tão díspares em temáticas, métodos e teorias representam, em última instância, uma inconstância constitutiva de uma teoria cujo objeto tende a se esquivar à observação direta. Aquilo que um meio é, antes de tudo, está ancorado em práticas cuja efetivação depende da desapareição do próprio meio. Os textos apresentados neste dossiê figuram diferentes perspectivas que nos aproximam cada vez mais de um horizonte conceitual do termo meio, mesmo que provisório e circunstancial: aos modos de um permanente “a caminho de”.

Maurício Liesen

Editor convidado





dossiê autor convidado



O que é filosofia dos meios?





O que é filosofia dos meios?¹

LORENZ ENGELL, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE BAUHAUS EM WEIMAR ¹

1. Passar

Filosofia dos meios é um tema temporário. Ele pode e irá passar. Isso foi escrito pelo filósofo Martin Seel, em sua contribuição para um volume programático intitulado “Filosofia dos meios: explanação de um conceito” de 2003. À época, Seel acreditava que “meios” ou mesmo “mídia” era algo da moda, que tinha a ver com meios de comunicação de massa, os meios técnicos, os meios digitais (sem mencionar as mídias sociais de então) e sua hipertrofia, seu *hype*. Um tipo supostamente novo de saber e conhecimento, particularmente bem-sucedido nos países de língua alemã, a disciplina acadêmica de Estudos dos Meios deve sua existência a esse modismo. Seel argumentou que, assim que a empolgação sobre o assunto se estabilizasse, ficaria aparente que “a mídia” poderia muito bem ser um novo tema para se filosofar sobre, mas não seria um desafio particular para a filosofia. Enquanto tópico, os meios podem ser melhor considerados com as ferramentas convencionais da Filosofia, sem a necessidade de uma filosofia própria, uma filosofia dos meios.

E é exatamente isso que vemos de forma completamente diferente. A filosofia dos meios não é precisamente um aplicação do conhecimento filosófico a um novo objeto. Os meios desafiam a Filosofia a agir completamente diferente do que era antes. Eles não querem mais ser

¹ Tradução de Gabriel Spenassatto, mestrando em Comunicação do PPGCOM-UFPR. Revisão de Maurício Liesen, Prof. Colaborador e Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) do PPGCOM-UFPR.

filosofados por nós; querem que pensemos junto a eles. O pensar-sobre será substituído pelo pensar-com. Os meios, portanto, questionam a Filosofia; e por mais paradoxal que seja, eles necessitam da filosofia precisamente para esse propósito e devem tê-la como pressuposto.

Mas mesmo que a avaliação de Seel tenha ocorrido naquele momento com uma intenção polêmica e mesmo que a rejeitemos, ela é, incidentalmente, perfeitamente correta. A própria filosofia dos meios não disse mais nada desde o começo. De fato, como o filósofo dos meios Günter Anders escreveu em seu exílio na Califórnia, em 1956, é uma “filosofia ocasional”, uma filosofia do acidental, das circunstâncias. Circunstâncias – tais como condições técnicas, por exemplo, mas também situações políticas ou condições climáticas – têm a ver com o fato de que elas estão constantemente mudando. E esse é exatamente o porquê, justamente por causa dessa natureza provisória, que a filosofia dos meios é tão importante. Ela de fato pode parecer uma nova e badalada subdisciplina da Grande Filosofia. Mas ela assim o parece porque ela representa um desafio muito sério àquela filosofia. Como e quando ela desaparece depende daquilo que ela faz. A filosofia dos meios é, em sua autoimagem, um empreendimento fundamentalmente operativo e operacional. Ela está interessada em intervenções de todos os tipos – e ela própria é uma intervenção. Ela participa – e de modo algum apenas metaforicamente – no corpo material da filosofia pelo qual a própria filosofia, sempre lidando com o conceito, não tem tanto interesse e não precisaria tê-lo. O corpo material da filosofia já inclui a mão da escrita, talvez o meio primário de intervenção filosófica, mais até mesmo do que o cérebro e sua ferramenta, o instrumento de escrita que o guia. Mas também há outros, tais como os corpos de pensamento artificiais, técnicos, materiais, e eles também têm uma participação nas intervenções que são realizadas com ajuda deles. Como o filósofo dos meios Vilém Flusser coloca, a filosofia é dedicada aos gestos que ela faz no mundo e às operações que realiza com a ajuda das coisas.

Na perspectiva da filosofia dos meios, a mera e pura reflexão, sem corpo, não existe; é portanto sempre gesto e ação instrumental. Isso significa que a filosofia dos meios não está apenas comprometida com a estética de tais gestos. Acima de tudo, ela está exposta ao seu caráter temporário e transitório em um mundo de circunstâncias constantemente em mutação, irresistivelmente transformado por tais gestos e operações.

É portanto uma explícita e afirmativa filosofia da passagem, e não apenas uma afirmação temporária, como Seel argumenta. Portanto, a questão sobre o que realmente é a filosofia dos meios não pode ser respondida pelos meios filosóficos. A questão seria preferencialmente substituída por uma questão accidental, como fez Günter Anders. Onde a filosofia dos meios ocorre, sob quais condições, quando ela se mostra, o que ela empreende, como funciona: essas seriam questões da filosofia dos meios. Em todo o caso, ela está funcionando, para incluir uma frase de Siegfried Kracauer, antes das últimas coisas, onde há pouca mudança; mas não com horizontes finais e abrangentes, verdades eternas e últimos errantes, como faria uma filosofia que não quer passar.

Nesse sentido, a filosofia dos meios é minoritária, está presa ao tempo e ao corpo, aparatos, arranjos e até substâncias, e o que ela explora são precisamente essas amarras. Uma de suas preocupações é emergir, fazer efeito e desaparecer, explorar as condições e modos de progressão dessas amarras e relações, mesmo que sejam dela própria. Isso não faz da filosofia dos meios irrelevante nem dispensável, mas capaz de ação. Essa agência é também absolutamente necessária naquelas áreas onde o corpo institucional da filosofia, a universidade, a academia, e o discurso público e dos meios de comunicação estão interessados. A filosofia dos meios, em defesa das circunstâncias, também é sempre uma política do conhecimento.

2. Definir

Existem, é claro, maneiras muito diferentes de abordar a filosofia dos meios. Nem todas elas partem da filosofia acadêmica em si. Uma prática medial-filosófica deve ser relativamente indiscutível, reconhecer a si própria como um trabalho conceitual competente e, de maneira mais aproximada, como uma teoria da ciência. Sua tarefa seria a de esclarecer os conceitos dos estudos dos meios enquanto trabalho meta-teórico e instância de reflexão. Naturalmente, é sobretudo sobre o conceito de meio, em suas numerosas variantes, facetas e múltiplas utilizações e aplicações. Embora tenhamos rejeitado essa abordagem no primeiro parágrafo acima, essa questão talvez se torne interessante onde ela não é limitada a descrever, analisar a esclarecer o uso dos termos em estudos dos meios. Isso

acontece, por exemplo, quando a filosofia dos meios, tendo em vista a surpreendente heterogeneidade de todos os fenômenos e objetos descritos como “meio” em seu uso conceitual, pergunta a si mesma o que todos eles podem ter em comum quanto à função ou qualidade. Para além do alcance mais restrito do “meio”, esse tipo de filosofia dos meios opera conceitos de “medialidade” ou mesmo de “medial” que fazem um fenômeno ou coisa ser um meio. Aqui, pode ter início uma mudança da crítica estrita do termo para uma ontologia do “medial”.

Em uma segunda variante, no entanto, a filosofia dos meios pode proceder também a partir de uma perspectiva histórica, isto é, em termo de história conceitual, metafórica e ideológica. Para esse fim, será necessário questionar conceitos que não se enquadram na formulação relativamente nova de “meio”. Outros conceitos podem ter assumido funções na tradição filosófica que são cada vez mais exercitadas pelo conceito atual de meios, ou fenômenos que são entretanto subsumidos sob o conceito de meios. Onde, e como, pergunta tal filosofia dos meios, os meios foram conceitualmente considerados e incorporados em discursos filosóficos, mesmo se um conceito explícito de meios ainda não foi utilizado? Em outras palavras: como o meio se tornou concebível em filosofias completamente distintas?

Essas são atualmente perguntas muito centrais e importantes. Elas vêm de uma natureza filosófica clássica e portanto denotam a área na qual a filosofia e a filosofia dos meios se encontram e se sobrepõem sem quaisquer problemas. Mas tais questões também são temporárias, porque elas são apenas importantes e centrais enquanto há um interesse específico no conceito de meios e um saber sobre os meios cujos termos precisam ser esclarecidos. Assim, diferentemente das questões filosóficas tradicionais, elas já dependem da meia-vida das modas científicas e podem rapidamente se tornar questões da história da ciência. No entanto, a diferença entre os discursos conceitual e histórico seria precisamente esta: a história da ciência está interessada no corpo material e nos processos gestuais e materiais da geração e uso do conhecimento, enquanto a história dos conceitos opera de forma abstrata.

3. Operar

É justamente por essa razão e nesse ponto que ao menos duas outras variantes filosóficas se tornam visíveis. Ambas dão um passo decisivo. Elas distanciam-se dos termos teóricos da Teoria dos Meios e, em seu lugar, investigam suas condições de origem e circulação. A suposição básica da filosofia dos meios desse terceiro tipo é de que as noções, incluindo os conceitos filosóficos, são condicionadas pelo extraconceitual do qual elas emergem e no qual elas, por sua vez, reentram. Elas estão comprometidas com as condições materiais de sua criação e eficácia e não podem simplesmente emergir e se desenvolverem a partir de si mesmas. Friedrich Nietzsche já escreveu: “Nossos instrumentos de escrita colaboram com nossos pensamentos”. E um século antes, na obra de Georg Christoph Lichtenberg, nós encontramos o notável pensamento: “Eu sempre tive noções mais amplas de ‘sala’ do que a das pessoas comuns. Muitas das nossas ideias dependem da localização delas e você pode olhar para elas como uma espécie de segundo corpo”. E, finalmente, Friedrich Engels escreveu: “Tudo o que põe as pessoas em movimento precisa passar por suas mentes, mas a forma que assume nas mentes depende muito das circunstâncias”. Então mais uma vez retornamos à filosofia dos meios como uma filosofia do ocasional, uma filosofia das circunstâncias e, portanto, de assuntos temporários. E mesmo os pensamentos mais profundos revelam-se transitórios em um sentido muito específico, quase técnico, porque, para poderem funcionar, poderem ser pensados e continuados, poderem ser reconhecidos, eles têm que circular. Têm de se mover, têm de passar por nós. Isso também é sabido já há um bom tempo; o livro de Josias Ludwig Gosch, *Ideenumlauf* (Circulação de Ideias), de 1789, lida com isso à sua maneira e pode ser lido enquanto um precursor da famosa fórmula de Harold A. Innis de “caminhos de troca da mente”, na qual ele se refere à imprensa de massas e seu sistema de distribuição. Ao invés de circular em espaços vazios, os pensamentos circulam com a ajuda e sob o condicionamento de meios de transporte específicos, que naturalmente se inserem naquilo que eles permitem circular.

Tudo isso significa nada mais do que dizer que conceitos filosóficos – e não filosóficos – se tornam maleáveis quando eles circulam através de meios; e não apenas isso: inversamente, os meios se tornam concebíveis através do trabalho conceitual. A escrita em si e as técnicas de escrita,

meios óticos de percepção expandida e observação, ou aparatos de ilusão, tecnologias de cálculo, gravação, transmissão e disseminação: tudo isso, até os dispositivos de ensino, experiência estética ou até mesmo cultura popular tornam algo específico experienciável, imaginável e concebível, que então pode ser levado à filosofia. A própria filosofia, com suas noções de verdade ou humanidade, por exemplo, incluindo aquelas noções que foram concebidas como imutáveis e incondicionais, é também sujeita às condições da impressão de livros, o cenário em perspectiva no teatro, a lanterna mágica, cinematografia, controle remoto, ferramentas de computação, endereçamentos onipresentes e instantâneos. No entanto, expor tudo isso certamente não é mais suficiente para a competência filosófica convencional. Requer um conhecimento preciso acerca do funcionamento e das práticas de aplicação das tecnologias, processos e estéticas em questão.

Conceitos filosóficos emergem de maneira a serem feitos, formados e circulados por meio de ou sob a influência de ferramentas e arranjos materiais nomeáveis. A conceitualização (e, portanto, no sentido mais amplo: a argumentação) é portanto operativa, e seus instrumentos e circunstâncias não permanecem inalterados pelos termos e argumentos, pois eles não apenas os fazem perceptíveis e comunicáveis, mas também, em certa medida, concebíveis e discutíveis.

Tais termos e argumentos condicionais, nos quais as circunstâncias e instrumentos através dos quais o trabalho é realizado e apresentado, agora incluem, de acordo com uma outra variante da filosofia dos meios, o próprio conceito de “meios”, em particular. Seja guiado implicitamente ou explicitamente, seja usado filosoficamente, teoricamente ou jornalisticamente, o conceito de meios, ou a suposição de um “medial” e uma “medialidade”, precisa ser também compreendido enquanto algo inferido de forma condicional e externa, isto é, como sendo realizado e circulado em cooperação com os meios. Isso deve incluir também os meios que são usados em cada caso. Portanto, mesmo o conceito de meio seria diferente, se a medialidade do livro impresso não fosse a mesma da medialidade da escrita, do telescópio, da imagem em movimento. Qualquer subsunção de um “meio” sob o acesso de uma alegada “medialidade” teria de ser rejeitado: nem todos os meios podem ser abordados ou mesmo entendidos enquanto escrita, enquanto uma instalação de perspectiva ótica ou enquanto poder de computação.

4. Refletir

E essa circunstância, por sua vez, novamente direciona a atenção para a diferença entre a filosofia dos meios e a Filosofia geral, para além da inegável origem da filosofia dos meios na filosofia e sua dependência desta. Uma vez que a filosofia é amplamente um empreendimento monomedial, ou melhor: um empreendimento homomedial. Ela é, ainda mais, um trabalho conceitual, um processo que se dá na linguagem e, na verdade, também na escrita. Ela parte das Escrituras e adentra as Escrituras de novo e de novo. A escrita e a leitura são as suas formas primárias de produção e circulação. É claro, nem mesmo a filosofia dos meios altera isso – ou talvez apenas um pouco. Ela também, como aqui, desdobra-se na linguagem, em forma impressa e, portanto, sujeita às condições limítrofes da escrita, impressão, leitura e audição dos meios. Ela não pode conceber o que não é possível em tais meios.

No entanto, a filosofia dos meios, mesmo se continuar a escrever, muda para a heteromedialidade. Assume que processos também estão acontecendo em meios que não a linguagem, escrita ou impressa, que podem corresponder às operações da filosofia no campo linguístico enquanto seus equivalentes funcionais. Assume que a participação dos meios em seus próprios conceitos, como mostrado acima, não é apenas refletida na linguagem na qual eles próprios operam. Mais do que isso, os meios podem sempre desenvolver uma autoconcepção que, em vez de fornecê-los apenas à filosofia e à argumentação conceitual e torná-los conhecidos, eles também a utilizam operacionalmente em relação a outros meios e não apenas em relação a eles próprios. Não é apenas a filosofia e outras disciplinas e discursos que estão envolvidos naquilo que um meio é e em como ele é compreendido operacionalmente, mas os próprios meios se ocupam disso. Nesse sentido, não somente a ciência, nem somente a filosofia esclarecem, mas também os meios, tacitamente envolvidos em suas operações, esclarecem o que eles são e que contribuição eles fazem para aquilo que eles não são. Esse conhecimento implícito dos meios não é de forma alguma restrito a um mero reflexo, como uma relação de meios com eles próprios: diz respeito, é claro, a tudo mais além do respectivo meio, relaciona-se com o mundo e com tudo o que ele abrange.

E esse conhecimento que os meios suportam e instanciam é,

obviamente, aberto à tradução em termos de outros meios, tal como a filosofia conceitual. Portanto, vale a pena integrá-los no debate filosófico em uma maneira argumentativa. O trabalho da filosofia dos meios é, claramente, levar adiante tal serviço de tradução como uma transformação, uma transição de meios. Não diz respeito à sutil reprodução dos gestos reflexivos dos meios, mas sim à reconstrução desses meios em outro meio filosófico. Sem alteração, isso jamais irá funcionar, mas é precisamente isso que torna a filosofia dos meios produtiva – e um caso temporário, de mudança intensiva. Com ela, a filosofia novamente aprende algo acerca de sua condicionalidade e materialidade – e assim sobre a coisa temporária que lhe é própria. A filosofia percebe mais uma vez que ela não é, de maneira alguma, senhora incondicional em sua própria casa, ou mesmo de qualquer casa. Isso também pode fazer a filosofia ser reconhecível novamente.

5. Conhecer

As mudanças que a filosofia dos meios descreve não afetam apenas os meios. E não dizem respeito apenas ao conhecimento. Elas dizem respeito ao sentir e experienciar tanto quanto todas as outras formas de relacionamentos e movimentos. No *meio* filme, por exemplo, pode-se reconhecer uma reflexão sobre o tempo que é equivalente – não igual – a todas as filosofias do tempo, mas que ao mesmo tempo cria o tempo, que funciona pelo tempo enquanto sua matéria prima e enquanto seu produto, fazendo o tempo dar um loop em si mesmo, e que não apenas reflete sobre o tempo. No *meio* controle remoto nós lidamos com a operação de selecionar, que desenvolve uma complexa lógica modal entre o contingente e o virtual, através da qual o imenso fluxo de imagens se orienta via aparelho e a pessoa que o opera. No diorama, as questões da vida e da morte são negociadas de uma maneira quase dramática, não conceitualmente, mas através das operações de matar e de ressurreição ilusória para a vida eterna. No *tuitar*² e em outros sistemas de mensagens curtas, o que importa não é o texto e a semântica, mas sim a mera operação de recursão das funções fática e dêitica da comunicação,

2 NdT: Twittering no original, isto é, publicar na rede social Twitter.

através da qual *si-mesmos* são gerados. Nós não tuitamos, nós somos tuitados. Essas filosofias mediáticas de tempo, modalidade, vivência e abordagem fática e dêitica, dessa forma, ocorrem em seus respectivos meios, guiadas por seus significados. Novamente, elas não são escritas por filósofos. Filósofos dos meios meramente as expõem e as traduzem da melhor forma possível em filosofia.

Mas como pouca filosofia dos meios se origina dos pensamentos dos filósofos, então pouco dela retorna exclusivamente a eles. Em um ensaio programático, Christiane Voß nos lembra que problemas filosóficos não existem apenas em filosofia e não apenas para filósofos. De forma implícita, Voß estipula uma quinta variante da Filosofia dos meios. Vamos antes tomar as grandes questões centrais da filosofia: o que eu sou capaz de saber? O que eu devo fazer? O que devo esperar? E finalmente, claro: o que é o Humano? Essas questões não são apenas relevantes nas filosofias, abstratas ou sem contexto, mas elas também são relevantes ao mundo em si, incluindo o ser humano. E nós podemos acrescentar a essas grandes questões uma longa cadeia de questões menores, mas não menos importantes: como o amor pode prosperar? A Justiça é possível? O que as coisas querem? Quando a Arte é bela? Onde está a natureza? Todas essas questões não podem ser respondidas de forma alguma sem levarmos os meios em consideração, de acordo com a convicção da filosofia dos meios. Talvez elas nunca tenham sido aptas a serem respondidas sem considerar os meios, mas talvez seja apenas por causa da penetração dos meios técnicos na vida e no mundo em nosso tempo.

O mais fácil de entender é provavelmente a questão do conhecimento. Quase tudo que nós sabemos foi transmitido a nós, nós o sabemos através de meios e a partir de meios. Mas os meios não são neutros, eles marcam o que eles transmitem, têm um efeito sobre, eles apenas processam certas figuras, outras não. Esse envolvimento dos meios naquilo que nós sabemos, incluindo o que sabemos acerca dos meios, não é mais discutido hoje em dia. Fora da mediação, praticamente não existe conhecimento. O conhecimento em si é apenas mais um assunto para a ocasião. Por essa razão, a questão filosófica acerca do conhecimento precisa também ser suplementada pelas considerações sobre meios, ou seja, pela filosofia dos meios. E algo similar agora pode ser dito sobre sentimentos e experiências, esperanças e medos,

e relações de qualquer tipo, mesmo além das humanas, que não são menos *imediatas*³ do que o conhecimento.

6. Gerar

Todas essas questões são ativas nos meios, mas elas não precisam se tornar temáticas e semânticas a princípio. Elas não precisam ser explicitamente, visivelmente e audivelmente discutidas nos meios, como nós vimos. Filmes, por exemplo, não precisam lidar com elas de forma alguma. O controle remoto não lida com contingência e virtualidade, mas move-se nelas, coloca-as em ação e marca tudo aquilo que trocamos com sua ajuda, e aquilo que nos deixa trocar, pela relação recíproca daquilo que é, mas que poderia muito bem não ser, para aquilo que não é, mas que poderia muito bem ser. Portanto, é um grande equívoco da filosofia dos meios restringi-la a como problemas individuais ou tópicos de modos de existência são tratados por meios não escritos. Esse não é o ponto. Não diz respeito à representação do tempo, amor, dinheiro, trabalho ou natureza em determinados meios. Aquilo com o que lidam os filmes, instalações de museus, tuítes ou séries de TV, por exemplo, não é o que importa.

A filosofia dos meios não pensa sobre os meios, mas pensa com eles ou dentro deles. Lida com a capacidade do meio filme de se tornar operacional e expõe a relação dele com o tempo, a luz, a percepção, os objetos técnicos como aspectos básicos do seu método, o qual também gera e determina suas respostas temáticas às questões do amor, justiça ou coisas, ou, para ir além, o que realmente produz tais respostas. Em resumo: o meio é a mensagem, incluindo a mensagem filosófica.

Isso também se aplica a um campo específico da filosofia dos meios, que lida com aquilo que é talvez o mais importante de todas essas grandes questões filosóficas modernas, ou seja, a questão do Humano. O que é o Humano, então, dificilmente pode ser respondido através dos caminhos conceituais da antropologia filosófica por si só, nem mesmo pelos caminhos da pesquisa genética e outros métodos paleoantropológicos. Nada tem questionado tanto a humanidade

³ NdT: *Immediate*, não em sentido temporal, mas para transmitir a noção de ausência de um meio.

quanto a desumanidade moderna, a destruição do habitat humano e o desenvolvimento de artefatos técnicos que fornecem funções que tradicionalmente são esperadas apenas de seres humanos. Nessas três áreas, no entanto, deparamo-nos com um massivo envolvimento dos meios. Sem os meios de administração, discussão, separação, segregação e transporte, as desumanidades modernas não seriam possíveis, desde a comunicação via rádio até os grandes muros nas fronteiras. Sem os instrumentos de intervenção técnica na natureza e o controle sobre ela, as relações do homem com o seu habitat seriam diferentes. As capacidades inteligentes dos sistemas técnicos nos confrontam enquanto meios neste exato momento. E aquilo que se aplica à desumanidade e questionamento do homem é mais verdadeiro ainda para a sua criação. O ser humano não existe pura e simplesmente, mas foi gerado, não apenas pela natureza, não apenas por si só, mas também por sua relação com os meios. Tudo isso é motivo suficiente para dar prioridade à questão de uma antropologia dos meios dentro da pesquisa de filosofia dos meios.





artigos dossiê



DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.03
Artigo recebido em: 01/07/2019
Artigo aprovado em: 01/07/2019

A gênese e o meio da filosofia dos meios





A gênese e o meio da filosofia dos meios¹

Genesis and medium of media philosophy

El génesis y el medio de la filosofía de los medios

JOHANNES BENNKE ²

Resumo: Nos estudos de mídia, há uma discussão desde os anos 1980 sobre uma compreensão do meio/mídia que não é baseada na mídia de massa. Como disciplina, teve que se diferenciar de estudos de comunicação e literatura e de estudos culturais que se concentram em sistemas sociopolíticos e econômicos ou em sistemas de ordem simbólica. Neste artigo, defendo pelo menos três debates que levaram a outra maneira de pensar a mídia. O que é chamado de Teoria Alemã da Mídia consiste em uma virada para uma materialidade da comunicação, investiga a medialidade específica de um meio e analisa as funções do meio dentro das práticas e operações, em vez de tomar o meio como uma entidade fixa. Embora a Teoria Alemã da Mídia seja considerada um caminho especial adotado nos estudos de mídia, defendo que o debate sempre foi internacional e continua a desafiar os discursos existentes.

Palavra-chave: Filosofia da Mídia, Materialidade da Comunicação, Medialidade, Teoria da Mídia Alemã.

1 Tradução de Maurício Liesen, Prof. Colaborador e Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) do PPGCOM-UFPR.

2 Doutorando no Centro de Competência em Antropologia da Mídia (KOMA) da Universidade Bauhaus em Weimar, na Alemanha. Mestre em Estudos de Mídia pela Universidade de Potsdam. E-mail: johannes.bennke@uni-weimar.de.

Abstract: Within media studies there has been a discussion since the 1980s about an understanding of media that is not based on mass media. As a discipline, media studies had to differentiate itself from communication and literature studies and from cultural studies that focus on sociopolitical and economic systems or on systems of symbolic order. In the article, I argue for at least three debates that led to another way of thinking media. German Media Theory consists of a turn to a materiality of communication, investigating the specific mediality of a medium and analyzing media functions within practices and operations rather than taking the medium as a fixed entity. Even though German Media Theory is considered a special path taken within media studies (German Sonderweg), I argue that the debate has always been international and continues to challenge existing discourses.

Palavra-chave: Media Philosophy, Materiality of Communication, Mediality, German Media Theory.

Resumen: En los estudios sobre los medios de comunicación, ha habido una discusión desde la década de 1980 sobre una comprensión del medio que no se basa en los medios de comunicación masivos. Como disciplina, tuvo que diferenciarse de los estudios de comunicación y literatura y los estudios culturales que se centran en sistemas socio-políticos y económicos o sistemas de orden simbólico. En este artículo, abogo por al menos tres debates que llevaron a otra forma de pensar los medios de comunicación. Lo que se llama la Teoría Alemana de los Medios consiste en un giro hacia una materialidad de la comunicación, investiga la medialidad específica de los medios y analiza las funciones del medio dentro de las prácticas y operaciones en lugar de tomar el medio como una entidad fija. Si bien la Teoría Alemana de los Medios se considera un camino especial en los estudios de medios, sostengo que el debate siempre ha sido internacional y continúa desafiando los discursos existentes.

Palavra-chave: Filosofia de los medios, Materialidad de la comunicación, Medialidad, Teoría Alemana de los Medios.

Para que filosofia dos meios?

A filosofia dos meios³ é obstrutiva. Transversalmente às demais disciplinas, ela determina o lugar dos meios. Por isso ela já foi considerada uma disciplina impossível (PIAS, 2011, p.15). Ou mesmo um assunto temporário (SEEL, 2003, p. 10). Ou que ela não teria nem um método, nem uma teoria, muito menos um objeto (ENGELL; VOGL, 1999, p. 10) e um programa (ENGELL, 2003, p. 53). Sua nomenclatura até assumiu outras roupagens (filosofia teórico-medial, filosofia da mídia ou simplesmente teoria dos meios), mas é certo que ela está de alguma forma situada na interface entre os estudos de mídia e a filosofia, muito embora seu conhecimento específico e sua afiliação disciplinar tivessem permanecido questionáveis. Assim, o termo já havia sido despachado desde os seus primeiros passos (ESPOSITO, 2003, p. 26). *Então, por que continuar falando em uma filosofia dos meios? E em que medida isso se trata – ou não – de um problema particularmente alemão?*

A questão da função e da possível posição singular da filosofia dos meios acompanha a nomenclatura desde o começo como uma sombra atada à sua origem: *O que é Filosofia dos Meios e quem possivelmente precisa mais dela: a Filosofia ou os Estudos de Mídia?* (FILK; GRAMPP; KIRCHMANN, 2004), *Para que Filosofia dos Meios?* (SANDBOTHE, 2010), *O que foram as mídias?* (PIAS, 2011). Também no Anuário Internacional de Filosofia dos Meios, fundado em 2015, Dieter Mersch aborda essas questões como epítome de seu programa e, assim, traça alguns aspectos problemáticos e motivacionais da filosofia dos meios (MERSCH; MAYER, 2015).

O início de uma discussão decididamente filosófica na Alemanha sobre os meios de comunicação pode ser situada – dependendo da perspectiva – nos anos 1990. Abordagens conflitantes já se constituíram nesses anos iniciais. As primeiras monografias e antologias buscaram se situar em um debate bastante heterogêneo. Não apenas não existiu uma

3 A língua alemã possui ao menos três palavras que poderiam ser traduzidas para o português como “meio”, *Medium*, *Mittel* e *Mitte*, embora só a primeira seja utilizada para se referir aos meios de comunicação (em seu plural *Medien*). Com o intuito de diferenciar a Filosofia dos Meios [*Medienphilosophie*] de teorias sobre os meios de comunicação em massa [*Massenmedien*], optamos por evitar o uso do termo “mídia”. A palavra foi utilizada em alguns momentos do texto, seja para diminuir a repetição do termo “meios”, seja para ressaltar a relevância do texto à área de Comunicação, muito embora as acepções de “meio” da Filosofia dos Meios vão muito além do sentido corrente de “mídia” em português. [NdT]

teoria universal que unisse todas as posições em si, mas tal teoria foi decididamente rejeitada por vários lados como indesejável, inalcançável, obstrutiva e atrasada. Neste ensaio, vou mapear esse terreno medial-filosófico nascente em relação a estas duas principais questões: *Como as questões da filosofia dos meios mudaram desde o seu início? E qual é o papel do alegado caminho particular dos estudos alemães de mídia para o desenvolvimento de uma filosofia dos meios?*

Não se trata aqui de uma análise sistemática dessas questões – isso exigiria uma leitura abrangente que não pode ser feita neste momento. Em primeiro lugar, essas perguntas dizem respeito a uma gênese e a uma definição do problema do campo em contraste, por exemplo, aos estudos de comunicação. Em segundo lugar, buscam exhibir algumas tendências da filosofia dos meios – especialmente em relação ao problema do meio [de expressão] da filosofia da mídia. Em terceiro lugar, elas remetem ao problema dos estudos de mídia na Alemanha, especialmente na rotulação da filosofia dos meios como um fenômeno acadêmico alemão.

Origem disciplinar da Filosofia dos Meios

Com os primeiros exercícios discursivos de flexibilização sobre a filosofia dos meios, especialmente na segunda metade da década de 1990, uma terceira fase de estudos de mídia⁴ começa na Alemanha. Depois de uma “fase ingênua no final dos anos 70 e começo dos 80” e de sua “crescente institucionalização” nos anos 1990 (ENGELL, 2011, p. 104), os estudos midiáticos entram na virada do milênio como a disciplina basilar da “pesquisa e estudos culturais sobre a medialidade” (WISSENSCHAFTSRAT, 2007, p. 89). Os estudos de mídia já haviam finalmente se libertado do jornalismo, das ciências da comunicação e da literatura (bem como das implicações efetivas da teoria da mídia do influente capítulo da indústria cultural a partir da Dialética do Esclarecimento da Escola de Frankfurt). Ao mesmo tempo, há um problema de tradução do conceito de pesquisa cultural da medialidade, já que esta não é uma variante dos Estudos Culturais anglo-saxônicos

4 Para uma história dos estudos de mídia sob uma perspectiva alemã, cf. LESCHKE, 2014.

nem é a investigação dos meios de comunicação de massa. Ao contrário dos Estudos Culturais, as Ciências da Cultura [*Kulturwissenschaft*] na Alemanha estão menos preocupadas com sistemas de organização sociopolíticos, econômicos e simbólicos, e mais com um paradigma metodológico de “uma investigação interdisciplinar das humanidades, na direção da escola de Warburg, sobre a história do conhecimento e da memória cultural” (BREGGER, 2009, p. 216).

Ao lançarmos um olhar mais atento, percebemos que a própria filosofia dos meios, como uma disciplina específica dos estudos da mídia, teve sua gênese nos últimos vinte anos. Embora algumas dificuldades sejam encontradas para consolidar a filosofia da mídia como “disciplina” no sentido estrito de uma área delimitada de conhecimento claramente situada dentro das ciências da mídia, o campo discursivo apresenta traços de uma gênese disciplinar. Por enquanto, por uma questão de simplicidade, vamos considerar as características de um esquema muito trivial de uma criação disciplinar⁵: 1. Pré-história; 2. Gênese; 3. Desenvolvimento do campo do conhecimento a partir dos seus próprios fundamentos (GUNTAU; LAITKO, 1987, p. 50 et seq.). A seguir, listo individualmente os problemas e questões mais frequentes dessas três fases.

Pré-história da Filosofia dos Meios

Para desenvolver essa pré-história da filosofia dos meios, gostaria de discutir três aspectos que, por seu turno, já são caracterizados por um conjunto completo de teorias, conceitos e programas.

(1) Por uma boa década, de 1980 até o início dos anos 1990, a expressão “materialidade da comunicação” foi usada para significar um movimento de busca heurística que defendeu uma virada epistemológica em direção à “concretude das coisas” (GUMBRECHT, 2005) após períodos de intensa especulação e interpretação nas Humanidades. O termo reuniu diferentes tradições teóricas:

[...] especialmente aquela da “externalidade do significante” baseada na crítica logocentrista de Jacques Derrida (1967) e no desenvolvi-

5 Sobre a complexidade da historiografia midiática, cf. SCHRÖTER; SCHWERIN, 2014

mento pioneiro de Friedrich Kittler de uma história da mídia (1987); mas também a teoria sociológica dos sistemas de Niklas Luhmann, na “Poética da Voz” (1983) desenvolvida pelo medievalista Paul Zumthor, na psicanálise lacaniana e até mesmo na reivindicação do materialismo da filosofia marxista. (GUMBRECHT, 2008, p.145)

O centro da questão era: *como poderiam ser obtidas e descritas as premissas não simbólicas e significantes, o lugar, o veículo e as modalidades da gênese sensorial?* Aí ainda parece reluzir as teses da filosofia tardia de Heidegger, influentes até hoje, desde que, de um lado, “a essência do ser humano é então solicitada a dar uma mão à essência da técnica” (HEIDEGGER, 1962, p. 37) e, por outro, “quando os processos de interação e comunicação falham, os componentes que os carregam se tornam visíveis na maior concretude possível” (GUMBRECHT, 2005, p. 145). Artefatos, máquinas e tecnologias culturais não podem mais ser determinados antropológicamente como produtos da dominação humana do mundo, “mas, inversamente, como a invasão de uma objetividade removida da disposição da ação ou de uma ‘presença’ na existência humana” (ibid, p. 147). Embora o debate sobre a “materialidade da comunicação” tenha perseguido questões sobre o sentido e a hermenêutica, o pensamento da materialidade foi relevante para futuras pesquisas em Humanidades e Ciências da Cultura. Ainda hoje, por exemplo, resta saber se essa materialidade pode ser descrita matematicamente, como Kittler afirma, ou se ela escapa fundamentalmente a uma definição.

É exatamente na virada para a materialidade da comunicação que o conceito de meio/mídia é liberado de seu uso restrito para os meios de comunicação de massa (televisão, cinema, rádio, internet etc.). Em lugar de um método social e empírico, surge um interesse no funcionamento e na condicionalidade material de todo processo de comunicação e mediação.

(2) O segundo aspecto é a crescente digitalização nos anos 1990 e o uso inflacionário do termo meio – principalmente como substantivo coletivo “mídia” ou “os media”. Em uma primeira frente, o computador foi discutido como um meio universal e a questão por uma estrutura geral da medialidade foi levantada: “O que é um meio? O que significa interpretar o computador como um meio? Nossas percepções da realidade estão mudando no contexto da virtualização aberta pela mídia

digital?” (KRÄMER, 1998, p. 9). “O que essa medialidade mostra acima de tudo em termos de tecnologia de mídia?” (THOLEN, 1999, p. 15).

Por fim, a medialidade se diferencia em um significado pragmático e um metafórico: “Mas o que distingue o *ser ‘real’* não-metafórico do computador *‘como-tal’* dos seus significados meramente *transmitidos* que parecem proliferar infinitamente nas representações multimídia?” (ibid.). Como, então, a essência tecno-medial pode ser distinguida do processo de mera transferência que a acompanha? Se a significação metafórica está voltada para a mera transferibilidade da informação pela mídia, a dimensão pragmática do uso da mídia vem à tona. O fato de que a formação da teoria foi baseada na rede de mídia digital também surgiu da incerteza com os novos meios de percepção sensorial:

Os meios de comunicação constituem a transformação da sociedade, cultura e percepção ou só a acompanham secundariamente? Então, qual é a localização categorial do meio digital dentro da sociedade em rede? Qual é a gênese e validade da diferença e da transição entre mídia analógica e digital? (THOLEN, 2005, pp. 155/163).

Ao mesmo tempo, a relação fundamental entre filosofia e estudos de mídia foi iluminada em uma segunda frente: “Como surgiu a expansão inflacionária do conceito de mídia?” (Bahr, 1999, p. 50 et seq.). Para responder a essa questão, são procurados conceitos e problemas dentro da filosofia que tenham relevância para estudos de mídia.

Essas questões vêm de uma insistência percebida como provocação pelo digital. Elas são processadas, por um lado, com a dedicação às características estruturais dos media sob o título de “medialidade” e, por outro, com a identificação de conceitos midiáticos e problemas na história da filosofia.

(3) Um terceiro aspecto passa por um conceito substancialista da mídia e pergunta sobre as práticas midiáticas: “Os meios tornam legível, audível, visível, perceptível, mas tudo isso com a tendência de se apagar e esconder sua participação constitutiva nessas sensibilidades, tornando-se assim imperceptíveis, anestésicos” (ENGELL; VOGL, 1999, p. 10).

Transformando isso em uma pergunta: *quais conceitos seriam adequados para uma perspectiva midiático-cultural que permitiria que um devir-midiático de símbolos, aparatos, técnicas e instituições sejam*

levados em conta a partir de um quadro de condições e elementos heterogêneos?

Com isso também se afirma uma própria episteme da mídia, que ainda se refletiu na fundação de uma nova faculdade em termos de política científica, na Universidade Bauhaus, em Weimar. A divisão clássica das Humanidades, Ciências Sociais, Engenharia e Economia contribui, assim, para uma nova episteme que, ao mesmo tempo, acomete outras faculdades. Em primeiro lugar, a fase inicial da filosofia midiática adota o pensamento da materialidade, em segundo lugar, em face da digitalização crescente, investiga a medialidade da mídia em busca de conceitos para sua descrição dentro da filosofia e, em terceiro lugar, aponta as práticas geradoras de/com/através da mídia e seu status epistemológico próprio.

Gênese da Filosofia dos Meios

Essas primeiras tendências experimentaram uma sistematização mais forte e o reconhecimento disciplinar no início dos anos 2000. A filosofia da mídia é baseada principalmente no pensamento especulativo, que vem “‘de fora’ da disciplina estabelecida e circula predominantemente em contextos discursivos que ocorrem ‘ao lado da’ filosofia academicamente institucionalizada” (MÜNKER; ROESLER; SANDBOTHE, 2003, p. 7). Nesse sentido, o movimento de busca dessa área jovem da mídia é dedicado à questão dos métodos experimentados e testados, descobrindo novos conceitos e, antes de tudo, recorrendo à filosofia para descobrir teorias correspondentes que fornecessem respostas possíveis aos problemas. O tom básico dessas questões é o de uma autolegitimação cética:

A filosofia da mídia é diferente ou algo mais do que a reflexão filosófica da transmissão tecnológica, dos meios semióticos de comunicação ou dos meios sensoriais da percepção? Talvez ela seja a nova teoria filosófica fundamental? Ou, inversamente, talvez a filosofia da mídia seja um oxímoro? O esquecimento quase universal dos meios pode mesmo ser apreendido teoricamente pela tradição filosófica? Essa iluminação da filosofia sobre si mesma e sobre seus meios de expressão é realmente necessária? Como uma possível filosofia dos meios se re-

laciona a formações discursivas como a arqueologia da mídia, a teoria da mídia em geral e a história da mídia? (ibid., p. 8)

A provocação contra as disciplinas estabelecidas da filosofia é clara: não é mais a língua que tem a soberania medial sobre as várias formas de reflexão, ponderação e compreensão. A filosofia dos meios compartilha esse diagnóstico com a ciência da imagem que se desenvolveu praticamente no mesmo período (BOEHM, 1995). Além de também ter formado seu próprio campo de discurso entre disciplinas, a ciência da imagem possui numerosas correspondências com a filosofia dos meios. De acordo com a opinião dominante, a filosofia da mídia deve sempre refletir a constituição medial de seu próprio método e seu objeto. “[A filosofia da mídia] pensa o meio em dependência ao meio do próprio pensamento” (ENGELL, 2008, p. 187). A questão sobre o meio da filosofia e sobre a reflexão cultural-científica da mídia não é de modo algum trivial. Ao contrário, ela pode ser definida como a própria área de atuação da filosofia dos meios. No entanto, o *como e o em que meio* essa reflexão sobre objeto, método e teoria deve ser praticada levam a uma alta heterogeneidade de abordagens. Mas é a prática do uso dos meios que ainda causa problemas filosóficos (MÜNKER, 2003, p. 18 et seq.). A partir dessa situação problemática, fica claro que, embora seja necessário pensar a partir do meio, o apriorismo medial deve ser, ao mesmo tempo, evitado. Em outras palavras, é importante esclarecer primeiro o que exatamente se mostra, em uma determinada estrutura, como meio. Sybille Krämer formulou isso como uma questão constitutiva: “Como a ‘constituição’ pode ser concebida no contexto da medialidade de tal modo que seja evitado um apriorismo medial?” (KRÄMER, 2003, p. 80).

A partir dessa perspectiva midiático-filosófica de Krämer, dá-se visibilidade – além da já mencionada materialidade da mídia e de seu poder gerador por meio de práticas – a um fenômeno particular dos meios: “Meio é sempre meio de um deixar-aparecer” (ibid., p. 89). Com isso, em contraste com a teoria dos meios, abre-se um campo de reflexão para a filosofia dos meios que se concentra no aparecer singular sem ter que decidir previamente o que é um meio. As tentativas de sistematizar o campo (SANDBOTHE; NAGL, 2005) até mostram uma variedade de discursos, mas sempre pressupõem um meio sensorial, semiótico ou

técnico. Dessa forma, é posto o que poderia ser determinado, antes de tudo, em sua especificidade. Paradoxalmente, a filosofia da mídia obtém seu impulso mais forte precisamente a partir dessa decidida indeterminação de objeto, método e teoria.

Desenvolvimento a partir de fundamentos próprios

Tendo em vista o fato de que talvez não seja um objetivo desejável para a filosofia da mídia se consolidar ou mesmo se sedimentar em uma disciplina autônoma, tendências de uma estratégia discursiva podem, no entanto, ser observadas. Para enfatizar isso novamente, a filosofia da mídia não parte de objetos ou métodos (PIAS, 2011, p. 17), mas da questão da constituição medial da produção de conhecimento de uma disciplina – incluindo a própria filosofia da mídia. A apresentação de retrospectivas investigativas com o objetivo de unificar o campo discursivo da filosofia dos meios – ao qual o presente texto também pertence – ou a introdução de perspectivas propositivas na pesquisa da medialidade existem desde o início da filosofia da mídia, contudo a situação do problema foi um pouco alterada: o desenvolvimento político-universitário e institucional das ciências (alemãs) dos meios pode ser bem delineado (ver a apresentação detalhada em LESCHKE, 2014), no entanto, ele é confrontado com algumas dificuldades de ter que considerar diversos desdobramentos disciplinares e conteudísticos, principalmente de outras áreas do saber. Essa alta heterogeneidade da filosofia da mídia se depara em campos tão diversos quanto os estudos de ciência e tecnologia, estudos audiovisuais ou a filosofia de processos, e está baseada, por um lado, nas visões epistemológicas do século XX (Bachelard, Canguilhem, Foucault) e, por outro, na renovação e diferenciação desses campos na filosofia da mídia.

Aqui, gostaria de discutir brevemente a filosofia da mídia como uma estratégia discursiva. Com isso, quero me referir a uma combinação mais livre de abordagens reflexivas sobre o conceito de meio e (suas) manifestações materiais concretas. A diferença, por exemplo, em relação à análise do discurso aos modos de Kittler é a delimitação do *a priori* medial. Para Kittler, era indiscutível que os meios, como sistemas de registro, tinham uma função discursiva, condicional e reguladora

(KITTLER, 2003). Deste modo, a obra de Foucault foi estendida à teoria dos meios. No entanto, a filosofia dos meios mais recente voltou a duvidar deste *a priori* medial. Em suma, limito-me a um problema que inicialmente é relevante para a estratégia do discurso da filosofia dos meios e que, em segundo lugar, coloca em questão o apriorismo medial – e que também pode ser entendido a partir da gênese esboçada até aqui de uma filosofia dos meios.

Isso tudo diz respeito à episteme dos meios. A pergunta “que tipo de conhecimento os meios produzem?” é basilar. Mas essa questão pode sofrer pelo menos três diferenciações. *Primeiramente*, aos meios pode ser imputada uma maneira própria de pensamento e reflexão. Trata-se, então, de uma capacidade teórica dos meios, na qual os próprios meios, enquanto agentes, produzem uma forma específica de ação e de conhecimento. Isso pode ocorrer, explicitamente, por meio da reflexão de artefatos tecno-mediais em processos de representação ou, implicitamente, nos próprios meios que supostamente encerram em si mesmos as suas propriedades e potenciais dando, assim, seu cunho específico. A teoria do cinema, por exemplo, não é apenas uma questão do discurso acadêmico, mas do próprio filme. Com isso, uma “teoria medial do próprio meio” sofre outra virada decisiva:

Uma teoria da mídia sobre o próprio meio seria, então, uma iluminação da lacuna entre teoria – rigorosa, conceitual e modelar – como uma forma de pensamento e o meio como uma condição de possibilidade dessa forma de pensar. Ela seria formulável não em termos teóricos fixos, mas sempre (ou ainda) envolvida nas operações e modos de funcionamento do próprio meio. (ENGELL, 2014, p. 207 et seq.)

Sob essa perspectiva, os meios se revelam como reflexivos: eles determinam sua estrutura de relacionamento que é estabelecida por intermédio deles na mesma medida em que são determinados por essa mesma estrutura. A esse respeito, a dimensão epistêmica consiste menos na geração de objetos estáveis e mais nas execuções performativas que são antes geradas – ou seja, só se tornam possíveis – através dos meios. Nesse aspecto, o conhecimento acaba sendo um uso concreto e operacional do meio.

Mas se – e agora entramos na *segunda diferenciação* – uma retração fundamental (a do próprio meio) provém desse uso, então como a

medialidade de cada meio pode ser demonstrada? Aqui neste potencial gerativo, por intermédio de uma posição mediadora e relacionadora dos meios, Dieter Mersch vê o perigo de um desaparecimento da materialidade e da medialidade do meio:

Nenhum meio pode mediar sua própria materialidade, muito menos os processos de sua própria performatividade; o portador da mediação, da transgressão, da transmissão, da transformação – ou o que quer que se compreenda como a função do meio – recusa-se à sua mediação, transgressão, transmissão ou transformação. (MERSCH, 2004, p. 79).

Mas como a materialidade, a medialidade e a performatividade do meio podem ser trazidas de volta à perceptibilidade se elas desaparecerem em seu uso operativo? Isto é conseguido pelo desvio do uso e pelo emprego de paradoxos mediais, que colocam o meio sob reflexão. O domínio de tais práticas performativas é a arte. Por essa razão, Mersch particularmente vê na abordagem do paradoxo medial não apenas um reduto de criatividade artística, mas também uma ferramenta de conhecimento reflexivo que não ocorre em modo discursivo, mas mostrativo. Nós então lidamos aí com epistemologias singulares no estético⁶.

Por fim, de acordo com a *terceira diferenciação*, o conhecimento dos meios pode ser investigado a partir da tecnologia: “O que o significado significa se a tecnologia o reorganiza desde a sua base e, assim, reorienta a cultura hermenêutica do significado?” (HÖRL, 2011, p. 11). O caráter explosivo desta perspectiva é afirmar que as abordagens anteriores da “progressiva ecologização tecno-informacional e tecno-comunicacional do ser” (ibid., p. 17) não podem fornecer conceitos apropriados para descrevê-la. Esse *deslocamento tecnológico do significado* diz respeito fundamentalmente à questão da “exterioridade, suplementaridade, proteticidade e abertura originais e inquestionáveis do ser humano” (HÖRL, 2010, p. 21). Se os meios determinam nossa situação, então, na cultura do significado pós-instrumental da era tecnológica, devemos continuar a discutir de que maneira (com quais práticas) e sob quais condições eles determinam o significado, os modos de percepção e a

6 O estético em referência ao modo como as coisas se dão aos sentidos. [NdT]

técnica. Entretanto, a essência da técnica permanece dominante nessa abordagem e sua reinterpretação é filosoficamente tão enobrecida que permanece questionável se o deslocamento tecnológico do significado não é, em última instância, um apriorismo tecnológico há muito tempo abandonado (MERSCH, 2006, p. 219).

O exemplo dessa questão aparentemente simples sobre o conhecimento dos meios mostra que a diferenciação interna da filosofia da mídia complexifica a situação-problema e, assim, procede de pressupostos parcialmente contraditórios. Pode-se resumir brevemente as mudanças nas questões dentro da filosofia da mídia da seguinte forma: por um lado, a questão da materialidade dos meios tornou-se a base inquestionável do interesse medial-filosófico; por outro lado, tornou-se rapidamente discutível qual o papel que essa materialidade desempenha no uso dos meios. Logo, é evidente que conceitos como mídia, tecnologia, significado e conhecimento mudam de sentido assim que são questionadas suas condições materiais e mediais. Isso já é um bom indício para a produtividade da estratégia discursiva da filosofia dos meios.

Os estudos de mídia na Alemanha possuem alguma excepcionalidade?

A pergunta sobre o excepcionalismo alemão é, antes de tudo, uma questão histórica. Ela está localizada, tanto em termos de conceituação como formação disciplinar, na História. O conceito de excepcionalismo tem suas raízes no século XIX e é discutido na historiografia internacional em relação à história nacional da Alemanha. Central aí é a questão de como a Alemanha poderia ter caminhado para um estado fascista e totalitário entre 1933 e 1945. Os debates sobre excepcionalismo alemão tentam, portanto, explicar como o país chegou ao Nacional-Socialismo⁷. Neles estão incluídos, entre outros, as teses da “nação tardia” (Helmut Plessner), a fraqueza constitucional da República de Weimar, a sobrecarga social da crise econômica, a “modernização reacionária” (Jeffrey Herf) e

⁷ Jürgen Kocka fornece uma visão ampla sobre o debate com numerosos argumentos a favor e contra o excepcionalismo. Cf. “German History before Hitler: The Debate about the German Sonderweg”, in: *Journal of Contemporary History* 23 (1988), Nr. 1, S. 3-16.

os conflitos de classes, e ainda o seu distanciamento do resto dos países ocidentais após a Primeira Guerra Mundial. Estas teses foram rejeitadas, por exemplo, com a objeção de que outros países (europeus) também sucumbiram aos fascismos (Itália, Espanha, Vichy, na França). Também não está claro se são realmente fenômenos ocidentais e se, por isso, os fascismos são herdeiros culturais do Esclarecimento. Especialmente na chamada “Disputa dos Historiadores”⁸ (Historikerstreit), no final da década de 1980, o debate sobre a autocompreensão nacional e como lidar com essa herança voltou a se manifestar.

Portanto, parece um tanto surpreendente e anacrônico quando, no final dos anos 2000, essa questão da excepcionalidade é subitamente discutida nos estudos de mídia. De maneira mais enfática, o debate foi conduzido em um evento na Universidade de Siegen, em 2009, no qual participaram, entre outros, Friedrich Kittler, Hans Ulrich Gumbrecht e Geert Lovink. Esse debate foi acompanhado por uma série de artigos no periódico acadêmico *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, dos quais o tradutor de Kittler e teórico da mídia norte-americano, Geoffrey Winthrop-Young, também participou⁹. Mas por que cientistas da mídia discutem sobre características nacionais de seu campo?

Seguindo o desenvolvimento da filosofia dos meios apresentada até aqui, essa discussão ocorreu na fase de sua diferenciação e gênese. Uma fase de orientação e (re)fundação é acompanhada por uma variedade de posições, ou seja, incertezas, teses abruptas, mas também reflexos – o que também inclui o conceito de uma certa excepcionalidade. Esse reflexo explica pelo menos essa relação e referência a um antigo debate.

No entanto, a história dos estudos de mídia também pode ser escrita, de maneira geral, sem características decididamente nacionais¹⁰. É quase consensual o fato de que os estudos e a teoria da mídia alemã são produtos de uma troca transnacional. Além disso, embora a estrutura específica alemã de financiamento acadêmico e, portanto, o modo de funcionamento científico sejam ressaltados enquanto fatores de distinção, muitos outros países têm características especiais neste

8 O *Historikerstreit* foi uma controvérsia intelectual e política transcorrida entre 1986 a 1989 na Alemanha Ocidental onde se discutiu as formas de memória da Alemanha nazista, as particularidades do Holocausto e qual o papel desses eventos na construção da identidade histórica do país. [NdT]

9 WINTHROP-YOUNG, Geoffrey; BALKE, Friedrich; CAMPE, Rüdiger; LETHEN, Helmut; PFEIFFER, Karl Ludwig. “Repliken auf Geoffrey Winthrop-Young und eine Gegenantwort”, in: *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, 2008, Nr. 2, S. 129-152.

10 LESCHKE, Rainer. Medienwissenschaften und ihre Geschichte, in: SCHRÖTER, Jens (Org.), *Handbuch Medienwissenschaft*, Stuttgart: Metzler, 2014, pp. 21-30.

tópico que também poderiam ser referenciadas. Por que, então, o caráter nacional é de repente trazido para o jogo acadêmico?

Para responder a essa pergunta, gostaria de citar dois argumentos que orientam uma parte do debate. Primeiramente, a experiência da atrofia dos meios de comunicação em massa com a máquina de propaganda de Goebbel durante o regime nazista após 1945 levou a uma sensibilização para seus poderes de manipulação e sedução. Em segundo lugar, um ceticismo se desenvolveu dentro da academia após a Segunda Guerra Mundial em relação às “super-teorias e paradigmas, que começam com suas afirmações conceituais de exclusividade” (WINTHROP-YOUNG, 2008, p.118).

Por outro lado, isso também levou a visões paranoicas, que na mídia assumem “principalmente esforços ou coerções de homogeneização” (ibid. p. 122). Em seu comentário sobre o debate do excepcionalismo, Claudia Breger faz justamente essa justaposição de reivindicações hegemônicas nas teorias da mídia internacionais e a diversidade heterônoma nas ciências da cultura dedicadas aos meios na Alemanha. Então, o que se trata aqui é, por assim dizer, de um desvio da produção internacional de teoria para um modo de pensamento (teórico) pluralista e democrático. Contra as renovadas reivindicações de hegemonia, Breger prescreve “meiozinhos maleáveis”: “software, estética dos meios, retórica em conjunção com o sotaque da diferença histórica, da polifonia síncrona, de um conceito de poder anti-monárquico emprestado de Foucault e de um interesse em espaços de ação para alguém dos fantasmas de soberania” (BREGER, 2009, p. 126).

Depreende-se daí que o pensamento medial-científico emana menos de um *corpus* fixo de teoria, objeto e método, e mais de investigações singulares sobre questões de medialidade, materialidade, reflexividade e práticas específicas.

Para citar mais um exemplo concreto de heteronomia: desde 2015, o *Internationale Jahrbuch für Medienphilosophie* [Anuário Internacional de Filosofia dos Meios] é publicado sob a direção de Dieter Mersch e Michael Mayer. O Anuário foi inaugurado com um artigo programático em decidido afastamento do apriorismo medial de Kittler, ao mesmo tempo em que defendia um recolhimento constitucional e diferencial naquilo que pode ser entendido como o medial. Esse decisivo distanciamento conduz a uma variedade de abordagens entre as contribuições publicadas no

Anuário que só poderiam ser unificadas sob uma curvatura grotesca de cada uma das diferentes posições: assim, surgem textos sobre as funções mediais de preposições, conjunções e locuções (e, como, através de, por meio de, etc.), sobre o pensamento cinematográfico do intervalo em Dziga Vertov ou ainda perguntas sobre a possibilidade paradoxal de tal pensamento heterogêneo – ou seja, uma forma de pensar que inquieta, incomoda e reconfigura – de se tornar tecnologicamente repetível.

Em outro lugar de produção filosófica da mídia – particularmente na Universidade de Weimar – surge como problema a questão do homem nas constelações mediais. Após a introdução da materialidade em trajes técnicos nas Ciências Culturais da Mídia nos anos 1980, o ser humano e, portanto, o momento humanista, foi imediatamente expulso. Do ponto de vista teórico-midiático, as questões antropológicas da mídia sobre o entrelaçamento entre homem e máquina, orgânico e mecânico, tendem a ficar em segundo plano. Como essa conexão reflexiva entre o ser humano e a mídia pode ser então descrita como um “terceiro independente, que precede toda distinção entre ser humano e os meios como sua origem”¹¹ ainda está para ser trabalhado. Tal “antropomedialidade”, como conceito heurístico, supera tanto o *a priori* medial quanto o antropológico e enfoca os conceitos epistêmicos, éticos, experimentais e reflexivos desse emaranhamento.

Aqui também não está à vista nem uma teoria-alfa vinculativa nem se trata de um empreendimento de pesquisa especificamente alemão. A busca por descrições plausíveis, mais voltadas para o singular do que para o geral, não diz respeito apenas à comunidade alemã, mas à comunidade internacional de pesquisa. O elemento germânico na filosofia da mídia alemã seria então apenas, de um lado, a orientação para as Ciências da Cultura e, por outro, sua língua de trabalho. O conhecimento reflexivo de tal filosofia dos meios é sem fronteiras, tanto nacionais quanto discursivas. Talvez essa qualidade sem limites seja uma característica essencial de uma “ciência midiática da cultura” medial-filosoficamente fundamentada.

11 Programa de Investigação do KOMA (Centro de Competências em Antropologia Medial), disponível em www.uni-weimar.de/de/medien/institute/koma/forschungsprogramm. (Acessado pela última vez em 11/05/2019).

REFERÊNCIAS

BAHR, Hans-Dieter. *Medien und Philosophie. Eine Problemskizze in 14 Thesen*. In: THOLEN, Georg Christoph; SCHADE, Sigrid (Org.). **Konfigurationen: zwischen Kunst und Medien**. Munique: Wilhelm Fink, 1999, p. 50-68.

BOEHM, Gottfried (Org.). **Was ist ein Bild?**. Munique: Fink, 1995.

BREGER, Claudia. Zur Debatte um den Sonderweg deutsche Medienwissenschaft, *Zeitschrift für Medienwissenschaft* 1, 2009, Nr. 1.

ENGELL, Lorenz; VOGL, Joseph. *Vorwort*. In: PIAS, Claus; VOGL, Joseph; ENGELL, Lorenz; FAHLE, Oliver; NETZEL, Britta (Org.). **Kursbuch Medienkultur: die massgeblichen Theorien von Brecht bis Baudrillard**, Stuttgart: DVA, 1999, p. 8-11.

_____. Tasten, Wählen, Denken. Genese und Funktion einer philosophischen Apparatur. In: MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003.

_____. Affinität, Eintrübung, Plastizität. Drei Figuren der Medialität aus der Sicht des Kinematographen", in: MÜNKER, Stefan; RÖSLER, Alexander (Org.). **Was ist ein Medium?** Frankfurt: Suhrkamp, 2008, p. 185-210.

_____. Medien waren möglich. In: PIAS, Claus. **Was waren Medien?**. Zürich: diaphanes, 2011, p. 103-120.

_____. Zeitagenten und Agentenzeit. Uhrenhandeln in Christian Marclays "The Clock". In: ENGELL, Lorenz; VOSS, Christiane; HARTMANN, Frank. **Körper des Denkens: neue Positionen der Medienphilosophie**. Munique: Wilhelm Fink, 2013, p. 305-217.

ESPOSITO, Elena. Blindheit der Medien und Blindheit der Philosophie. MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003.

FILK, Christian; KRICHMANN, Kay; GRAMPP, Sven. Was ist 'Medienphilosophie' und wer braucht sie womöglich dringender: die Philosophie oder die Medienwissenschaft? Ein kritisches Forschungsreferat. In: *Allgemeine Zeitschrift für Philosophie* 29, Nr. 1, 2004, p. 39-65.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. Materialität der Kommunikation. In: ROESLER, Alexander; STIEGLER, Bernd (Org.). **Grundbegriffe der Medientheorie**. Paderborn: Fink, 2005, P. 144-149.

GUNTAU, Martin; LAITKO, Hubert (Org.). **Der Ursprung der modernen Wissenschaften: Studien zur Entstehung wissenschaftlicher Disziplinen**. Berlin: Akad.-Verl, 1987.

HEIDEGGER, Martin. **Die Technik und die Kehre**. Pfullingen: Neske, 1962, p. 37-47.

HÖRL, Erich. Die technologische Sinnverschiebung. Über die Metamorphose des Sinns und die große Transformation der Maschine. In: ENGELL, Lorenz; BYSTRICKY, Jiri; KRTOLOVA, Katerina (Org.). **Medien denken: Von der Bewegung des Begriffs zu bewegten Bildern**. Bielefeld: transcript, 2010, P. 17-36.

_____. **Die technologische Bedingung. Beiträge zur Beschreibung der technischen Welt**. Berlin: Suhrkamp, 2011, p. 7-53.

KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800-1900**. München: Fink, 2003.

KRÄMER, Sybille. Erfüllen Medien eine Konstitutionsleistung? Thesen über die Rolle medientheoretischer Erwägungen beim Philosophieren. In: MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003, p. 78-90.

LESCHKE, Rainer. Medienwissenschaften und ihre Geschichte. In: SCHRÖTER, Jens (Org.). **Handbuch Medienwissenschaft**. Stuttgart: Metzler, 2014, p. 21-30.

MERSCH, Dieter. Medialität und Undarstellbarkeit. Einleitung in eine ›negative‹ Medientheorie. In: KRÄMER, Sybille (Org.). **Performativität und Medialität**. München: Fink, 2004, p. 75-96.

_____. **Medientheorien zur Einführung**. Hamburg: Junius, 2006.

MERSCH, Dieter; MAYER, Michael (Org.). **Internationales Jahrbuch für Medienphilosophie. Einschnitte: Genesis und Geltung medienphilosophischer Reflexionen**. Berlin: de Gruyter, 2015.

MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003.

PIAS, Claus. **Was waren Medien?**. Zürich: diaphanes, 2011.

SANDBOTHE, Mike. **Wozu Medienphilosophie?** Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

SANDBOTHE, Mike; NAGL, Ludwig (Org.). **Systematische Medienphilosophie**. Berlin: Akad.-Verl 2005.

SCHRÖTER, Jens; SCHWERING, Gregor. Modelle des Medienwandels und der Mediengeschichtsschreibung. In: SCHRÖTER, Jens (Org.). **Handbuch Medienwissenschaft**. Stuttgart: Metzler, 2014, p. 179-190.

SEEL, Martin. Eine vorübergehende Sache. In: MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003, p. 10-15.

THOLEN, Georg Christoph. Überschneidungen. Konturen einer Theorie der Medialität. In: THOLEN, Georg Christoph; SCHADE, Sigrid. **Konfigurationen: zwischen Kunst und Medien**. Munique: Wilhelm Fink, 1999, P. 15-34.

WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. von gelobten und verfluchten Medienländern. Kanadischer Gesprächsvorschlag zu einem deutschen Theoriephänomen. In: *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, Nr. 2, 2008.



Savery, Thomas, einer der Erfinder
in der Erfindung der Dampfmaschine, geb.
zu Stavron in Devonshire, gest. 1716
(mehrmals, Gedächtnistage).

Sordi, hiner lat. Tier- und Pflanzen-
besitzer Paul Sordi, einen ital. Naturfor-
scher 1844 als Professor in Pisa; er schickte
reichen pflanzl. und zool. Abbildungen
thun.

[illegible]

Savignano di Romagna (17. - 19. Jh.), Stadt im Kreis Urbino der ital. Prov. Perù, an der Via Aemilia und der Linie Bologna - Rom der Nationalen Eisenb., der (1882) die Gemeinde 4501 P., und eine von dem bischöflichen Marchese von Cerveteri (1891) angelegte Eisenbahnstation mit 18000 P. und Wägenanlange.

Saunders (Hr. v. d. H.), Jakob. Hart
Jura, geb. 21. Sept. 1779 zu Frankfurt a. M.
1809 die Universität Marburg. Nachdem
auch verschiedene Stellungen, Leipzig und
1810 nach Bonn kam, wo er einige Jahre gelebt
begann er 1806 in Marburg jurist. Vorlesungen,
erst als Privatdozent, 1810 2ter als außerord.
Lehrer. Auf mehrjährigen Reisen durch Preussl.
und Frankreich vollendete er sich vor Aufnahm
bekannter Curien des röm. Rechts und der Nat
geschichte. 1806 wurde er Professor der Rechte
Landrecht und 1810 der Errichtung der Univers
in Berlin einer der ersten Lehrer an derselben, 18
Mitglied des Staatsraths, 1819 Rat des die in
sein. Vorlesungen erwiderten Anerkennung
enthielt 1812 zwei. Minister für die Revision d
Verordnung. Er trat im März 1818 als Privatdo
zent nach Bonn. Im Okt. 1821 in Berlin. Er übte
in den Jahren der sog. bürgerlichen Schule d
Rechtslehre, obwohl man ihn, seine Lage un
Schwierigkeiten nicht so, nicht des Später der
selben nennen kann. Innerhalb dieser Zeit
trat S. zur Zeit der Schwärze dieser Zeit
schlugen aus. Hülft, Schme, Körner u. a., weic
im vortrefflichen, von der Herrschaft der bürgerl
Recht befreit, offen bezeichneten, in der viel
bestehenden Schrift „Vom Beruf unserer Zeit für
Gesetzgebung und Rechtswissenschaft“ (Berlin
1815; Reutrad, 2te u. 3te. 1820) erläutern. Die
Polemik dieser Schrift war lebhaft. Unter
suchungen vordrangen, denen man seine „Geschichte
des röm. Rechts im Mittelalter“ (6 Bde., Berlin

Mídia e história na Teoria Alemã das Mídias





Mídia e história na Teoria Alemã das Mídias

Media y historia en la teoría alemana de los medios

Media and history in German media theory

MARCIO TELLES ¹

Resumo: O artigo investiga como as palavras mídia e história são empregadas dentro dos textos teóricos da Teoria Alemã das Mídias. Afirma-se que problemas, soluções, metodologias e pressupostos teóricos encontrados dispersos em vários autores identificados com a TAM não são fortuitos, mas expressões produtivas do agenciamento constituído ao redor dessas palavras, que funcionariam como atratores teóricos dentro de uma rede discursiva. Estuda-se como mídia é usada (mas não conceituada), em Kittler, e em como “pós-história”, constituída na negação de história, substancia a Arqueologia das Mídias.

Palavra-chave: Epistemologia da comunicação; Palavras-chave; Teoria Alemã das Mídias.

Resumen: El artículo investiga cómo las palabras media e historia se emplean dentro de los textos teóricos de la Teoría Alemana

¹ Professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Winchester School of Art, Universidade de Southampton, Inglaterra, Reino Unido. A pesquisa que originou este artigo foi financiada pela CAPES.

de los Medios. Se afirma que problemas, soluciones, metodologías y presupuestos teóricos encontrados dispersos en varios autores identificados con la TAM no son fortuitos, sino expresiones productivas del agenciamiento constituido alrededor de esas palabras, que funcionarían como atractores teóricos dentro de una red discursiva. Se estudia cómo Kittler se utiliza de la palabra media y en como “post-historia”, constituida en la negación de historia, sustancia la Arqueología de los Medios.

Palabras clave: Epistemología de la comunicación; Redes discursivas; Teoría Alemana de los Medios.

Abstract: The paper shows how the words media and history work within German Media Theory's texts. As a hypothesis, the paper states that problems, solutions, methodologies and theoretical assumptions scattered through various authors within the GMT tradition are not random; instead, they are productive expressions of the discourse network built around these words. The paper shows how Kittler uses the word media and how “post-history” sanctions Archaeology of Media's point of view on history.

Keywords: Discourse networks; German Media Theory; Keywords

1. Introdução

No nível mais geral, a Teoria Alemão das Mídias (TAM) propõe um tipo de investigação a respeito das condições de possibilidade de uma (materialidade de) mídia específica. Para a TAM, as mídias que emergem dentro de situações particulares têm consequências, muitas vezes imperceptíveis, em como o mundo é percebido e habitado, e sobre aquilo que é possível comunicar em cada época e por meio de cada mídia. Consequentemente, entende que essas mesmas situações são fruto e consequência de experiências contingentes a um período de tempo. Também percebe que os próprios processos de subjetivação são a consequência do engajamento dos humanos com as mídias, da mesma maneira que visões de mundo são inseparáveis de suas medialidades.

Tudo a partir do pressuposto metodológico de que a materialidade da mídia (FELINTO, 2001) é o ponto inicial de investigação.

O programa de pesquisa esboçado acima é, reconhecidamente, um construto artificial agenciado mais por comentadores internacionais de alguns autores alemães do que propriamente por um conjunto homogêneo de projetos. Para os alemães, esse construto estrangeiro desfigura propostas teóricas distintas e programas de pesquisa particulares (GEOGHEGAN, 2013; SPRENGER, 2016): a *German Media Theory* é ao mesmo tempo menor e maior que as *Medienwissenschaften* (SPRENGER, 2016, p. 85) alemãs e suas abordagens correlacionadas, como *Medienarchäologie* e as *Kulturtechniken*². Isso não exclui, todavia, a existência de um mínimo denominador comum que, no nosso entender, dar-se a ver na maneira como algumas palavras-chave são empregadas pelos autores, o que demonstraria – mais do que as propostas teóricas e os programas particulares de pesquisa – a existência de um caldo intelectual comum. Logo, se uma primeira questão é delimitar quais textos podem ser incluídos no rol da TAM – pois, evidentemente, não é possível, nem desejável, afirmar que tudo aquilo que é produzido teoricamente na Alemanha possa ser chamado de TAM –, o que parece estar a *priori*do núcleo duro de pressuposições teóricas são os usos compartilhados dessas palavras-chave.

Logo, o desafio é entender o pensamento teórico alemão das mídias em relação a si próprio e ao ambiente (ou à situação) em que é gestado. A hipótese de fundo é que certas palavras-chave (WILLIAMS, 2015) e suas “formações de sentido” servem como atratores, elementos dispersos em um espaço topológico na direção dos quais uma rede discursiva (KITTLER, 1990) tende a evoluir. A profundidade semântica delas é perfeitamente clara para os estudiosos alemães, mas não é possível dizer que se reportem de igual maneira ao entendimento comum do leitor brasileiro. A falta de compreensão a respeito dessas nuances trunca a recepção dos textos: o que os autores da TAM compreendem quando falam em mídia e história, por exemplo, é diferente do que nós, brasileiros, compreendemos quando ouvimos (e falamos) de mídia e história. Logo, reconhece-se a existência de problemas comunicacionais

2 Em tradução livre, respectivamente: Estudos de Mídia, Arqueologia das Mídias e Técnicas Culturais. Esses três conjuntos podem ser identificados, de maneira bem provisória, com os desenvolvimentos teóricos respectivos aos anos 1980, 1990 e à segunda década do século XXI, pós-falecimento de Friedrich Kittler, em 2011.

nos processos tanto de produção quanto de recepção de teorias a respeito de mídias.

Tal foco nos conceitos e em sua dimensão semântica, assim como o posicionamento destes como subsidiários epistêmicos, possui um grande lastro na história do pensamento e dos sistemas filosóficos³. Um dos trabalhos mais significativos do uso performático das palavras dentro de contextos socioculturais específicos é *Keywords*, do britânico Raymond Williams (2015). Williams compreendia a língua como causativa, capaz de exercer uma força social estruturante, ainda que não independente dos comunicadores humanos e seus usos desejados e desejáveis, substanciando o *insight* do polemista francês Alexis de Tocqueville (2010, p. 326) de pensar a língua como “o primeiro instrumento do pensamento”. Para Williams (2015, p. xxiv, tradução nossa) palavras-chave são “palavras significativas e obrigatórias em certas atividades e [em] sua interpretação; [e] palavras significativas e indicativas em certas formas de pensamento”.

Para os interesses deste artigo, a rede a ser estudada é aquela desenhada do conjunto de hipóteses e suposições que orbitam em direção a, e a partir de, duas palavras-chave: mídia e história. No nosso entender, compreender o sentido específico com que o *termo* mídia (mas não o *conceito*) é empregado pelos teóricos alemães abre as possibilidades de um estudo comparado de proposições teóricas. Para os teóricos alemães, os modos como empregam palavras como mídia e história são absolutamente claras. A maneira como esses termos são tomados por naturais, assim como as valorações que ocultam e o que é tido como implícito quando cada uma das palavras é invocada, torna difícil transpô-las a um estrangeiro. Ao fim e ao cabo, é essa externalidade dos termos que apontam para o entendimento epistemológico produtivo de uma rede discursiva teórica.

A seguir, em duas breves seções, apontaremos os desenvolvimentos teóricos associados à teoria de Kittler e aos pressupostos da Arqueologia das Mídias como dependentes de dois entendimentos de termos específicos (as *palavras-chave*) que são incontornáveis à reflexão desses autores, mas que se encontram *a priori* de seus pensamentos. Elas – as

3 Cito, muito brevemente, os nomes de Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault e Raymond Williams como autores que já se debruçaram em investigações semelhantes.

palavras mídia e história – são a matéria que empregam para “in-formar” suas reflexões, mas não são de maneira alguma neutras de significado. O que elas trazem consigo são determinantes para a maneira específica de pensar a respeito dos meios, o que justificaria – como tentarei desenvolver na conclusão – o enquadramento dos autores em uma “Teoria Alemã das Mídias”, por mais que os alemães desgostem do termo.

2. “Mídia” em Kittler

Naquele que talvez seja o exemplo mais famoso da teoria das mídias de Friedrich Kittler (1990, p. 191-198; cf. também em KITTLER, 1999, p. 202-206), o filósofo Friedrich Nietzsche, em uma carta a um amigo compositor, sugere que “Nossas ferramentas de escrita também operam sobre os nossos pensamentos”. Debilitado pela miopia e por fortes dores de cabeça que prejudicavam o tempo que dedicava à escrita e à leitura, Nietzsche adquirira nos últimos anos de sua vida uma máquina de escrever primitiva – uma “*writing ball*” dinamarquesa Malling Hansen – que não o permitia ver a letra escolhida no ato de datilografar. Seu amigo notou mudanças em seu estilo de escrita: a prosa de Nietzsche tornara-se diminuta, direta, quase telegráfica. Segundo Kittler,

Nietzsche [...] mudou de argumentos para aforismos, de pensamentos para trocadilhos, de retórica para o estilo de telegrama. É precisamente isso que significa a frase que nossas ferramentas de escrita também estão trabalhando em nossos pensamentos. A bola de escrever de Malling Hansen, com suas dificuldades operacionais, transformou Nietzsche em um lacônico (KITTLER, 1999, p. 203, tradução nossa).

O que Kittler tenta operar é a redução do arquivo foucaultiano às características materiais enquanto sinônimo para “mídia”. A partir daí, os limites do comunicável equivaleriam aos limites da medialidade. É o que Kittler (1999, p. xxxix, tradução nossa) quer dizer com a emblemática frase que abre *Gramophone, Film, Typewriter*: “A mídia determina nossa situação”. As mídias “atuam” sobre nossos pensamentos precisamente porque são elas que ofertam o universo do comunicável (dos visíveis e dos enunciáveis): não existe comunicação sem elas. Na verdade,

qualquer forma de sensação é, *a priori*, impossível: o corpo humano é anestesiado sem elas. Kittler inverte a proposição McLuhaniana: as mídias não são mais a extensão do homem; é o humano a extensão das mídias.

Isto descansa sobre uma compreensão particular da palavra “mídia”, substanciada por uma forte tradição germânica, que Kittler “contrabandeia” para dentro de sua obra. Nesse sentido, Kittler também seria o resultado de sua rede discursiva. Nela, Aristóteles é nomeado o “primeiro teórico da mídia” (SEITTER, 2015), quiçá o primeiro teórico alemão de mídias. Para Aristóteles “há sempre um atributo sensível que causa um movimento no *medium* (ar, água ou terra), que por sua vez produz movimento nos órgãos do sentido. Com isso, os corpos só são percebidos na medida em que atributos sensíveis movimentam o *medium*” (BASTOS, 2012, p. 56). Se Kant afirmava que a imagem do mundo “lá fora” é definida pelas características de nosso aparato intelectual, que define *a priori* nossas experiências *a posteriori*, Kittler preocupa-se que nosso aparelho psíquico é, senão moldado, ao menos entremeado pelas mídias que utilizamos, ou seja, todo *a priori* intelectual é, na verdade, um *a priori medial*. Não existiria significação fora das mídias (e sua base material), pois não existiria sequer a possibilidade de percepção. Isso significa que é a mídia que produz a presença de algo que até então estava além ou aquém do nosso limiar perceptivo. Uma nova mídia, portanto, muda as fronteiras do visível e do enunciável – daquilo que pode ser percebido – em uma determinada época, logo, também do comunicável.

Todavia, há uma distinção na maneira como *medium* e mídia estão relacionados, ainda que nem sempre esse entendimento seja evidente ou mesmo consciente por parte dos autores. O conceito de mídia é dividido em duas grandes categorias: as suas formas materiais – superfícies –, e o *medium* ou meio propriamente dito, atingido sempre de forma enviesada a partir da descrição cuidadosa da materialidade manifestada. A partir daí, a mídia é pensada como o agenciamento *ad hoc* de elementos heterogêneos – de “aparatos técnicos, códigos, sistemas simbólicos, formas de conhecimento, práticas específicas e experiências estéticas” (VOGL, 2007, p. 16, tradução nossa). A mídia, embora sendo o *a priori* da percepção, não é o *a priori* dela mesma; sua emergência é dependente de técnicas, pois “As ferramentas prescrevem seu próprio uso e os objetos possuem seus próprios operadores” (VISMANN, 2013,

p. 83, tradução nossa).

Essa concepção *sui generis* de mídia fundamenta não apenas Kittler, mas também as práticas características pelas quais a TAM é conhecida: longas descrições das materialidades da comunicação, beirando as especificidades técnicas tanto dos suportes como dos materiais com que são feitos; objetos de pesquisa cujos contornos jamais estão claros e que claramente, mas não explicitamente, estão para além dos objetos físicos analisados, ainda que estes sejam os objetos dos quais partam as análises. Isso faz com que os objetos de pesquisa se multipliquem: afinal, qualquer coisa pode vir a ser mídia, quer dizer, qualquer forma pode vir a ser a porta de entrada a esse objeto de pesquisa que estamos chamando, grosso modo, *medium*.

Para muitos dos autores que seguiram os passos de Kittler, não parecia existir qualquer delimitação ou definição axiomática do que poderia vir a ser enquadrado como mídia: essa “não ontologia” (HORN, 2007, tradução nossa) levaria a uma definição tautológica, definindo-a de forma *ad hoc*. Mesmo nesse caso, a mídia não seria balizada pragmaticamente, já que muitos autores não parecem interessados no que as pessoas fazem com elas (GEISLER, 1999). Ao contrário, a “não ontologia” da mídia define-a a partir dos usos e/ou das demandas do *pesquisador*, daquilo que ele entende como sendo o elemento não discursivo de um *medium* específico. Como observa Jussi Parikka, o conceito de mídia da TAM “não é antiontológico *per se*, mesmo que não se estabeleça sobre uma definição de meios de comunicação reconhecido por uma entidade disciplinar e institucional” (PARIKKA, 2012, p. 10, tradução nossa). Ao tomar a materialidade da mídia como foco primário de análise – a percepção de que “todo ato de comunicação exige a presença de um suporte material para efetivar-se” (FELINTO, 2001, p. 3) –, o perigo é sempre soar “tecnodeterminista”, algo que, no senso comum, é “altamente suspeito, se não moralmente depravado”, como brinca Winthrop-Young (2011a, p. 14, tradução nossa). Uma consequência direta é a dilatação do conceito de mídia, de forma que uma gama imensa de objetos possa ser estudado enquanto mídia, não limitando-se aos consagrados suportes habituais da tradição administrativa norte-americana. Um efeito disto é que nem todo estudo, filosofia e teoria alemã sobre Mídia são, *mutatis mutandis*, estudos, filosofias e teorias sobre Comunicação. É preciso manter isso em vista, considerando a tradição

brasileira de pensar as mídias a partir de seus aspectos *comunicacionais* e não – como os alemães – a partir de suas posições *mediais* dentro de sistemas complexos de relações. Siegert (2013) aponta que o termo *Medien* não identifica um foco definido de objetos, mas uma moldura de referência para a investigação dentro das Humanidades, um ponto de vista apoiado por Claus Pias (2016): os Estudos de Mídia seriam uma abordagem capaz de “problematizar” diversas disciplinas das Humanidades (e, no caso brasileiro, Sociais Aplicadas).

Logo, a questão não é a busca por um conceito fechado capaz de validar uma disciplina acadêmica. Afinal, mídia é uma palavra-chave que produz a desestruturação da estrutura acadêmica: seus objetos estão por toda a parte. Isso faz com que alguns dos autores da TAM mais fiéis a Kittler substituam a pergunta “o que são mídias?” por “o que, em determinada circunstância, ‘estavam mídias?’” (PIAS, 2011). A resposta a essa questão depende da distinção entre 1) um suporte de mídia, 2) aquilo que elas supostamente *medeiam*, e 3) como elas servem de meio até o Outro; o que leva a uma construção teórica na qual, partindo da diferenciação entre materialidade e *medium*, a mídia aparecerá sempre como terceira, em sua condição de medialidade.

Aqui, chega-se a um ponto crucial: mídia e materialidade não são sinônimos; ao mesmo tempo, a materialidade não deixa de ser o suporte do *medium*. A mídia é definida por sua medialidade, a sua posição como terceiro mediador em um sistema dual articulado entre *medium* e forma. A materialidade é a forma de expressão do *medium* – a sua “entidade não discursiva” (ERNST, 2018, p. 44) –, mas não pode ser reduzida jamais à mídia e à sua medialidade. Justamente, qualquer materialidade está, enquanto exterioridade, sempre em risco de se tornar obsoleta como expressão da rede que a articula. Por consequência, há um foco excessivo na dimensão material dos aparelhos e a descrição pormenorizada de seu interior; o entendimento de que esses aparelhos são formações históricas e temporárias, cujo estudo detalhado se assemelharia ao de um fóssil – o que irá desemborcar na Arqueologia das Mídias.

3. “História” na Arqueologia das Mídias

Para o finlandês Jussi Parikka, treinado na Alemanha, a Arqueologia

das Mídias é a “escavação das razões *de fundo* de por que certo [...] aparato de mídia ou hábito de uso é capaz de nascer, ser adotado e se sustentar em uma situação cultural” (PARIKKA, 2012, p. 6, tradução e grifo nosso), sempre do ponto de vista do presente. Se, para McLuhan, o *conteúdo* de um meio é outro, do ponto de vista de Parikka, a *história* de uma mídia é outra mídia (mais corretamente, *mídias*) – daí a ênfase, por exemplo, em artefatos *pré*-cinematográficos como “entreatos” das mídias e das diversas modulações dos sentidos visuais e auditivos (ZIELINSKI, 1999).

Se essas são as linhas gerais da abordagem, há nuances nos projetos particulares de cada autor identificado com ela, como Zielinski (1999, 2006), Elsaesser (2018), Ernst (2017, 2018) e o próprio Parikka. Todavia, as especificidades parecem se sustentar na construção de um entendimento bastante particular da palavra *história*, empregada pelos autores de Arqueologia das Mídias como uma maneira de distinção em relação à outra disciplina aparentada, a História das Mídias. Quem dá as coordenadas epistemológicas para essa compreensão de “história”, dentro da rede discursiva do pensamento germânico sobre mídias, são o tcheco-brasileiro-alemão Vilém Flusser, cuja influência sobre a TAM precisa ainda ser mais bem estudada⁴, e Hans Ulrich Gumbrecht, junto de Kittler, a principal figura de divulgação da TAM no exterior.

Duas características do pensamento alemão sobre mídias são sua periodização rigorosa e seu modelo de rupturas, quase sempre propagadas por mudanças tecnológicas. O ponto de identificação de uma ruptura radical entre dois modelos de mundo é a Modernidade (cf., como exemplo, KITTLER, 1999), a quebra entre um modelo supostamente linear (histórico), “próprio”, que organiza o paradigma hermenêutico; e outro, mecânico e “impróprio”, não-linear, nãohermenêutico, *pós-histórico*. Vilém Flusser, por exemplo, propõe esse modelo de ruptura na oposição entre um sistema linear baseado na escrita por outro não-linear, poroso e digital. Essa passagem é equacionada à invenção e posterior adoção gradual das mídias técnicas, cuja característica de

4 Se tomarmos como correta a periodização do pensamento alemão sobre mídias pós-anos 1970 proposta por PIAS (2016), Flusser estaria em uma espécie de “grau zero”, anterior à geração de Kittler e Gumbrecht. Esses dois autores prestam seguidas referências a Flusser, sobretudo Kittler, responsável pela ida do tcheco-brasileiro à Bochum em sua última conferência, publicada no Brasil com o título de *Comunicologia* (FLUSSER, 2014). Cf. a introdução de Kittler para a publicação.

reprodutibilidade mina o entendimento linear (e narrativo), de um fluxo contínuo em uma só direção. Com isso, a história deixaria de ser um movimento em direção ao progresso para se tornar um anacronismo incapaz de dar conta da atual situação justamente porque seu “sistema de inscrição” é incapaz de transcrever as expressões matemáticas que *in-formam* o digital (FLUSSER, 2011). Referindo-se à operacionalização de mídia, há nessa estrutura conceitual a dissolução da medialidade que mantinha unida a rede discursiva histórica (o modelo narrativo linear) a seu sistema de inscrição de preferência (a escrita). A partir da Modernidade, como em um fractal, qualquer momento no presente pode – por meio de tecnologias digitais de arquivamento cada vez mais onipresentes – ser conectado a qualquer passado, o que faz da “recursão” – uma palavra que os alemães preferem à “recorrência” – do passado um dos modelos de análise essenciais da Arqueologia das Mídias.

Se isso não é particularmente novo no tipo de crítica após-a-Modernidade, o frescor de Flusser é fazer colidirem dois regimes distintos, e apostar na diferença como estruturante da forma mais recente. Para ele, um filme conta sua *história* por meio de uma linha – de um enredo –, portanto, o faz historicamente. Ao mesmo tempo, porque a forma cinema é pós-histórica, gera uma espécie de dissonância entre forma e conteúdo. Logo, o espectador, embora “[...] atue na história e seja determinado por ela, já não está mais interessado na história como tal, mas na possibilidade de combinar várias histórias. Isso significa que para ele a história não é mais um drama [...], mas apenas um jogo” (FLUSSER, 2007, p. 123). A questão aqui não é apenas que uma mídia é o conteúdo da seguinte – o romance para o cinema –, mas que, assim sendo, cria-se uma situação em que o campo de possíveis da mídia mais recente começa a corroer a anterior. O cinema não apenas inaugura novas possibilidades para “contar” uma história como reconfigura o que era possível fazer nas narrativas em forma de romance. Por isso mesmo – e isso é mais Kittler do que Flusser – que a literatura e outras formas de mídias anteriores são os melhores loci de análise para compreender as possibilidades das mídias mais recentes (vide KITTLER, 1990). Esses são, em linhas bastante gerais, os contornos iniciais da Arqueologia das Mídias.

Uma das primeiras consequências dessa “crise da História linear” é o tipo de pensamento histórico que se torna possível na própria filosofia

de Flusser. Ao pensar a história não como um acúmulo de passado em direção a um futuro aberto, mas como uma espiral em que as imagens *pré-históricas* encontram as imagens *pós-históricas*, Flusser oferta o modelo de história que será investigado por Siegfried Zielinski (1999, 2006). Zielinski (2006, p. 19) defende em suas pesquisas sobre o tempo profundo das mídias a existência de “uma preocupação contemporânea a respeito da perda contínua da diversidade”. Ele então introduz “uma nova categoria que se *contrapõe ao pensamento linear*: ‘excelência’, que deve ser medida com referência aos eventos de diversificação e à difusão da diversidade” (ZIELINSKI, 2006, p. 19, grifo nosso). Logo, Zielinski advoga abandonar todas as imagens, ideias e metáforas de progresso contínuo e linear, em prol do que chama tempo *circular* das mídias. Apesar de não haver citação direta a Flusser – e de Zielinski nunca exatamente conceituar “pensamento linear” –, a estrutura de oposição e rupturas que ele está utilizando é compartilhada pelo filósofo tcheco⁵.

Já Hans Ulrich Gumbrecht (1999) tenta suspender todas as grandes narrativas filosóficas a respeito da História capazes de emoldurar a sua pesquisa em prol de uma descrição exaustiva das materialidades cotidianas de uma determinada época. O desejo não é, porém, evitar grandes narrativas ou mesmo prescindir de uma filosofia da História. Ao contrário, esse nível só poderia ser acessado *a partir* da materialidade. Assim, semelhante a Kittler na sua preferência às descrições exaustivas das dimensões materiais e técnicas dos aparelhos, Gumbrecht transpõe esse método à Literatura e à História, dividindo os fenômenos analisados “em duas grandes categorias: fenômenos materiais, tratados como superfícies, e visões de mundo, atingidas através da descrição de conceitos dominantes” (ARAUJO, 2006, p. 321).

Ao menos desde a Querela dos Antigos e Modernos⁶, o conhecimento histórico “começou a se definir como a possibilidade de prever as direções que a História, como um movimento progressivo e abrangente de mudança” (GUMBRECHT, 1999, p. 461). Nessa filosofia da História, o futuro se diferenciaria cumulativamente do passando, marchando

5 Não se pode esquecer que Zielinski foi, por muitos anos, o responsável pelo Arquivo Vilém Flusser na Universidade de Artes de Berlim (UdK), onde atualmente leciona.

6 Polêmica intelectual francesa dos séculos XVII e XVIII, que debatia tanto se era possível aprender algo com a História quanto se os feitos dos modernos (aqui no primeiro dos três sentidos identificados por Gumbrecht) algum dia superariam os do mundo clássico.

sempre em direção a “novos futuros, moldados pelos ‘horizontes abertos de possibilidades’” (GUMBRECHT, 2015, p. 64). Prensado entre os dois, o presente não seria mais que um “mero momento de transição” (GUMBRECHT, 2015, p. 64). Na virada do século passado, no momento em que a Modernidade se configurava como um momento de transição das sociedades industriais, esse cronótopo que organizou o pensamento sobre os processos históricos teria entrado em crise. Ele continuará a sofrer ao longo do século. Uma vez frustrado o otimismo em relação ao conceito de progresso, o futuro voltaria a ser ameaçador, da mesma forma que era na Idade Média, diz-nos Gumbrecht (2015, p. 66).

Em linhas gerais, isso é o que Gumbrecht identifica como *processo de destemporalização* (GUMBRECHT, 1998, p. 137-151), cujo resultado é a situação de “nosso amplo presente”. No cronótopo anterior, o presente era “imperceptivelmente breve, no qual as ações humanas aconteciam como seleções entre diferentes roteiros possíveis para o futuro” (GUMBRECHT, 1999, p. 468). Agora, ele tornou-se “onipresente”, o que caracterizaria a cultura ocidental pós-moderna “pela permanência de um presente infindável” (FELINTO, 2001, p. 9). Não escapara também a Flusser que a explosão de um horizonte histórico e linear de progresso, em substituição ao interesse crescente por ferramentas contra-históricas como os bancos de dados, levaria ao abandono do futuro (FLUSSER, 2011). Porém, ao contrário de Gumbrecht, a inspiração de Flusser parece vir da Escola de Frankfurt e sua desconfiança da ideia de progresso, e não necessariamente do processo de destemporalização. Nesse sentido, para Flusser, a crise histórica é a consequência do progresso tecnológico ao longo do século XX; enquanto que, para Gumbrecht, não existe causação estabelecida a priori; ou, quando existe, ela é mais “discursiva” e menos materialista, sendo periférica à Modernidade.

As contribuições de Flusser e Gumbrecht à palavra *história* dentro da TAM desenham as possibilidades epistemológicas e metodológicas da Arqueologia das Mídias. Primeiro, a insistência na ruptura entre um modelo linear de história e outro, “não-linear” (Flusser) e “não-hermenêutico” (Gumbrecht), sustenta a caracterização da “pós-histórica” Arqueologia das Mídias como uma negação da História das Mídias. Segundo, a certeza de uma catástrofe iminente leva à investigação do arquivo de memória em buscas de novas possibilidades para o presente. Isso atiga o interesse por histórias contrafatuais, alternativas,

variantes e imaginárias (ELSAESSER, 2018; KLUITENBERG, 2011). A tentativa é de atualizar futuros esquecidos e manter sempre provisórias as articulações que levariam ao fim do futuro. Logo, história é ativamente construída como um espantalho teórico que serve de contra-argumento à proposição da necessidade da Arqueologia das Mídias, o que faz com que continue aparecendo nos textos de discussão sobre “o que é” a abordagem (PARIKKA, 2012; HUHTAMO, PARIKKA, 2011; ELSAESSER, 2018).

4. Considerações finais

De acordo com o canadense Geoffrey Winthrop-Young (2011a, p. 14), o primeiro estrangeiro a recomendar “*German Media Theory*” para audiências não germanófonas foi o teórico holandês Geert Lovink, em meados dos anos 2000, quando direcionou a atenção da academia de língua inglesa àquela reflexão alemã influenciada pelo pós-estruturalismo, pela teoria sistêmica e, em menor grau, também pelo cognitivismo. O fato de um estrangeiro ser o responsável pelo batismo de uma corrente de pensamento conta muito sobre a maneira como a Teoria Alemã das Mídias (doravante TAM) é compreendida mundialmente. Assim como a recepção estadunidense da Escola de Toronto de McLuhan, a produção de alguns autores estrangeiros é tomada como característica de uma abordagem delimitada por fronteiras linguística e/ou geopolítica, aglutinadas através desse olhar de fora. Isso leva os alemães a se perguntarem “o que há de alemão na Teoria Alemã das Mídias?” (PIAS, 2016, tradução nossa).

Alguns autores atribuem o caráter “excepcional” dos Estudos de Mídia na Alemanha à existência de faculdades de mídia⁷ alocadas em departamentos de Ciências Humanas⁸. Todavia, a mera alocação, no mesmo departamento, dos Estudos de Mídia junto de Cinema (*Film*), Fotografia, Teatro e/ou Música não é pioneiro, tampouco tardio, em

7 Na fala de Hans Ulrich Gumbrecht: “What is self-evident here, is absent elsewhere. We don't find media studies faculties in other countries. This is a fact” (apud LOVINK, 2009, on-line).

8 À guisa do argumento, estamos desconsiderando os cursos de comunicação em Fachhochschule, caracterizadas por uma vinculação maior com o mercado (professores são escolhidos a partir de suas carreiras profissionais) e a incapacidade de conferir o grau de doutor. Para o argumento, consideramos as vinculações dos estudos sobre mídia não apenas em institutos de educação superior, mas de estudos especializados sobre o assunto.

comparação com outros países. O que há de fato inédito na constituição do campo na Alemanha, e o que precisa ser levado em conta, é a estranha falta de relação entre Estudos de Mídia e Estudos em Comunicação. Esse suposto antagonismo entre o que nós chamamos de Ciências Humanas, de um lado, e Ciências Sociais, de outro, está no horizonte da preocupação de Friedrich Kittler (1993) em propor um modelo substituto aos estudos humanísticos capaz de incluir dimensões técnicas e tecnológicas. Também está na raiz da tendência da TAM em evitar analisar as dimensões econômicas e políticas dos agentes mediáticos, contando uma história das mídias independente dos agentes humanos⁹. Mais do que exemplo de um suposto “estruturalismo *hardcore*”, essa é uma maneira de contrapor-se, na ecologia das teorias de mídia na Alemanha, ao domínio dos teóricos da Escola de Frankfurt – a quem, aliás, Friedrich Kittler reserva o desagradável apelido de “filósofos hobbystas” (KITTLER, 2006, p. 263; citado em WINTHROP-YOUNG, 2011b, p. 85).

No nosso entender, o *Sonderweg* (excepcionalismo) dos Estudos de Mídia germânicos – uma expressão, aliás, carregada de um nefasto passado político, utilizada pelos próprios epígonos quando desejam explicitar o ineditismo da abordagem alemã (vide LOVINK, 2009) – não está nessa organização acadêmica, ou sequer pode ser encontrado como mais uma historiografia que descreve um arco de Kittler às Técnicas Culturais pós-kittlerianas. Entendemos que “o que há de alemão na Teoria Alemã das Mídias” é o compartilhamento de compreensões bastante específicas de certas palavras-chave que servem de combustível para o pensamento alemão a respeito das mídias. Uma dessas palavras-chave é a própria *mídia*: ainda que Kittler jamais tenha dado uma conceituação redonda dela, salvo caracterizá-la por três operações (armazenamento, processamento e transmissão), ele ancora-se em um sentido compartilhado e difundido na Alemanha, que o liga à recepção germânica de Aristóteles (conforme apontam SEITTER, 2015 e BASTOS, 2012). Nesse sentido, “mídia”, ao menos em Kittler, é um “já-dado” que prescinde de uma conceituação específica, mas que, mesmo assim, estrutura um edifício teórico ímpar no mundo. Isso não exclui, evidentemente, a intensa reflexão que os alemães têm dado ao conceito

9 Há exceções, como Siegfried Zielinski (na Arqueologia das Mídias) e os “grandes homens” (quase sempre cientistas e militares) de Kittler. Da mesma maneira, a Kulturtechniken considera sua principal contribuição a “reinserção” do humano à TAM.

desde os anos 1990, com particular intensidade após o falecimento de Kittler no início da presente década. Um estudo comparado da evolução do *termo* mídia para o(s) *conceito(s)* mídia poderia nos demonstrar o processo de construção pela qual passa toda teoria.

Da maneira um pouco diferente, a palavra-chave história serve de tela para alguns pensadores (sobretudo Flusser e Gumbrecht) pintarem uma compreensão de “pós-história” que substantia muito dos pressupostos metodológicos da Arqueologia das Mídias. A inclusão de “história” como uma palavra-chave a ser pesquisada deve-se ao fato de que, assim como a palavra mídia, ela jamais aparece como um conceito nos escritos da TAM; em verdade, sequer “pós-história”, mas esse jogo de oposições está implícito toda vez em que se lê algum texto de Arqueologia das Mídias.

Como esperamos ter deixado claro, este artigo não é apenas uma revisão teórica. Ele ancora-se sobre uma hipótese: a existência de redes discursivas teóricas que servem de infraestrutura para os processos de pensamento sobre a comunicação. Quando se pensa dentro e a partir dessa rede teórica, algumas palavras são tomadas como autoevidentes e desnecessárias de maior exploração, pois os sentidos delas são compartilhados entre os agentes de um meio específico.

Extrapolando para além da TAM, seria possível pensar como cada grande tradição em estudos de comunicação pode ser tomada, sub-repticiamente, como o início de uma rede discursiva que pensa sobre a comunicação. A filiação a uma ou outra rede nem sempre é um ato consciente; depende do agenciamento de diversas situações que podem ou não coincidir com as fronteiras linguísticas e/ou geográficas; ou, então, de uma rede discursiva adotada a partir de estudos específicos. Isso sugere uma espécie de dimensão comunicacional do pensamento teórico que, julgamos, mereceria ser melhor investigada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 314-328, jul.-dez. 2006.

BASTOS, Marcus T. Medium, media, mediação e mediatização. In: M.A. MATTOS; J.S. JANOTTI Jr.; N. JACKS (orgs.), **Mediação & Mediatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 53-78.

ELSAESSER, Thomas. **Cinema como Arqueologia das Mídias**. Trad. Carlos Szlak, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

ERNST, Wolfgang. **The Delayed Present**: media-induced tempor(e)alities & techno-traumatic irritations of 'the contemporary'. Berlim: Sternberg Press, 2017.

_____. Arqueografia da mídia: método e máquina versus história e narrativa da mídia. In: BASTOS, Marcus; ALY, Natália (Orgs). **Audiovisual experimental**: Arqueologias, diálogos, desdobramentos. São Paulo: Pontocom, 2018, p. 23-50.

FELINTO, Erick. Materialidades da Comunicação: Por um Novo Lugar da Matéria na Teoria da Comunicação. **Ciberlegenda**, n. 5, Rio de Janeiro, RJ: 2001.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Org.: Rafael Cardoso. São Paulo: Cosac Naify, 2007

_____. **Pós-História**: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Comunicologia**: reflexões sobre o futuro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GEISLER, Michael. From Building Blocks to Radical Construction: West German Media Theory since 1984. **New German Critique**, n. 78, p. 75-107, 1999.

GEOGHEGAN, Bernard D. After Kittler: on the cultural techniques of recent German media theory. **Theory, Culture & Society**, v. 30, n. 6, p. 66-82, 2013.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**: vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

_____. **Nosso amplo presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HORN, Eva. Editor's Introduction: "There Are No Media". **Grey Room**, n. 29, p. 7-13, 2007.

HUHTAMO, Erkki; PARIKKA, Jussi. Introduction: an archaeology of media archaeology. In: HUHTAMO, E.; PARIKKA, J. (Orgs.). **Media Archaeology**: approaches, applications, and implications. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2011, p. 1-21.

KITTLER, Friedrich A. **Discourse Networks**: 1800-1900. Stanford, EUA: Stanford University Press, 1990.

_____. Den Riß zwischen Lesen und Schreiben überwinden: Im Computerzeitalter stehen die Geisteswissenschaften unter Reformdruck. **Frankfurter Rundschau**, 12 de janeiro de 1993.

_____. **Gramophone, Film, Typewriter**. Stanford, EUA: Stanford University Press, 1999.

_____. **Musik und Mathematik I**. Hellas 1: Aphrodite. Munique, Alemanha: Fink, 2006.

KLUITENBERG, Eric. On the Archaeology of Imaginary Media. In: HUHTAMO, Erkki; PARIKKA, Jussi (Orgs.). **Media Archaeology**: approaches, applications, and implications. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2011, p. 48-69.

LOVINK, Geert. Debating German Media Theory in Siegen. 23 de abril de 2009. Disponível em: <<http://networkcultures.org/geert/2009/04/23/debating-german-media-theory-in-siegen/>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

PARIKKA, Jussi. **What is media archeology?** Cambridge, EUA: Polity Press, 2012.

PIAS, Claus. Was waren Medien-Wissenschaften? Stichworte zu einer Standortbestimmung. In: PIAS, Claus. (Org.) **Was Waren Medien?** Zúrique: diaphanes, 2011b, p. 7-30.

_____. What's German About German Media Theory? In: FRIESEN, Norm. (Org.). **Media Transatlantic: Developments in Media and Communication Studies between North American and German-speaking Europe**. Basileia: Springer International, 2016, p.15-27.

SEITTER, Walter. [Meta]physics of Media. In: HERZOGENRATH, B. (Org.) **media|matter: the materiality of media|matter as medium**. Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2015, p. 19-27.

SIEGERT, Bernard. Cultural Techniques: or the end of the intellectual postwar era in German Media Theory. **Theory, Culture & Society**, v. 30, n. 6, p. 48-65, 2013.

SPRENGER, Florian. Academic Networks 1982/2016: the provocations of a reading. **Grey Room**, n. 63, p. 70-89, 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. Trad. Neil Ribeiro da Silva. 1. ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2010

VISMANN, Cornelia. Cultural techniques & sovereignty. **Theory, Culture & Society**, v. 30, n. 6, p. 83-93, 2013.

VOGL, Joseph. Becoming-media: Galileo's Telescope. **Grey Room**, n. 29, p. 14-25, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: A Vocabulary of Culture and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. Krautrock, Heidegger, Bogeyman: Kittler in the anglosphere. **Thesis Eleven**, v. 107, n. 1, p. 6-20, 2011a.

_____. **Kittler and the Media**. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2011b.

ZIELINSKI, Siegfried. **Audiovisions: Cinema and television as entr'actes in history**. Amsterdã: Amsterdam University Press, 1999.

_____. **Arqueologia da mídia: em busca do tempo remoto das técnicas do ver e do ouvir**. São Paulo: Annablumme, 2006.





DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.05
Artigo recebido em: 10/05/2019
Artigo aprovado em: 25/06/2019

Reflexões e reflexos a partir da perspectiva
médio-filosófica de S. Krämer





Reflexões e reflexos a partir da perspectiva médio-filosófica de S. Krämer

*Reflections from S. Krämer's media philosophical
perspective*

*Reflecciones y reflejos a partir de la perspectiva medio-
filosófica de S. Krämer*

THAÍS ARAGÃO ¹

Resumo: Este artigo apresenta alguns aspectos do pensamento de Sybille Krämer no contexto da filosofia dos meios em língua alemã, articulando-os ao trabalho de outros autores. O objetivo é revelar as particularidades da perspectiva do médium como mensageiro desenvolvida pela filósofa, ao mesmo tempo em que se joga luz sobre como outros pensadores concebem as questões levantadas – especialmente no que diz respeito a comunicação e percepção, entendimento e transmissão, transparência e opacidade, além do apriorismo dos meios.

Palavra-chave: Filosofia dos meios; Teoria da mídia; Determinismo tecnológico.

¹ Doutora em Comunicação pela UNISINOS, com estágio doutoral na Westminster School of Media, Arts and Design (bolsa PVE/CAPES), e produtora cultural da Universidade Federal do Ceará. Site: www.escutanovaonda.com. E-mail: thais.aragao@ufc.br

Abstract: This paper presents some aspects of how Sybille Krämer conceives the concept of medium in the context of media philosophy, establishing relations with other authors' perspectives. The aim is to reveal the particularities of the approach developed by the German philosopher, while shedding light on how other thinkers deal with the questions raised – especially regarding communication and perception, understanding and transmission, transparency and opacity, and media apriorism.

Keywords: Media philosophy; Media theory; Technological determinism.

Resumen: Este texto presenta algunos aspectos del pensamiento de Sybille Krämer en el contexto de la filosofía de los medios en lengua alemana y los articula al trabajo de otros autores. El objetivo es revelar las particularidades de la perspectiva del médium como mensajero, como desarrollada por la filósofa, al mismo tiempo en que se arroja luz sobre como otros autores conciben las cuestiones enumeradas – especialmente en lo que se refiere a comunicación y recepción, entendimiento y transmisión, transparencia y opacidad, además del apriorismo de los medios.

Palabras-clave: Filosofía de los medios; Teoría de los medios; Determinismo tecnológico

Introdução

Este trabalho busca apresentar algumas das linhas gerais da abordagem médio-filosófica de Sybille Krämer (2015) e como ela se relaciona com outros autores estudados na Comunicação, particularmente aqueles do cenário germânico. A autora está ligada à filosofia dos meios em língua alemã, um conjunto de discussões que vêm acontecendo às margens da filosofia acadêmica, cujas áreas centrais ainda permanecem amplamente não afetadas por questões sobre os meios.

Krämer estudou filosofia, história e ciências sociais e sua tese de doutorado foi um estudo sobre as relações entre natureza, sociedade e tecnologia. Tornou-se professora de filosofia na Universidade Livre de

Berlim, em 1989, e publicou um livro² em que argumenta que todas as equações matemáticas são operações mecânicas. Ela chamou tais equações de “máquinas simbólicas”, ou “*scripts* operacionais”, por não serem textos passíveis de leitura, mas processos executáveis. Sugeriu, assim, que o conceito de máquina é um resultado da função mediadora dos símbolos. Para Enns (2015, p. 10), o trabalho “assinala uma mudança dos estudos da história tecnológica para o estudo da história intelectual, e do conceito de operações técnicas para o de operações simbólicas”. A filósofa continuou desenvolvendo essa ideia em seus trabalhos seguintes sobre computação, tratada mais como operações do que como tecnologias. Em 1998, sua participação em uma antologia sobre novas mídias e percepção da realidade destacou-se por lidar com uma concepção diferente de *medium*: “Nós não escutamos vibrações na atmosfera, mas o som de um sino; nós não lemos letras, e sim uma história” (KRÄMER apud ENNS, 2015, p. 11).

A ideia de que o *medium* é imperceptível – a não ser que algo não esteja funcionando bem – é comum aos debates da filosofia dos meios. Essa nova vertente filosófica começou a se esboçar na virada do século, a partir de bases lançadas no fim dos anos 1980, com críticos literários como Hans Ulrich Gumbrecht e Friedrich Kittler, problematizando as materialidades da comunicação. A esses debates, somou-se a reconsideração das relações entre imagem e texto, tanto nos trabalhos de Vilém Flusser, como também nos estudos de William J. T. Mitchell, da virada pictórica, e de Gottfried Boehm, da virada icônica (STEPANOV, 2013). Os primeiros trabalhos filosóficos de Sybille Krämer sobre os meios já estavam sendo publicados naquele período.

A partir do ano 2000, começaram a surgir publicações apresentando o significado e o escopo dessas novas reflexões filosóficas acerca do que viriam a ser os meios, passando por uma história do pensamento filosófico sobre os *media* e chegando a uma análise sobre o status quo do próprio conjunto dessas reflexões. Em *Medienphilosophie*, Frank Hartmann trouxe um estudo histórico sobre como os meios influenciaram a filosofia, sendo seguido por Mike Sandbothe, para quem era necessário lançar as bases de uma nova disciplina para a época da internet: uma

2 *Symbolische Maschinen: Die Idee der Formalisierung in geschichtlichem Abriss*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988.

filosofia pragmática dos meios. As discussões basicamente giravam em torno de uma questão: o que é um meio (*medium*, ou *médium*). Interessava saber qual o seu valor para compreender um ser humano, para entender relatos e culturas, para a percepção e o pensamento, a realidade e a ação. Além disso, era importante para esses pensadores saber se – e como – o próprio discurso filosófico mudava junto aos meios em mutação, assim como foi uma tônica, entre eles, questionar a própria necessidade de institucionalização da filosofia dos meios como uma nova disciplina (STEPANOV, 2013, p. 85).

Outras discussões envolvendo a filosofia e os meios naquele período destoavam desse projeto. É o caso de *New Philosophy for New Media* (2004), em que Mark Hansen discorreu sobre a relação entre corpo humano e meios digitais. Para Stepanov, enquanto o pensamento de Hansen estava relacionado a filósofos como Henri Bergson e Gilles Deleuze, no coração da filosofia dos meios em língua alemã estaria uma tentativa de “reescrever a história da filosofia” (STEPANOV, 2013, p. 86)³, o que deixa a entender que, para o grupo germânico, novas escrituras se faziam necessárias. A empreitada centrou-se no pragmatismo, no contato constante com a realidade, focando na experiência e deixando de lado abordagens especulativas, que se dedicavam a refletir sobre a natureza última do ser e do pensamento.

Alguns expoentes da filosofia dos meios em língua alemã desconsideraram o uso da ideia de *médium*, em função da falta de uma referencialidade a priori. É o caso de Dieter Mersch, da Universidade de Potsdam, para quem “a pesquisa em comunicação não deveria depender do conceito de *médium*, mas de suas estruturas mediais, isto é, do conceito de medialidade” (MERSCH apud BASTOS, M. T., 2012, p. 65). Para Marco Toledo Bastos (2012), a passagem dos estudos de informação para os estudos dos meios na Alemanha pode ser comparada à migração da pesquisa em comunicação para a pesquisa das mediações, na América Latina. Na perspectiva teutônica, o conceito de mediação seria mais abstrato, não dependendo tanto de objetos mediais. Ao invés disso, é dedicada especial atenção à observação do que acontece durante os processos, até porque neles são previstas traduções ou transferências de sistemas sógnicos para outros.

3 Todas as traduções são nossas.

Sybillie Krämer, por sua vez, abraçou o conceito de meio, nos termos que veremos a seguir.

A abordagem médio-filosófica de Sybillie Krämer

Para Krämer, não é o conceito de médium que promove confusão nos estudos, mas o próprio conceito de comunicação. No entendimento da filósofa, a patente imprecisão no uso do termo comunicação se deve à sua dupla vida conceitual no discurso acadêmico. A autora destrincha os dois principais contextos conceituais, mutuamente opostos, a partir dos quais a comunicação é pensada, aos quais vai se referir como modelo da transmissão técnica e modelo da compreensão pessoal (Figura 1).

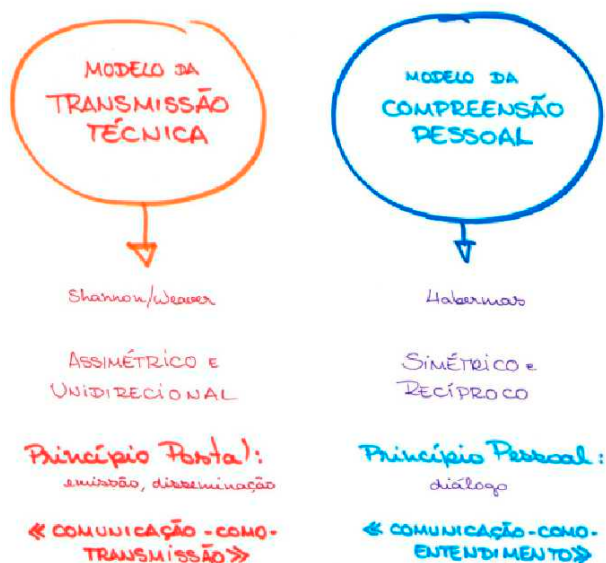


Figura 1: Sybillie Krämer e a dupla vida conceitual da comunicação

O primeiro está ligado à teoria matemática de Shannon e Weaver, tecnocêntrica, criada para tratar da tecnização dos fluxos de informação, como o processamento de dados. Esse modelo trata a transmissão de forma linear, assimétrica e unidirecional: uma ponta limita-se a emitir e

a outra limita-se a receber, e ambas podem ser entendidas tanto como pessoas quanto como objetos. No paradigma informacional, é preciso driblar a distância espacial e/ou temporal entre emissor e receptor e evitar que, ao longo do canal (meio) pelo qual a informação é transmitida (e não interpretada), a mensagem tenha sua integridade comprometida em função de externalidades.

Já o segundo modelo está referenciado no projeto da teoria da comunicação de Jürgen Habermas, fundada no encontro da teoria crítica com a razão comunicativa, dialógica, da interação social e da intersubjetividade. Os interagentes são pessoas que tentam compreender umas às outras por meio de sistemas de símbolos. A comunicação consiste, portanto, em uma expressão do humano sendo-no-mundo e representa o processo básico que possibilita ação conjunta, fundando comunidade. O problema da transmissão é posto em termos de como a intersubjetividade será possível sob as condições da individualidade. O diálogo é a norma da comunicação e seu objetivo é o entendimento.

Sistematizando dessa maneira a dupla vida conceitual da palavra comunicação, Krämer atém-se à diferença. A diferença não é uma, senão a própria precondição universal da comunicação. No princípio postal, a diferença acontece entre o emissor e o receptor e é gerada na distância espacial e/ou temporal entre eles. Já no princípio pessoal (ou erótico) essa diferença dar-se-ia entre a heterogeneidade e impenetrabilidade dos mundos íntimos das pessoas em interação. A comunicação existe para remover tais distâncias. Porém, enquanto no princípio postal os meios são indispensáveis, no princípio erótico eles não só são pensados como dispensáveis como podem até atrapalhar.

Krämer entende que a maior parte da comunicação não acontece de forma dialógica. A comunicação, para ela, é senão uma possibilidade. A filósofa considera romântico pensar a comunicação como fenômeno ideal ou geral, como acontece no modelo da compreensão pessoal, baseado na ideia de comunicação como entendimento. Assim, Krämer deixa de lado o princípio pessoal e reabilita o princípio postal, dando ênfase à comunicação como transmissão. No entanto, ela desconstrói a ideia de meios autônomos, afirmando que eles não são um a priori fundacional no sentido de uma virada midiática constituída a partir de McLuhan. Desafia, assim, a ideia dos meios como agentes soberanos, tomados como solitárias causas das dinâmicas histórico-culturais. “Há

sempre um ‘lado de fora’ dos meios” (KRÄMER, 2015, p. 19), provoca ela, em diálogo com a máxima de Jacques Derrida, de que não há nada fora do texto. Esse pensamento será melhor explicitado adiante, quando mostraremos como ela usa um pequeno gesto metafísico (*kleine Metaphysik der Medialität*, como no título original de sua obra) para revelar a materialidade dos meios, ao mesmo tempo em que enfraquece a ideia de que o meio é a mensagem.

O grande problema que Krämer aponta ao estabelecer essas margens é: a transmissão pode ser criativa? Espera-se que a mensagem não seja distorcida, mas o impulso criativo também não pode ser deixado de lado. Há algo na transmissão que mexe com a mensagem. Assim, “a reabilitação da transmissão só será atraente quando incorporar a dimensão inovadora da transmissão e reconstruir a criatividade da mediação” (KRÄMER, 2015, p. 20). É por isso que ela traz a figura ancestral do mensageiro – ora moleques de recado, ora filhos dos deuses (Hermes, Jesus Cristo) – para pensar os meios a partir da perspectiva da transmissão e do princípio postal: leva-se em conta a criatividade comumente associada à comunicação, evitando o determinismo tecnológico.

Na abordagem meio-mensageiro-transmissão de Krämer, o médium não é teorizado como um “meio/modo pelo qual” ou instrumento, mas como uma posição intermediária ou um mediador. A transmissão é pensada como também afetando e moldando o que está sendo transmitido, sem que qualquer a priori dos meios seja estabelecido. Os meios, em Krämer, não estão no quadro das justificativas definitivas. Assim, sua perspectiva tanto desafia as concepções de meios autônomos (generativismo da mídia), tão características do modelo da transmissão técnica, quanto a orientação dialógica do conceito filosófico de comunicação, marca do modelo da compreensão pessoal.

A atenção ao não dialógico, somada à forma como a autora tratará a transparência dos meios, faz essa abordagem mídio-filosófica dar uma guinada da comunicação em direção à percepção. No evento de mídia, como veremos mais detalhadamente a seguir, o meio recua, autoneutraliza-se, faz como se desaparecesse, a fim de deixar perceptível a mensagem. Para Krämer, as funções comunicativas dos *media* estão enraizadas na – e dependem da – efetividade do médium enquanto relação perceptiva, portanto mais concernentes às

categorias de “tornar perceptível” (*Wahrnehmbar machen*) e de “deixar aparecer” (*Erscheinen lassen*) do que propriamente de comunicação e de entendimento.

A visão convencional que está sendo desafiada aqui é a separação categórica e de categoria entre ‘comunicação’ e ‘percepção’, de acordo com a qual a definitiva fundação da socialidade é a comunalidade tornada possível por meio da comunicação, e não da percepção. Poderia um objetivo desta reflexão sobre os meios ser a problematização não apenas da preocupação filosófica com uma comunicação orientada ao entendimento, recíproca, ‘livre de *media*, mas também a marginalização da percepção que está necessariamente implicada nessa preocupação? Poderia a ‘reabilitação do princípio postal’ portanto também reabilitar as funções que a percepção e o ‘tornar perceptível’ possuem de construir comunidade e fundar cultura? (KRÄMER, 2015, p. 25).

Para responder a essas perguntas, é preciso conhecer o gesto metafísico que a filósofa realiza em seu método.

Voltando à transparência dos meios

Se o meio é a mensagem, a transparência dos *media* seria um fenômeno secundário. Na ideia de Marshall McLuhan, difundida a partir dos anos 1960, Sybille Krämer reconhece algo que se relaciona com a virada linguística: a não transparência da linguagem. O influente movimento filosófico do início do século XX, que se desenvolveu a partir das obras de John Langshaw Austin, Gilbert Ryle e Ludwig Wittgenstein, trouxe a noção de que a linguagem não é apenas um meio, mas uma condição constitutiva da experiência e da cognição humanas. Ao invés de se apresentarem como instâncias representacionais do mundo, linguagem e comunicação passam a ser tomadas como instâncias produtoras de racionalidade. A linguagem e os sistemas simbólicos em geral são entendidos como condições de possibilidade de nossa relação com o mundo – e de impossibilidade, como argumentaria Derrida.

“O objetivo estratégico de McLuhan ao identificar o médium com a mensagem”, diz Krämer, “foi remover a transparência e neutralidade transitórias dos meios e tornar visíveis sua opacidade e seu poder modelador instrumental. Este é precisamente o tema central da ‘virada

medial” (KRÄMER, 2015, p. 28). Assim, tanto na virada linguística como na virada medial, elementos que eram considerados derivados ou inferiores são elevados a um status demiúrgico. O problema é que na virada linguística a linguagem deixou de ser “apenas” um médium, enquanto na virada medial o médium passa a ser gerador de mundo. Uma contradição notável para Krämer. Ela explica que, para pensar o *a priori* linguístico, o médium foi concebido como um transportador, como veículo transitório. De forma bem diferente, no decorrer das discussões sobre os meios, esse entendimento foi sendo substituído por um conceito instrumental de meio, em que o *a priori* mediático entra em concorrência com o próprio *a priori* linguístico.

Os meios são vistos como um *a priori* de nossa experiência com o mundo, o que os eleva a uma inevitável condição de possibilidade da percepção, comunicação e cognição. De acordo com essa posição, nada pode haver ‘fora’ dos meios. Se *não* faz sentido pensar sobre os meios desta maneira [...] então de que outra forma uma reflexão filosófica sobre os meios pode e deve proceder? (KRÄMER, 2015, p. 30, grifo no original).

A filósofa decide, então, enfrentar a questão sobre aquilo que repousaria “por trás das aparências”, evocando o gesto metafísico de penetrar a superfície sensível e perceptível de um evento concreto para chegar à sua essência. Antes de usar essa figura platônica de pensamento, ela adverte que tal atitude – há muito, obsoleta – não se converterá em uma restauração do platonismo. Ela demonstra que, ao contrário, aplicar esse gesto ao uso dos meios mina o próprio platonismo. Primeiro: ao observar o que está “por trás” em um evento de mídia, como chama Krämer, ela percebe que aquilo que emerge no uso cotidiano dos meios não são os meios, mas as mensagens. Nesses processos, o que reside “por trás” são os meios, e não aquilo que é percebido: “A superfície sensível, visível, é o significado, enquanto a ‘estrutura profunda’ constitui o médium não visível” (KRÄMER, 2015, p. 31). Ela busca o entendimento de Dieter Mersch, entre outros autores do contexto da filosofia da mídia alemã, para enfatizar o modo de atuação do meio: “O médium se oculta, permanece irreconhecível, desaparece como um instrumento atrás de

seus efeitos” (MERSCH apud KRÄMER, 2015, p. 222). Em decorrência disso, o uso da mídia seria “an-aistetizante”⁴, uma vez que não se percebe o meio durante seu ato.

Nós ouvimos não vibrações no ar, mas a chaleira apitando; nós não vemos ondas de luz do espectro de cor amarelo, mas um canário; não escutamos um CD, ao invés disso escutamos música. Quanto mais macio os meios trabalham, mais eles permanecem abaixo do limiar de nossa percepção (KRÄMER, 2015, p. 31).

Em resumo, o sucesso de um médium depende diretamente de seu aparente desaparecimento por trás da mensagem. Só o ruído, enquanto disfunção e perturbação, é capaz de fazer o médium tornar-se perceptível durante seu uso, porque o evento de mídia deve funcionar de modo a fazer com que o mediado aparente não ser mediado. É por isso que são tão paradoxais as ideias de “mediacia⁵ não mediada”, “materialidade imaterial” ou “ausência na presença”, afirma a filósofa. No entanto, é importante atentar para um detalhe fundamental no raciocínio dos autores da filosofia dos meios: a transparência dos media se dá no momento de seu uso. É no evento de mídia, no momento em que está acontecendo a transmissão, que acontece a neutralização aistética do médium (sua transparência). Assim, não é propriamente o médium que é transparente, mas sua performance. O “desaparecimento” dos meios faz parte da sua lógica funcional.

Para avançar, Krämer retorna à relação entre meio e forma, algo sobre o que Niklas Luhmann também se deteve⁶. Apesar de elogiar a maneira minuciosa como o sociólogo alemão trabalhou a problemática, ela não inclui o pensamento do compatriota na discussão pelo fato de ele se orientar aos meios de comunicação – e o que Krämer busca é estudar os meios de percepção. Meios de comunicação em Luhmann e meios de percepção em Krämer são, no entanto, vertentes que possuem um tronco em comum. Seus fundamentos residem em um mesmo conjunto

4 Expressão que a autora traz de Dieter Mersch.

5 No inglês, *mediacy*.

6 Vilém Flusser também lida com essas ideias, como podemos perceber em seu pensamento sobre a informação: “Imprimo a forma de sapato no couro, eu informo o couro. Estamos nos aproximando do conceito de *informação*. Com o couro e a ideia de sapato, fiz um sapato. A ideia de sapato e o couro foram sintetizados no sapato. O que aconteceu? Quando informei o sapato, transformei o couro, mas também deformei a ideia do sapato. A malícia da matéria desfigura a ideia. Consequentemente, não existe sapato ideal. Podemos nos aproximar mais ou menos do ideal de sapato, mas nunca atingi-lo” (FLUSSER, 2015, p. 83, grifo do autor).

de autores, dos quais destacamos Aristóteles e Fritz Heider.

Como observa Marco Toledo Bastos (2012), na tradição alemã o conceito de médium desenvolve-se a partir da tese aristotélica que relaciona meio e forma. Depois de circularem por muito tempo no mundo islâmico, as ideias do filósofo grego chegaram à Europa tardiamente, apenas a partir do século XII, por meio de traduções latinas, tendo sido Tomás de Aquino um de seus principais divulgadores no Ocidente. Para Aristóteles, “os corpos só são percebidos na medida em que atributos sensíveis movimentam o médium” (BASTOS, M. T., 2012, p. 56). Um atributo sensível causa movimento no médium, que por sua vez movimenta os órgãos do sentido.

O *corpus aristotelicum* influenciou o austríaco Fritz Heider, último aluno de doutorado de Alexius Meinong, na Universidade de Graz. Formulador da teoria dos objetos (*Gegenstandstheorie*), Meinong também havia sido mestre de Christian von Ehrenfels, que escreveu textos basilares da Gestalt ainda no fim do século XIX⁷. A tese do jovem Heider – concluída aos seus 24 anos – tinha como tema um dos problemas centrais investigados por Meinong no fim de sua vida intelectual: como podemos considerar qualidades sensoriais como qualidades dos objetos reais, se as primeiras estariam “dentro”, na mente, enquanto as segundas estariam “fora”, no mundo físico? Para Ickes e Malle (2000), a solução que Heider deu a essa questão é uma das primeiras teorias causais da percepção, que descreve a cadeia de causalidade entre as propriedades dos objetos e as propriedades das percepções sobre eles.

No coração da teoria de Heider reside a distinção entre coisas (objetos físicos) e os meios pelos quais coisas ‘alcançam’ o perceptor. Coisas, de acordo com Heider, são unidades coerentes que possuem partes dependentes entre si e que por conseguinte são causalmente potentes em moldar as formas e os processos que as circundam. Heider gostava de usar o exemplo de um relógio fazendo tique-taque, que causa vibrações de ar sistemáticas (som), que por sua vez aciona o tímpano e leva à percepção. Heider argumentou que as coisas *dão forma aos meios*, e não vice-versa, então o aparato perceptual deve reconstruir as coisas a partir de seus efeitos nos meios e, finalmente, nos sentidos. Heider chamou esse processo reconstrutivo de atribui-

7 A teoria dos objetos de Meinong foi alvo de críticas contundentes por parte de Gilbert Ryle e Bertrand Russell, embora ambos se dirigissem a ele com grande respeito. O fato vale a menção porque a dedicação à abordagem de Meinong por parte desses teóricos ligados à virada linguística, ainda que no sentido de negá-la, releva preocupações em comum em jogo.

ção perceptiva e argumentou que ele focava não nas especificidades dos meios, mas nas qualidades de disposição das coisas, pois essas qualidades dão forma aos meios ao seu redor. Deste modo, quando olhamos para uma casa, dizemos ‘vejo a casa’, e não ‘vejo luz solar’, mesmo que os raios de sol sejam o médium necessário pelo qual somos capazes de ver a casa (ICKES; MALLE, 2000, p. 2, grifo nosso).

Nesse sentido, temos aqui um entendimento diferente de Marco Toledo Bastos (2012, p. 56), que afirmou que “a base do *Medienapriorismus* germânico está na tese aristotélica que relaciona meio e forma”. A depender da interpretação de Ickes e Malle (e também de Krämer, como veremos adiante), não há a priori dos meios no pensamento de Aristóteles, que nesse aspecto também foi seguido por Heider em suas teorizações acerca dos objetos enquanto coisas. São as coisas que dão forma aos meios. É a partir desse referencial que partem os trabalhos de Luhmann na sociologia e de Krämer na filosofia, mas não a teoria da mídia alemã, de Kittler e Norbert Bolz – esta sim, devedora da ideia mcluhaniana de autonomia dos meios.

Para compreender o princípio de autoneutralização dos meios de percepção, Krämer evoca a ideia aristotélica de transparência (qualidade do diáfano) como condição *sine qua non* do funcionamento dos meios e a ideia heideriana de transparência como condicionalidade externa dos meios. Essa condicionalidade externa está ligada à assunção de que os eventos de mídia são determinados externamente. Aquilo que é perceptível nos atos de mídia constitui um sistema externo aos meios. Isso não significa que um sistema próprio aos meios não exista: seu sistema envolve a capacidade de maleabilidade, a oferta do mais alto grau de plasticidade possível aos processos midiáticos. “A qualidade especial dos meios consiste portanto em serem materialmente condicionados a separarem o material e a forma um do outro, no curso de suas operações” (KRÄMER, 2015, p. 33).

Para Krämer, a plasticidade e a transparência na performance são evidências da condicionalidade externa constituinte dos meios. A característica definidora dos *media* seria a heteronomia, ou seja, sua sujeição a leis que vêm de fora, ou à vontade de outrem. A mídia de percepção é diáfana durante o evento de mídia – evento que, para Heider, é uma “falsa unidade”, no sentido que nem percebemos o meio, assim como o que nos chega são as qualidades de disposição das coisas,

qualidades estas que dão forma aos meios ao seu redor. No evento de mídia, “os meios se manifestam apenas indiretamente. Qualquer tentativa de abordagem direta do *medium* leva inevitavelmente a outra forma dentro de outro *medium*” (BASTOS, M. T., 2012, p. 58).

Para Aristóteles, a percepção não é possível sem os meios. Para Heider, o meio é aquele que se deixa ver através, sem obstruções. Para Krämer, o austríaco pensa essa transparência mais como uma metáfora da não autarquia dos meios (sua condicionalidade externa), enquanto o grego seria mais literal. Aristóteles entende que a percepção depende de uma distância, de um espaço entre o que é percebido e o que percebe – e preenchê-lo é tarefa que cabe ao meio, no ato de mediar. Assim, Aristóteles dota o médium de uma factibilidade material: um terceiro posicionado entre dois, cuja corporalidade atribuída a si é transitória. Isso vai se ligar diretamente à ideia do médium como mensageiro na concepção de Krämer, que será melhor exposta adiante. “Os meios são corpos que podem ser desincorporados; o tipo de materialidade que pertence a eles é o tipo que é ‘imaterial’ durante seu uso” (KRÄMER, 2015, p. 34). Isso exposto, podemos seguir para a demonstração de Krämer de como, paradoxalmente, uma metafísica da medialidade leva à materialidade dos meios.

Metafísica da medialidade e médium como mensageiro

Voltemos a reunir as questões da transparência da linguagem e da transparência dos meios para entender onde reside a contradição que a filósofa Sybille Krämer aponta na virada medial e como isso é importante para seu questionamento do a priori da mídia. Para tanto, é preciso compreender a diferença entre signos e meios. Se considerarmos que a materialidade dos signos aponta para algo além deles, poderíamos dizer que significativo, transportador sótico e médium seriam a mesma coisa? Krämer afirma que uma coisa não excluiria a outra: os meios e os portadores sóticos⁸ em sua materialidade poderiam aparecer combinados em muitas situações; mas não necessariamente, pois

8 No original, “material sign carrier”. Krämer também se refere diretamente ao signo como carrier: mensageiro, portador, transportador (KRÄMER, 2015, p. 34).

tratam-se de conceitos que lidam com problemáticas distintas. “Tematizar algo como um signo *ou* como um meio diz respeito a duas *perspectivas* que descrevem a mesmíssima coisa – por exemplo, a linguagem – de maneiras diferentes” (KRÄMER, 2015, p. 35, grifo no original).

Em termos do que se torna transparente e do que se deixa transparecer no ato de mediação, a perspectiva semiológica e a perspectiva mediológica apresentam-se da seguinte maneira, em seu pensamento filosófico:

Um signo deve ser perceptível, mas o que é perceptível em um signo é secundário, enquanto o significado do signo, que é usualmente assumido como invisível, ausente e talvez também imaterial, é considerado primário. Quando algo é visto como um médium, no entanto, comporta-se de maneira exatamente contrária: o que é perceptível é geralmente a própria mensagem, e a mensagem é também o que mais importa no evento de mídia. A mensagem é, por conseguinte, considerada primária, enquanto o próprio médium é secundário; ele se neutraliza, torna-se invisível e desaparece em seu uso (sem ruído). Na perspectiva semiológica, o significado está ‘escondido’ atrás do sensível; na perspectiva mediológica, por outro lado, o sensível está ‘escondido’ por trás do significado (KRÄMER, 2015, p. 35, tradução nossa).

Ela complementa a ideia do teórico da mídia, crítico de arte e filósofo alemão Boris Groys, para quem todo signo significa algo e refere-se a algo, mas também oculta algo. E o que todo signo oculta não é aquilo que está ausente, mas “um pedaço da superfície medial que está sendo ocupada materialmente, medialmente, por esse signo” (GROYS apud KRÄMER, 2015, p. 223). Agora vem o gesto metafísico proposto, de observar o que reside por trás das coisas. Se aplicado ao signo, o que há por trás do sensível (palavra falada, por exemplo)? O significado. Mas quando aplicado ao meio, acontece uma inversão: por trás do sensível (mensagem), encontra-se a materialidade do meio, transparente no momento de seu uso (Figura 2)⁹.

9 Para o esquema, tomamos a relação entre som e ideia de empréstimo do exemplo da fala, uma vez que Krämer refere-se apenas a “o que é perceptível em um signo”, não oferecendo uma situação em particular. Em Saussure, esse som, como fenômeno físico, não pode ser confundido com a imagem acústica, uma imagem mental do som que se relaciona com o significado. A imagem acústica faz parte do sistema da *langue*, que exclui tudo que é da ordem da materialidade. Para o autor do Curso de Linguística Geral, o *continuum* real do som da fala está no domínio da *parole*.

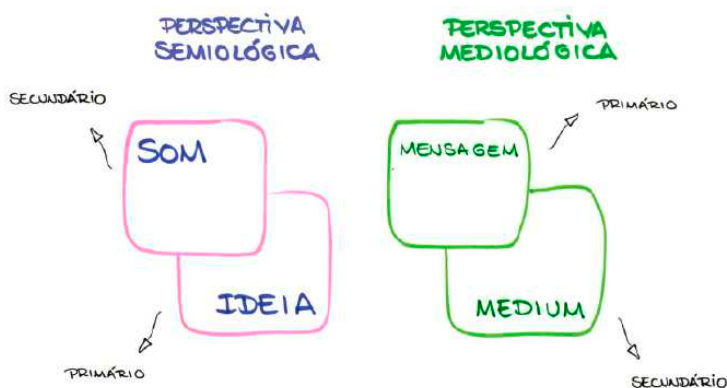


Figura 2: Diferença entre signos e meios

Devido à lógica funcional dos meios, uma metafísica da medialidade leva à sensibilidade, à corporeidade, à materialidade dos meios. Reverte-se a expectativa de encontrar algo “além da física”.

Ainda que demonstre por que o movimento utilizado pela virada linguística não pode ser utilizado numa virada medial para obter resultados da mesma natureza, a aplicação do gesto metafísico à perspectiva mediológica poderia sugerir que os meios, sim, possuiriam um poder demiúrgico, por estarem “por trás” das mensagens transmitidas. No entanto, a autora lembra que, “quando o meio é encontrado no lado reverso daquilo que se revela como a mensagem, seu ‘modo de ser’ exclui a possibilidade de que o meio seja dotado de um poder criativo autônomo e possa ser concebido como um ator quase-soberano ou como relação condicional constitutiva” (KRÄMER, 2015, p. 35).

O aparente desaparecimento do meio para que o conteúdo se torne perceptível em seu lugar é concomitante à sujeição do meio à condicionalidade externa que o constitui durante o evento. O que ele traz à nossa percepção não é simplesmente ele mesmo, e sim a mensagem que deve transmitir. Ele está para a mensagem.

É essa dimensão do meio como mensageiro que Krämer acredita não ter sido suficientemente explorada pela teoria da mídia, e é a essa dimensão que a filósofa vai se dedicar. Um mergulho que ela faz na etimologia da palavra *medium* traz à tona pelo menos dois usos. *Genus verbi* vai se referir a atividades em que o médium está “entre”: ele ao

mesmo tempo é ativo e passivo, faz e sofre ação, realiza produção e recepção, é sujeito e objeto. Há sempre uma mistura entre algo que está acontecendo a ele e algo que ele faz acontecer. Dessa acepção são tomados sentidos de espacialidade (o intermédio) e de mediação. O outro uso dá-se em *terminus medius*, que se refere ao termo médio, conector de ideias em um silogismo, para dar fluxo aos raciocínios. Sabemos que todos os mamíferos têm sangue quente e que os ursos são mamíferos, portanto os ursos têm sangue quente. “Ao estabelecer uma conexão, o *terminus medius* ‘mamífero’ torna a si mesmo supérfluo. O meio cumpre sua função no processo de sua própria eliminação” (KRÄMER, 2015, p. 36).

O meio terá, em Krämer, uma relação direta com a ideia de posição média: 1) espacialmente, como posição intermediária; 2) funcionalmente, em termos de mediação; e, por fim, 3) formalmente, como neutralização. Imaginar um meio que se torna supérfluo em sua bem-sucedida implementação leva à figura dos mensageiros agonizantes, que são consumidos no ato de transmitir a mensagem que portam. Esse tema abunda nos mitos, nas religiões e nas artes – desde o corredor de Maratona, que sucumbe ao dar a notícia da vitória de Atenas sobre a Pérsia, até Jesus Cristo na cruz. Existiria, portanto, uma conexão entre ser um mensageiro e ser um sacrifício? “Mensageiros desaparecem em relação à sua mensagem: essa é nossa chave para o entendimento de suas agonias de morte, suas mortes e sua desagregação”, escreve Michel Serres (apud KRÄMER, 2015, p. 37), um dos pensadores que influenciam a construção dessa perspectiva, ao lado principalmente de Jean-Luc Nancy, Walter Benjamin, Régis Debray e John Durham Peters.

Filosofia dos meios de Krämer e teoria da mídia de Kittler: consonâncias e dissonâncias

O pensamento alemão contemporâneo sobre a mídia não é formado por um par de blocos antagônicos. Uma aproximação a alguns dos vários autores que vêm produzindo nas últimas décadas pode mostrar uma grande diversidade não só de interesses em torno do tema, como também de posições que eles podem vir a assumir, ainda que suas atenções coincidam sobre alguns aspectos da problemática geral. Tentaremos

agora trazer as ideias de Sybille Krämer a respeito do influente trabalho de Friedrich Kittler, para entendermos em que particularmente seus entendimentos vibram junto e onde podemos encontrar dissonâncias.

Krämer e Kittler estão diametralmente opostos em relação ao mídia-apriorismo. Mas, diferentemente de Luhmann, a filósofa não abre mão de considerar a materialidade dos meios¹⁰. Para ela, a teoria de Kittler pode ser questionável por abraçar o determinismo tecnológico, mas há algo que a integra que “não pode mais ser ignorada” (KRÄMER, 2006, p. 93). Reconhecendo que as ideias de Kittler afetaram o entendimento sobre a história da mídia, ela chama atenção para uma diferença crucial entre o pensamento dele e a forma como as teorias mais tradicionais pensam os marcos das grandes mudanças na história dos meios.

Em geral, dá-se atenção à invenção e disseminação do alfabeto, da imprensa e do computador, como pontos de inflexão histórica. Mas Kittler percebe rupturas diferentes, identificando a imprensa como um desenvolvimento da primeira revolução – a da escrita – e o computador como um desenvolvimento da segunda grande ruptura, que vem com o gramofone e o filme¹¹. A partir do século XIX, os meios registram, armazenam e transmitem não só o que é da ordem simbólica, mas as próprias realidades físicas.

Na era da escrita, só era possível escrever coisas que já existissem como elementos no universo simbólico – ou seja, as coisas que são inerentes à ‘natureza’ do signo –, mas depois que os meios tecnológicos analógicos quebraram o monopólio da escrita, é possível registrar o extrassimbólico – ou aquilo que está para além da esfera simbólica. Com outras palavras, pode-se gravar a própria natureza. [...] Se estiver de fato correta a premissa de que os meios impressos capturam e produzem o simbólico e os meios tecnológicos, o real¹², então um médium não pode mais ser descrito usando uma terminologia que é modelada em procedimentos semióticos (KRÄMER, 2006, p. 94).

Nessa abordagem, a análise de discurso refere-se à mídia pré-

10 Certa vez, quando dividiram o táxi para o aeroporto, Luhmann teria dito: “Senhor Kittler, tem sido sempre assim desde a Babilônia. Quando um mensageiro passa pelo portão, pessoas como você se perguntam sobre o cavalo que ele está montando; e pessoas como eu, sobre a mensagem que ele está trazendo”. Quem conta a anedota é o próprio Kittler, no artigo “Ein Herr namens Luhmann” (KITTLER apud KARAVAS, 2009, p. 465).

11 Pierre Schaeffer (2010) havia feito semelhante reflexão ainda no fim dos anos 1940, quando formulou a ideia de artes-relé.

12 Krämer aponta que Kittler usa a distinção entre simbólico e real concebida por Lacan.

tecnológica, enquanto a mídia tecnológica pediria um outro tipo de análise¹³. Esta, para Kittler, seria a análise criptográfica, um procedimento próprio aos meios tecnológicos a partir do qual é possível não só diferenciar sinais e ruídos entre si, mas fazer com que a relação entre sinais e ruído seja interpretada – por máquinas. A ruptura entre essas duas eras – pré-tecnológica e tecnológica – tem como consequência a impossibilidade de os humanos lerem diretamente os dados dos meios tecnológicos. O problema é que Kittler concebe o real não como o passível de ser gravado, mas como o que é, de fato, registrado. “Essa perspectiva transforma a natureza em texto codificado, mas esse texto não precisa mais ser interpretado e, sim, *ser decodificado* com máquinas” (KRÄMER, 2006, p. 102, grifo no original). Isso faz com que ele desconsidere, por exemplo, a linguagem oral e a voz como meios.

Esse é um dos problemas apontados por Krämer na teoria da mídia de Kittler: a exclusão do corpo como médium e a omissão em relação à percepção humana. A maior parte dos processos que interessam a ele acontecem fora do campo de apreensão dos seres humanos. Sons, imagens, textos; tudo se transforma em números, cujo processamento é operado fora do alcance dos sentidos humanos. Em Kittler, o próprio conceito de *medium* se transforma, de modo a contemplar mais plenamente a ênfase nos dados. “Os meios não são mais diretamente ligados a signos, à comunicação ou até mesmo à informação, e sim a dados, ou seja, aos portadores materiais de informação” (KRÄMER, 2006, p. 97). Essa desagregação entre informação e comunicação envolverá também uma dissociação entre os meios e o sensorio humano.

O sumiço da perceptibilidade induzido pela mídia tecnológica na abordagem de Kittler leva ao que Krämer chama de uma série de atos de desaparecimentos: “O corpo desaparece, assim como a arte, a história, mas acima de tudo desaparece o próprio homem. O homem deixa de ser o referente nas técnicas de comunicação e certamente não é mais seu sujeito” (KRÄMER, 2006, p. 104). Os meios tecnológicos tomam o controle dos sentidos humanos – e é aí que Kittler rompe até mesmo com McLuhan, para quem os meios são extensões sensoriais do homem. Sob essa perspectiva, a teoria de mídia de Kittler vai além de uma ruptura

13 Em relação ao gramofone e ao filme, o digital vai representar um padrão, uma chave universal de tradução entre todos os formatos de dados, permitindo inclusive que as próprias fronteiras entre o simbólico e o tecnológico sejam atravessáveis.

com a hermenêutica: não só o sentido perde importância, mas também a sensibilidade. “A fenomenologia, portanto, não mais existe (e, em consequência, nem a arte, quando tomada como sendo ‘*aisthesis*’¹⁴). Todo tipo de fenomenologia perde sua fundação” (KRÄMER, 2006, p. 106).

Considerações finais

Neste artigo, alguns aspectos da perspectiva mídio-filosófica de Sybille Krämer (2006, 2015) foram apresentados, de maneira que suas peculiaridades revelassem aproximações e distanciamentos em relação ao pensamento de outros autores, especialmente no contexto alemão. Esse exercício nos permite, em primeiro lugar, compreender melhor em que se baseia sua abordagem do *médium* como mensageiro, cuja reabilitação do princípio postal do modelo da transmissão técnica que tem Shannon e Weaver como expoentes não significa uma adesão ao determinismo tecnológico – graças ao reconhecimento das materialidades da mídia.

Em segundo lugar, partindo de obras de Krämer, o presente trabalho também joga luz sobre o pensamento desses outros autores, favorecendo a compreensão do posicionamento de cada um em relação ao outro em aspectos importantes das discussões acerca do conceito de *medium* na contemporaneidade – em especial, o apriorismo dos meios. Explicitar essas relações é fundamental para enfrentar inclusive a tarefa paradoxal de observar os eventos de mídia nessa abordagem, uma vez que, nela, o *médium* tende à imperceptibilidade quando se encontra em ação.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marco Toledo. Medium, media, mediação e mediatização: A perspectiva germânica. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda. (Org.). **Mediação e Midiatização**. v. 12. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 53-77.

ENNS, Anthony. Introduction: The Media Philosophy of Sybille Krämer. In: KRÄMER, Sybille. **Medium, Messenger, Transmission: An Approach to Media Philosophy**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015. pp. 9-18.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia**: Reflexões sobre o futuro. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ICKES, William; MALLE, Bertram F. Fritz Heider: Philosopher and Psychologist. In: KIMBLE, Gregory A.; WERTHEIMER, Michael (Org.). **Portraits of Pioneers in Psychology**. vol. 4. Washington, DC: American Psychological Association, 2000. pp. 195-214.

KARAVAS, Vaios. The force of code: Law's transformation under information technological conditions. **German Law Journal**, [S.l.], vol. 10, no. 4, 2009, pp. 463-481.

KRÄMER, Sybille. **Medium, messenger, transmission**: An Approach to Media Philosophy. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

_____. The cultural techniques of time axis manipulation: On Friedrich Kittler's conception of media. **Theory, Culture & Society**, London, vol. 32, no.s 7-8, 2006, pp. 93-109.

SCHAEFFER, Pierre. **Ensaio sobre o rádio e o cinema**: Estética e técnica das artes-relé 1941-1942. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEPANOV, Mikhail. What is pragmatic media philosophy? **Pragmatism Today**, vol. 4, no. 1, 2013, pp. 1-8.



DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.06

Artigo recebido em: 09/05/2019

Artigo aprovado em: 01/07/2019

06

Surpreendidos pela ação – mediação pelas
Sociologias Pragmáticas Francesas





Surpreendidos pela ação – mediação pelas Sociologias Pragmáticas Francesas

Superados por la acción – mediación por las Sociologías Pragmáticas Francesas

Overtaken by action – Mediation by French Pragmatic Sociologies

TIAGO BARCELOS PEREIRA SALGADO ¹

Resumo: O artigo apresenta como as noções de ação e de social são reformuladas pelas Sociologias Pragmáticas Francesas, composta por três vertentes: Sociologia Política e Moral, Sociologia das Associações ou Teoria Ator-Rede (TAR) e Sociologia Pragmática e Reflexiva. Ao reformularem tais noções, com base no Pragmatismo norte-americano, as Novas Sociologias, em contraste com as sociologias precedentes – humanistas, racionalistas e antropocêntricas –, incluem os não humanos na composição do social, fabricado por ações plurais e incertas. Por meio de revisão de literatura específica e também no original em francês, este trabalho esclarece a noção de mediação tal como proposta por tais abordagens sociológicas pragmáticas e esclarece essa noção na TAR. O texto conclui que a mediação é sociotécnica (híbrida), plural e incerta para a TAR.

¹ Pós-doutorando em Comunicação pela PUC Minas. Doutor e mestre em Comunicação pela UFMG. Professor do Centro Universitário Estácio, em Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: tigubarcelos@gmail.com

Palavra-chave: Ação; Mediação; Pragmatismo; Sociologias pragmáticas francesas; Teoria Ator-Rede.

Resúmen: El artículo presenta cómo las nociones de acción y de social son reformuladas por las Sociologías Pragmáticas Francesas, compuestas por tres vertientes: Sociología Política y Moral, Sociología de las Asociaciones o Teoría del Actor-Red (TAR) y Sociología Pragmática Reflexiva. Al reformular tales nociones, con base en el Pragmatismo norteamericano, las Nuevas Sociologías, en contraste con las sociologías precedentes – humanistas, racionalistas y antropocéntricas –, incluyen a los no humanos en la composición de lo social, fabricado por acciones plurales e inciertas. Por medio de revisión de literatura específica y también en el original en francés, este trabajo aclara la noción de mediación tal como se ha propuesto por estos enfoques sociológicos pragmáticos y aclara esa noción en la TAR. El texto concluye que la mediación es sociotécnica (híbrida), plural e incierta para la TAR.

Palabras-clave: Acción; Mediación; Pragmatismo; Sociologías pragmáticas francesas; Teoría del actor-red.

Abstract: The article presents how the notions of action and social are reformulated by the French Pragmatic Sociologies, composed of three branches: Political and Moral Sociology, Sociology of Associations or Actor-Network Theory (ANT) and Pragmatic Sociology. By rephrasing such notions, based on American pragmatism, New Sociologies, in contrast to previous sociologies – humanist, rationalist, and anthropocentric – include nonhumans in the composition of the social, fabricated by plural and uncertain actions. Through a review of specific literature and also in the original in French, this paper clarifies the notion of mediation as proposed by such pragmatic sociological approaches and clarifies this notion in ANT. The text concludes that mediation is sociotechnical (hybrid), plural and uncertain for ANT.

Keywords: Action; Actor-Network theory; French pragmatic sociologies; Mediation; Pragmatism.

Breve introdução

Ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em Paris, França, um conjunto de abordagens sociológicas é elaborado com a finalidade de apreender a pluralidade de ações que compõem o mundo, não mais limitadas às ações humanas. De modo distinto, a perspectiva humanista e, então, antropocêntrica, demarca as sociologias precedentes, como as formuladas por Émile Durkheim, Max Weber e Pierre Bordieu. As visadas posteriores são conhecidas como Sociologias Pragmáticas Francesas, que repensam a noção de social para incluir os não humanos nas ações sociais, considerando-os como atores. São três os ramos dessas sociologias: Sociologia das Associações ou Teoria Ator-Rede (TAR), Sociologia Política e Moral, e Sociologia Pragmática e Reflexiva (NACHI, 2006; LEMIEUX, 2018).

Com base nessas outras formulações acerca do social e da ação, propostas pelas Sociologias Pragmáticas Francesas, este artigo objetiva, de modo geral, apresentar como tais noções são elaboradas e abordadas por essas sociologias. De modo específico, este trabalho busca explicitar a noção de mediação, decorrente das reformulações de ação e social feitas pelas três abordagens, sobretudo pela TAR, que se dedica mais veementemente a essa empreitada. De modo adicional, a TAR frisa a ação não humana e procura pensá-la junto da ação humana, aspecto este já presente no pensamento pragmatista norte-americano (GRUSIN, 2015; NÖTH, 2017). Desse modo, buscamos compreender que as ações sociais são ações que enredam humanos e não humanos, tal como temos buscado desenvolver em outros trabalhos (SALGADO, 2018a, SALGADO, 2018b).

Três vertentes das Sociologias Pragmáticas Francesas

A primeira vertente das Sociologias Pragmáticas Francesas é composta por Bruno Latour, Michel Callon e John Law, entre os mais conhecidos; e por Madeleine Akrich, Anne-Marie Mol e Antoine Hennion, como pontuam Harman (2009), Blok e Jensen (2011) e Lemos (2013). A TAR é concebida no âmbito dos Estudos em Ciência, Tecnologia e

Sociedade (CTS). O grupo de estudos de mesmo nome se organiza sob a direção de Jean-Jacques Salomon, no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios, na França, em 1977, data de regresso de Bruno Latour da Califórnia, EUA. Nesse estado norte-americano, ele permaneceu entre 1975 e 1977, dedicando-se a um trabalho de campo no laboratório dirigido pelo neuroendocrinologista Roger Guillemin.

O propósito do grupo CTS era se diferenciar dos estudos estruturais e funcionalistas realizados pela Sociologia da Ciência, voltados para as mediações que produzem a ciência. Essa vertente investiga o conteúdo e a natureza do conhecimento científico, que resulta do endosso coletivo das crenças (BLOOR, 2009). A Sociologia das Ciências remonta ao sociólogo norte-americano Robert Merton (1910-2003), que propôs, na Escola de Columbia, um ethos para a Ciência, na qual predominava um domínio lógico-cognitivo interno ao conhecimento científico (LEMOS, 2013). Na década de 1970, o escocês David Bloor (1942-atual), da Escola de Edimburgo, fundamentado nos sociólogos Émile Durkheim, Karl Mannheim e Florian Znaniecki, propõe o Programa Forte em Sociologia das Ciências. A partir de então, Bloor supera as proposições de Merton. A proposta de Bloor é baseada nos princípios de causalidade (condições que ocasionam as crenças ou os estados de conhecimento), de imparcialidade (ambos os lados das dicotomias requerem explicação), de simetria (os mesmos tipos de causa devem ser explicados) e de reflexividade (aplicação dos padrões de explicação à própria Sociologia). Sua proposição também leva em conta as condições sociais do conhecimento científico (BLOOR, 2009).

Especificamente, a TAR compreende que a ciência é feita e deve ser estudada em ação, isto é, na prática cotidiana dos laboratórios. A ação é entendida como fazer e assim pode ser compreendida a partir do método descritivo empregado por Latour para relatar o dia a dia de engenheiros e cientistas. Essa proposta foi desenvolvida nas obras *Laboratory Life: the Social Construction of Scientific Facts*, escrita por Latour e pelo sociólogo britânico Steve Woolgar, em 1979, e *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*, escrita por Latour, em 1987.

A Teoria Ator-Rede é inicialmente concebida por Michel Callon e Bruno Latour, cujo texto fundador, escrito por Callon (1986), com o título *The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle*, introduz o

termo “ator-rede”. Naquele período, outros escritos apresentavam ideias iniciais da TAR, como o livro *Laboratory Life*, o texto *Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so*, escrito por Callon e Latour (1981), e o texto *Pour une sociologie relativement exacte*, também escrito por Callon e Latour ([1983]/2012).

A Teoria Ator-Rede se apresenta como abordagem metodológica para descrever a fabricação de fatos científicos. A descrição e a composição de relatos se baseiam na Etnometodologia proposta por Harold Garfinkel. Por essa razão, a TAR também é nomeada Sociologia das Ciências e das Técnicas, por Corcuff (2001). Ela é amplamente difundida, entre 1982 e 2006, graças ao ensino de Engenharia no âmbito do Centro de Sociologia da Inovação (CSI) da Escola de Minas de Paris.

A partir de 2007, a TAR é desdobrada no ensino de Direito, Política e Cartografia de Controvérsias no centro de pesquisa MédiaLab, afiliado à SciencesPo, o Instituto de Estudos Políticos de Paris (BLOK; JENSEN, 2011). Segundo Harman (2009), Blok e Jensen (2011) e Lemos (2013), os principais nomes que influenciam a TAR são: Gabriel Tarde, William James, John Dewey, Alfred N. Whitehead, Étienne Souriau, Algirdas Greimas, Harold Garfinkel, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Michel Serres, Marc Augé, Philippe Descola e Isabelle Stengers.

A segunda vertente é integrada por Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Michael Pollak, fundadores do Grupo de Sociologia Política e Moral (GSPM), da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris (EHESS), em 1984. Os dois primeiros foram orientandos do sociólogo francês Pierre Bordieu, durante os anos 1970, e participavam do grupo de pesquisa desse sociólogo, como destacam Corrêa (2011) e Dosse (2003). Posteriormente, o GSPM é desdobrado no Laboratório de Estudos sobre a Reflexividade (LIER), integrado por Yannick Barthe, Damien de Blic, Jean-Philippe Heurtin, Éric Lagneau, Cyril Lemieux, Dominique Linhardt, Cédric Moreaum, Cathérine Rémy e Danny Trom.

O GSPM propõe o deslocamento da crítica do agente especializado (o sociólogo) para o senso comum. Assim, ainda que também se volte para a ação, rompe com o “bourdieusismo” e passa a se interessar por “descobrir a competência reflexiva dos não-especialistas, do senso comum, [bem como] a capacidade largamente partilhada de generalização, de superação dos casos particulares” (DOSSE, 2003,

p. 64). Outro ponto de distanciamento das ideias de Bordieu se refere à adoção de uma proposta não objetivista entre ação e estrutura – noções que demarcam a definição do objeto de estudo da Sociologia. A dimensão estruturalista da proposta de Bordieu, conforme Nachi (2006), está na concepção apriorística de papéis e possibilidade de execução de ações por parte da estrutura social.

Boltanski, em entrevista a Corrêa (2016), esclarece que seu interesse pela ação e reflexividade de não especialistas é influenciado pela introdução do Interacionismo Simbólico na França. Coube a Pierre Bordieu introduzir essa vertente em tal país, sobretudo as obras de Erving Goffman, expoente da visada interacionista.

Também nomeada Sociologia da Crítica, Sociologia da Justificação ou Sociologia dos Regimes de Ação, a Sociologia Política e Moral atenta para os valores acionados pelos atores quando estes agem em momentos de incerteza e provação – dimensão axial. Essa dimensão, que atenta para os valores, soma-se às dimensões ontológica (o que a realidade e as entidades são) e epistemológica (o conhecimento sobre a realidade e as entidades). Em instantes incertos, o estado das coisas – aquilo que elas são ou como são compreendidas – é questionado e reformulado de acordo com os modos de negociação e justificação entre os atores – aqueles que se encontram em ação –, e não apenas pelo *habitus* deles, como concebia Bordieu.

A noção de “provação” (*épreuve*) se refere aos momentos em que certezas são questionadas, e aberturas para a redefinição das situações são instauradas (CHATEAURAYNAUD, 1991). Essa concepção demarca todas as Sociologias Pragmáticas Francesas, segundo Nachi (2006) e Lemieux (2007), autores que também as nomeiam Sociologias das Provações. As provações são provas de força – o sentido é próximo ao magnetismo –, com atração ou repulsão de elementos, isto é, argumentos ou proposições científicas (NACHI, 2006; MARTUCCELLI, 2015). A visada de Boltanski privilegia o eixo axiológico das ações, ou seja, observa a atribuição de valores por parte de atores às situações por eles experimentadas. Tal valor é considerado pela Sociologia Moral e Política como grandeza. Essa abordagem entende as provações também como provas de grandeza (NACHI, 2006; MARTUCCELLI, 2015).

Para as Sociologias Pragmáticas Francesas, a ação é considerada como provação, pois é marcada pela imprevisibilidade e pela incerteza,

de modo que não sabemos de antemão o resultado das ações, quer dizer, o que elas desencadeiam e quais atores agem (NACHI, 2006). É desse modo que entenderemos a noção de “ação”: como incerta e imprevisível. Isso implica dizer que o estado de coisas e os sentidos produzidos estão de acordo com quais atores agem e como eles agem, aspectos que não são definidos previamente, mas observados em ação. Esses aspectos de imprevisibilidade e de incerteza com relação à ação e aos atores é fortemente ressaltado por Latour (2005), a quem retornaremos.

A terceira vertente, por sua vez, foi fundada por Francis Chateauraynaud, ao final dos anos 1990, com a criação do Grupo de Sociologia Pragmática e Reflexiva (GSPR), também vinculado à EHESS. Isso se deu após a publicação do livro *La faute professionnelle : une sociologie des conflits de responsabilité*, em 1991, resultante da tese de Chateauraynaud, orientada por Boltanski, e cujo um dos membros da banca foi Latour. Isso ressalta o fato de as Sociologias Pragmáticas Francesas serem contemporâneas entre si, ainda que a consolidação de uma e de outra variem alguns anos (SALGADO, 2018a).

O GSPR se dedica a compreender a formação e a transformação de argumentos em situações de discussão pública: controvérsias, crises e escândalos. Esses momentos são analisados por meio de recursos informáticos e de tecnologias de análise textual de *corpora* extensos (matérias em jornais, declarações, estatutos, leis, artigos científicos etc.). O software *Prospéro* foi desenvolvido por tal grupo para esse propósito e atenta para a categoria “provação” (*épreuve*), que reúne os verbos presentes nos documentos analisados. Os verbos dizem respeito às ações, aos fazeres de atores diversos, evidenciados pelos enunciados coletados e analisados (ARCE; SALGADO, 2016). O objetivo da proposta de Chateauraynaud é observar a trajetória argumentativa de variados atores ao longo do tempo, por meio de suas relações de força (influência, importância, relevância), e atentar para aquilo que futuramente será formado em decorrência de afetações entre atores. Chateauraynaud (2003, 2004, 2011, 2014, 2016) nomeia Balística Sociológica a análise do trajeto de argumentos em *corpora* textuais.

Tendo explicitado as principais características formativas das três vertentes das Sociologias Pragmáticas Francesas, passamos para o modo específico como elas compreendem as ações e o social. Ambas

as noções, de ação e de social, são concebidas de maneira plural e distintas das sociologias anteriores.

A pluralidade das ações e do social

Para reformular as noções de ação e social, as três visadas mencionadas propõem uma concepção própria de ação: não individual ou restrita a um único sujeito. Disso resulta o entendimento incerto e plural da ação. Para essas sociologias, também nomeadas Novas Sociologias, por Corcuff (2001), em contraste às sociologias antecedentes, as ações são sociais porque são plurais, ou seja, enredam humanos e não humanos. Estes são tratados como plantas, animais, objetos técnicos, textos, gráficos, sentimentos, sentidos, entre outros.

As vertentes sociológicas precedentes, herdeiras da proposta filosófica humanista e racionalista de René Descartes e de Immanuel Kant a respeito da ação, apreendiam o humano como sujeito (aquele que age, ativo, conhecedor) e o não humano como objeto (aquele que sofre a ação, passivo, a ser conhecido). As Novas Sociologias visam a romper a dicotomia sujeito/objeto, considerando que objetos também podem agir – eles não apenas sofrem a ação, mas levam outros (humanos ou não) a agir (LATOUR, 2005).

De fato, esse entendimento pluralista da ação, inspirado na articulação entre ação humana e objetos do mundo, é o que caracteriza as Novas Sociologias, conforme Nachi (2006) e Lemieux (2018). Elas também reconhecem que os não humanos agem de modo independente da ação humana. Os humanos, por outro lado, se associam aos não humanos para agir. Essa ideia de que humanos se vinculam a não humanos para agir já se fazia presente no Pragmatismo norte-americano, que procurava pensar o humano junto ao não humano. A esse respeito, como destaca Grusin (2015), C. S. Peirce reconhece que humanos e não humanos agem segundo as mesmas leis de seleção natural.

William James também destaca essa relação. Em *The Principles of Psychology*, tal autor reconhece que os pensamentos, as emoções, os hábitos e as vontades humanas são inseparáveis de processos não humanos. James ([1909]/(2002)) se utiliza do termo *pragmata*, de origem grega, para destacar “as coisas em sua pluralidade” e enfatizar não

apenas a relação entre as coisas, mas que as coisas são, elas mesmas, um conjunto de relações. Não essencialista, essa pragmática dos vínculos presume, ainda, que as coisas estão sendo feitas, *in process of making*, como afirma James citado por Hennion (2013, p. 15), quando retoma o termo *pragma* (ação, em grego).

O mesmo argumento é recuperado anos depois por Hennion (2016) para ressaltar a dimensão pragmática da TAR. Esse autor destaca que o termo *pragmata*, que advém de *pragma*, equivale à agência (capacidade de ação) de *actantes* – termo recuperado de A. Greimas para nomear quem age em uma narrativa –, reiterando que estes são relações. Esse aspecto é central para o Pragmatismo norte-americano, pois essa perspectiva refusa, pela vertente de James, a distinção entre coisas e seus efeitos.

Latour (2005) retoma a ideia de relação para dizer que a ação e seus efeitos são indissociáveis. Para a TAR, agir é fazer agir, logo, ação e efeitos são diretamente relacionados, pois o efeito de uma ação é também uma outra ação que produz outros efeitos. Essa lógica espiralar já havia sido abordada por Dewey (1896), ainda que os autores das Sociologias Pragmáticas Francesas não o mencionem quanto à discussão e crítica que ele propõe acerca do conceito de arco reflexo na Psicologia.

Dewey (2010) também considera as coisas como relações, conforme a concepção de “experiência” – simbiose (transação) entre ser e mundo. Esta noção considera tudo o que existe como composto de relações de mútua afetação. Assim, as Novas Sociologias entendem que humanos e não humanos agem e se afetam mutuamente. O diferencial é, portanto, reconhecer a capacidade de ação de não humanos, introduzida na Sociologia pela Sociologia das Associações ou TAR a partir das concepções de Gabriel Tarde. Esta corrente considera os não humanos como as massas ausentes da Sociologia (LATOUR, 1988, 1992), isto é, como aqueles que faltavam para que a balança sociológica ficasse equilibrada, uma vez que as análises sociológicas pesavam, até então, para o lado da ação humana e privilegiavam-na em detrimento da não humana.

Cabe dizer que a herança pragmatista norte-americana das Sociologias Pragmáticas Francesas é indireta, como esclarece Stavo-Debaugé (2012). Conforme esse autor, antes de escrever *De la justification : les économies de la grandeur*, em coautoria com Laurent Thévenot,

publicada em primeira versão em 1991, obra inaugural da Sociologia Política e Moral, voltada para as justificações e para os valores acionados pelas ações de atores, Boltanski destaca que não tinha lido os autores pragmatistas norte-americanos.

A leitura de autores do Pragmatismo norte-americano se dá, por parte de Boltanski e demais membros do GSPM, apenas ao início do século XXI, conforme Stavo-Debauge (2012). Isso ocorre em função da tradução do inglês para o francês das obras originais do Pragmatismo norte-americano, naquele período. O momento de leitura e acesso às obras pragmatistas por parte dos membros do CSI e do GSPR não é mencionado por Stavo-Debauge (2012). Apesar disso, Antoine Hennion (2013), membro do CSI quando a TAR é fundada, aponta que James e Dewey são os autores pragmatistas mais lidos pelos autores afiliados à TAR, sem especificar quando se dá essa leitura.

A data precisa da aproximação de Latour com os trabalhos de James e de Dewey não é mencionada por Corrêa e Dias (2016). Apenas Stavo-Debauge (2012) menciona esse momento, ao início dos anos 2000. Os trabalhos de Francis Chateauraynaud estão mais próximos de Dewey, sobretudo pela noção de “investigação” (*inquiry*), que também é retomada por Latour (2012). Ao buscar menções a Peirce feitas por Latour e por outros autores da TAR, encontramos apenas o texto *On selves, forms, and forces*. Nesse trabalho, Latour (2014) contrasta a proposta semiótica de Peirce com a de Greimas – esta com menos ênfase na dimensão ontológica do que aquela. Por recorrer à semiótica de Greimas, Latour privilegia a ação em detrimento das distinções ontológicas entre os atores, nomeados *actantes*, pois considera que eles agem associados, conforme esclareceremos posteriormente.

Com relação ao GSPM e ao GSPR, Charles Sanders Peirce é mencionado nas obras: *Le nouvel esprit du capitalisme*, escrita por Luc Boltanski em coautoria com Ève Chiapello em 1999; *Énigmes et complots: Une enquête à propos d'enquêtes*, escrita por Luc Boltanski em 2012; *Experts et faussaires: pour une sociologie de la perception*, escrita por Francis Chateauraynaud em coautoria com Christian Bessy em 1995; *Prospéro : Une technologie littéraire pour les sciences humaines*, escrita por Francis Chateauraynaud em 2003; e *Argumenter dans un champ de forces : essai de balistique sociologique*, escrita por Francis Chateauraynaud em 2011. Nessas obras, os autores destacam

a concepção triádica de signo (primeiridade, secundidade e terceiridade) formulada por Peirce e enfatizam as noções de representação, sentido e interpretação.

De volta à questão dos não humanos, a inserção deles nas Ciências Sociais é igualmente destacada por Callon e Law (1997). Desde a fundação delas, a oposição entre individual e coletivo as demarca, servindo como contraste e fronteira entre a Sociologia e a Economia. O acréscimo dos não humanos à balança sociológica serve, segundo tais autores, para o abandono da fonte ou origem da ação, o que redefiniu profundamente as Teorias da Ação, calcadas em Max Weber e Talcott Parsons, no período em que a TAR foi formulada.

A propósito, Latour (2005) reforça que ninguém é sujeito da ação ou, em outras palavras, que a ação não é realizada por um único sujeito; mas é plural, coletiva, distribuída entre associações humanas e não humanas. A isso, soma-se o fato de as correntes iniciais da Sociologia, sobretudo as de Émile Durkheim e de Max Weber, desconsiderarem os objetos, as tecnologias e os demais não humanos como explicação do social, ou mesmo, aquilo que deveria ser explicado para se conceber, então, uma noção de social (VRIES, 2016).

A especificidade da mediação sociotécnica

Para as Sociologias Pragmáticas Francesas, o social não é o que está dado de antemão, uma matéria ou material estático e já composto ou estruturado, mas justamente aquilo que está sendo formado à medida que os atores agem e se associam mutuamente (LATOUR, 2005). Essa ideia se fundamenta na proposta associacionista elaborada por Gabriel Tarde. Nas palavras de Tarde (2007, p. 90), “em uma sociedade, nenhum indivíduo pode agir socialmente, nem se revelar de uma maneira qualquer, sem a colaboração de um grande número de outros indivíduos, na maioria das vezes ignorado pelo primeiro”. Nesse sentido, a TAR compreende que são diversos aqueles que agem, não de modo individual, mas coletivo, isto é, associativo, enredando outras ações.

As ações que desencadeiam outras ações são especificadas por Latour (2005), quando ele, de maneira didática, diferencia dois tipos de atores – intermediários e mediadores –, aos quais correspondem,

portanto, dois tipos de ação: intermediação e mediação. A dinâmica de ação e levar à ação – ou fazer agir – é o que a TAR nomeia mediação (LATOUR, 2000b, 1994b, 2001, 2005).

A diferenciação entre intermediação e mediação é apresentada antes por Latour: “estas mediações apenas são reconhecidas então como simples intermediários, que nada mais fazem do que deslocar ou transmitir as formas puras, as únicas reconhecíveis”. (LATOUR, 1994a, p. 56). Em outra passagem, da mesma publicação, Latour sublinha que

A Constituição moderna inteira já dizia que não há medida comum entre o mundo dos sujeitos e o dos objetos, mas ela anulava imediatamente esta distância ao praticar o contrário, ao medir humanos e coisas em conjunto com as mesmas medidas, ao multiplicar, sob o nome de intermediários, os mediadores. (LATOUR, 1994a, p. 59).

Nesse trecho, Latour enfatiza que a modernidade toma por intermediários o que deveria tratar como mediadores. Em outras palavras, a narrativa moderna considera os não humanos como simples projeções simbólicas que se interpõem às ações humanas, quer dizer, como aqueles que sofrem essas ações e se colocam entre elas, e não como aqueles que as realizam.

De modo amplo, foi esse “erro de categoria”, para retomarmos uma das expressões empregadas por Latour (2012a) para qualificar e delimitar os diferentes modos de existência do período moderno, aquilo que contribuiu para o privilégio das ações humanas em detrimento das não humanas, não apenas em análises sociológicas, mas também em investigações filosóficas, antropológicas, psicológicas e comunicacionais, herdeiras das filosofias racionalistas de Descartes e Kant (SALGADO, 2018a).

É válido destacar que Callon não apresenta as noções de “mediador” e “mediação”, apesar de ressaltar em nota que ambas as concepções são trabalhadas por Hennion (CALLON, 1990, p. 157). Com base nesse autor, Callon salienta que mediadores não apenas passam ou transmitem conteúdos, mas intervêm naquilo que transportam. Esse aspecto de alteração e mudança é retomado e explanado por Latour, para quem “faz grande diferença se os meios de produzir o social são encarados como intermediários ou mediadores” (LATOUR, 2012b, p. 64). Isso porque, se tomarmos o social como aquilo que é produzido por intermediários,

ele mesmo é apreendido como uma macroestrutura que antecede e se sobrepõe às ações dos indivíduos humanos, posto que mobilizado por estes, em vez de ser tomado como aquilo que resulta ao final da cadeia de transformações operadas pelos diversos atores, humanos ou não.

No glossário disponível ao final do livro “A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos”, encontramos a seguinte definição:

O termo “mediação”, em contraste com “intermediário”, significa um evento ou um ator que não podem ser exatamente definidos pelo que consomem e pelo que produzem. Se um intermediário é plenamente definido por aquilo que o provoca, uma mediação sempre ultrapassa sua condição. A diferença real não é entre realistas e relativistas, sociólogos e filósofos, mas entre os que reconhecem, nas muitas tramas da prática, meros intermediários e os que admitem mediações. (LATOUR, 2001a, p. 351).

Em outra passagem, da mesma obra, Latour entende que

Um intermediário, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai. Para todos os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes. Os mediadores, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhuma, por várias ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Não importa quão complicado seja um intermediário, ele deve, para todos os propósitos práticos, ser considerado como uma unidade – ou nada, pois é fácil esquecê-lo. Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel. (LATOUR, 2001a, p. 65).

De modo mais simples, o intermediário é aquele ator que transporta sem modificar a) a si mesmo, b) o que é transportado, e c) aquilo que possibilita o transporte (o meio). O mediador, por outro lado, é aquele ator que não apenas transporta a ação de um lugar a outro, mas a partilha, a distribui junto a outros mediadores e, ao fazer isso, transforma

a si mesmo, o que transporta e aquilo que possibilita o transporte.

Com essa distinção didática entre dois tipos de atores, que devem ser a eles atribuídos somente em função de como agem, reconhecemos que a ação, para a TAR, é incerta, plural e alocal (não local). Tratá-la desse modo implica considerar que não sabemos de antemão quem age primeiro, como age, com quem mais age e onde age (LATOURE, 2005).

Cada uma dessas condições deve ser observada em ação, conforme as diferentes associações em curso. A ação é, assim, fonte de incerteza, e seu caráter incerto reside nos distintos atores que levam uns e outros a agir. Conforme Latour (2012b, p. 72), “a ação é encarada como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos. É essa fonte de incerteza que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede”.

A ação é sempre surpresa (LATOURE, 2001a), pois não sabemos ao certo quais atores serão levados à ação, bem como quais serão as entidades associadas, antes de observamos a ação. Assim, como surpresa, a ação deve permanecer, a fim de evitarmos atribuir a capacidade de ação somente aos humanos. A pluralidade da ação se encontra na sua heterogeneidade, isto é, na capacidade que humanos e não humanos possuem de agir – aquilo que a TAR nomeia de “princípio de simetria” – e na impossibilidade de reduzirmos os atores às suas ações e vice-versa – o “princípio de irreducibilidade ou irredução” (LATOURE, 2001b, p. 143).

É de maneira simétrica que a TAR busca analisar as diversas ações que fabricam o social, pois tudo o que existe pode agir, uma vez que “essência é existência e existência é ação” (LATOURE, 2001b, p. 143). Com efeito, a ação é o princípio de tudo (LATOURE, 2010), e é ela que devemos seguir se quisermos compreender a produção tanto de fatos científicos como do social (LATOURE, 2000a).

As críticas endereçadas à TAR centram-se nesse ponto relativo ao princípio de simetria. Como destaca Rocha (2015), a Teoria Ator-Rede é falível em lidar com análises ao desconsiderar as relações assimétricas e hierárquicas entre os diversos atores, por vezes assumindo que humanos e não humanos agem da mesma maneira. Outra crítica feita à TAR é relativa à questão do poder, pouco explorada por essa abordagem, tendo em vista sua discussão apenas em um texto de 1984, a saber,

o escrito *The powers of association*. Nesta publicação, Latour (1984) retoma Michel Foucault para dizer que o poder deve ser tratado como consequência e não como causa da ação.

De modo mais claro, adotar a simetria como método não significa desconsiderar as assimetrias de ações humanas e ações não humanas, e nem mesmo reconhecer que humanos e não humanos agem da mesma maneira. O princípio de simetria busca não atribuir às ações humanas prevalência sobre as demais, *a priori*. Assim, ao considerar que os atores agem de maneira associada, a TAR evita enfatizar uma ação em detrimento de outra, tomando-a como isolada e realizada por um único sujeito. Reside nessa compreensão a ideia de mediação sociotécnica ou híbrida, isto é, feita por atores que não se reduzem a um ou outros, mas entidades que agem coletivamente, de maneira indistinta no que tange à ação.

Acerca da ação, ainda é preciso evidenciar que ela não é propriedade exclusiva da consciência humana, pois, como frisa Latour (2005), ninguém é senhor de sua ação, justamente porque são muitos os outros atores que nos levam a agir. Nesse sentido, a ação nos ultrapassa, ou melhor, somos ultrapassados por ela, ou ainda, ela é assumida por outros – a imagem é de um automóvel que é ultrapassado por outro (LATOUR, 2012b).

Como conclui Latour, “Por definição, a ação é *deslocada*. A ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida. Se se diz que um ator é um ator-rede, é em primeiro lugar para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação” (LATOUR, 2001a, p. 76, grifos do autor). Isso significa dizer que a ação é alocal, ou seja, distribuída em rede – a noção de rede se fundamenta na concepção de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (2011), bem como nos princípios de acentralidade e conexão próprios a tal conceito.

Nessa ótica, a ação não é individual ou isolada, mas coletiva e realizada pelas associações de atores heterogêneos. Em ação, os atores mobilizam outros atores, os quais, por sua vez, mobilizam outros e assim sucessivamente. Reside nessa dinâmica o fazer fazer (*faire faire*). Não há, como argumenta Latour (2005), uma fonte ou origem da ação, pois esta se desdobra de um modo que pode ser descrito como rede. Por isso a proposta empírico-metodológica de uma teoria ator-rede, que segue e

cartografa as mediações.

Considerações finais

A proposta de compreender as ações que compõem o mundo, tal como formulada pelas Sociologias Pragmáticas Francesas, é distinta de abordagens sociológicas francesas que as antecedem, como aquelas de Durkheim, Weber e Bordieu, em certa medida, calcadas em ideias humanistas e racionalistas de Descartes e Kant. As Novas Sociologias, portanto, ao se dedicarem a tratar a ação humana como inseparável da ação não humana, e ao considerar os não humanos como capazes de agir, tal como os humanos – o que não significa afirmar que ajam da mesma maneira –, sublinham a dimensão plural e incerta das ações. De modo mais claro, as ações são incertas porque não sabemos, de imediato, quem age, como age, com quem age e quais são os efeitos de tais ações. Elas são plurais, pois não se limitam a um único sujeito que seria senhor de sua própria ação, visto que ações são conjugadas, isto é, distribuídas entre todos os que agem. As ações produzem efeitos que também são ações que levam outros a agir.

Essa dinâmica de mútua afetação é considerada pelas Sociologias Pragmáticas Francesas como mediação, sobretudo pela Teoria Ator-Rede (TAR), uma das três vertentes dessas abordagens. A inseparabilidade das ações humanas das ações não humanas, conforme exposto, já havia sido elaborada pelo Pragmatismo norte-americano, nas formulações e publicações de Peirce, James e Dewey. A especificidade da mediação na Sociologia das Associações ou TAR reside no entendimento de que esta é sociotécnica ou híbrida, ou seja, partilhada entre os diversos atores que são levados a agir mutuamente. O modo de descrever essa distribuição de ações que enredam humanos e não humanos é a rede.

Em suma, a ação que interessa ser investigada empiricamente pela TAR é a mediação, distinta da intermediação por acarretar mudanças ou alterações naquilo que é transportado e naqueles que transportam, bem como nas condições de transporte. A mediação, como ação híbrida, permanece como surpresa. Ela nos ultrapassa, pois o que nos faz agir está, também, para além de nós.

Nesse sentido, a visada não antropocêntrica de mediação elaborada

pelas Sociologias Pragmáticas Francesas nos impõe um desafio de pensarmos a comunicação como não restrita ao humano ou mesmo não fabricada pelos objetos técnicos apenas em sua tecnicidade. É preciso considerarmos, ainda, os enredamentos de sentidos e as dinâmicas de contato e contágio entre os atores, que podem ser humanos ou não, mas que igualmente devem ser considerados em conjunto, e não isolada e individualmente. Com efeito, a noção de social pode assumir vários sentidos, conforme as visadas que a elaboram. Especificamente para as Sociologias Pragmáticas Francesas, o social é produzido por múltiplas mediações de atores plurais, e resulta a *posteriori*. Reside nessa diversidade o caráter social da comunicação. Acreditamos que esse ponto pode ser melhor explorado pelas pesquisas e estudos em comunicação a partir da noção de provação.

REFERÊNCIAS

- ARCE, T.; SALGADO, T. B. P. A crise da mediação jornalística em provação: uma análise textual de artigos do Medium. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 156-163, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/413>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- BLOK, A.; JENSEN, T. E. **Bruno Latour**: hybrid thoughts in a hybrid world. London, NewYork: Routledge, 2011.
- BLOOR, D. O programa forte na sociologia do conhecimento. In: BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Unesp, 2009. Cap. 1, p. 15-44.
- CALLON, M. Techno-economic networks and irreversibility. **The Sociological Review**, v. 38, n. S1, p. 132-161, maio 1990. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1990.tb03351.x/abstract>. Acesso em: 07 fev. 2018.
- CALLON, M. The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle. CALLON, M.; LAW, J.; RIP, A. (Eds.). **Mapping the dynamics of science and technology**. London: The Macmillan Press LTD, 1986. Parte II, Cap. 2, p. 19-34.
- CALLON, M.; LATOUR, B. Pour une sociologie relativement exacte. In: ROBERGE, J.; SÉNÉCHAL, Y.; VIBERT, S. (Orgs.). **La Fin de la société**: débats contemporains autour d'un concept classique. Québec: Athéna éditions, 1983-2012. p. 39-66. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/16-SOCIO-RELATIVISTE.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.
- CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR, K.; CICOUREL, A. (Eds.). **Advances in Social Theory and Methodology**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981. p. 277-303. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/09-LEVIATHANGB.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.
- CALLON, M.; LAW, J. L'irruption des non-humains dans les sciences humaines : quelques leçons tirées

de la sociologie des sciences et des techniques. In: REYNAUD, B. (Ed.). **Les limites de la rationalité**. Tome 2: Rationalité, éthique et cognition. Paris: La Découverte, 1997. p. 99-118.

CORCUFF, P. **As Novas Sociologias**: construções da realidade social. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CORRÊA, D. S. Entrevista com Luc Boltanski. **Sociofilo**, (Co)laboratório de Teoria Social, online. 2011. Publicada em 05 de julho de 2016. Disponível em: <https://blogdosociofilo.wordpress.com/2016/07/05/entrevista-com-luc-boltanski/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: De la Justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n1/1678-4944-mana-22-01-00067.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

CHATEAURAYNAUD, F. **Argumenter dans un champ de forces**: essai de balistique sociologique. Paris: Éditions PETRA, 2011.

CHATEAURAYNAUD, F. La faute professionnelle : une sociologie des conflits de responsabilité. Paris: Métailié, 1991.

CHATEAURAYNAUD, F. L'épreuve du tangible : expériences de l'enquête et surgissements de la pre-vue. In: KARSENTI, B.; QUÉRÉ, L. (Eds.). **La croyance et l'enquête**: aux sources du pragmatisme. Paris: Éd. de L'EHESS, 2004. p. 167-194. Col. Raisons Pratiques, n. 15. Disponível em: <https://www.gspr-ehess.com/documents/FC-Epreuve-du-tangible-2004.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2015.

CHATEAURAYNAUD, F. Pragmatique des transformations et sociologie des controverses : les logiques d'enquête face au temps long des processus. In: CHATEAURAYNAUD, F.; COHEN, Y. (Orgs). **Histoires pragmatiques**. Paris: Éd. de L'EHESS, 2016. p. 349-375. Col. Raisons Pratiques, n. 25.

CHATEAURAYNAUD, F. **Prospéro**: une technologie littéraire pour les sciences humaines. Paris: CNRS, 2003.

CHATEAURAYNAUD, F. Trajectoires argumentatives et constellations discursives: exploration socio-informatique des futurs du nanomonde. **Réseaux**, v. 188, n. 6, p. 121-158, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux-2014-6-page-121.htm>. Acesso em: 07 ago. 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, J. The Reflex Arc concept in Psychology. **The Psychological Review**, v. 3, n. 4, p. 357-370, jul. 1896. Disponível em: <https://archive.org/details/DeweyReflexArc>. Acesso em: 16 mar. 2019.

DOSSE, F. **O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

HARMAN, G. **Prince of Networks**: Bruno Latour and Metaphysics. Melbourne: re.Press, 2009.

HENNION, A. D'une sociologie de la médiation à une pragmatique des attachements. **SociologieS**. 25 de junho de 2013. Disponível em: <http://sociologies.revues.org/4353>. Acesso em 14 maio 2017.

HENNION, A. From ANT to Pragmatism: A Journey with Bruno Latour at the CSI. **New Literary History**, v. 47, n. 2, p. 289-308, 2016. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/631300>. Acesso em: 14 maio 2017.

GRUSIN, R. (Ed.). **The Nonhuman Turn**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2015.

JAMES, W. **The meaning of Truth**. New York: Dover Publications Inc., 1909-2002.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001a.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

LATOUR, B. **Enquête sur les modes d'existence**: une anthropologie des Modernes. Paris: La Découverte, 2012a.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994a.

LATOUR, B. Mixing Humans with Non-Humans: Sociology of a Door-Closer. **Social Problems**, v. 35, p. 298-310, 1988. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/35-MIXING-H-ET-NH-GBpdf_0.pdf. Acesso em: 09 ago. 2017.

LATOUR, B. On selves, forms, and forces. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 4, n. 2, p. 261-266, 2014. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.14318/hau4.2.014>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LATOUR, B. On technical mediation. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994b. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/54-TECHNIQUES-GB.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory. New York: Oxford University Press, 2005.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador, EDUFBA; Bauru, EDUSC, 2012b.

LATOUR, B. The Berlin Key or how to do words with things. In: GRAVES-BROWN, P. (Ed.). **Matter, Materiality and Modern Culture**. London: Routledge, 2000b. p. 10-21.

LATOUR, B. The powers of association. **The Sociological Review**, v. 32, supplement S1, p. 264-280, 1984. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/19-POWERS-ASSOCIATIONS-GBpdf.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

LATOUR, B. Where are the missing masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: BLIJER, W.; LAW, J. (Eds.). **Shaping technology/Building Society**: Studies in Sociotechnical Change. Cambridge, Mass: MIT Press, 1992, p. 225-259. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/50-MISSING-MASSSES-GB.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2014.

LATOUR, B; WOOLGAR, S. **La Vie en laboratoire**: la production des faits scientifiques. Paris: La Découverte, 1988.

LEMIEUX, C. LEMIEUX, C. À quoi sert l'analyse des controverses ? **Mil neuf cent**, n. 25, p. 191-212, 1/2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mil-neuf-cent-2007-1-page-191.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

LEMIEUX, C. **La sociologie pragmatique**. Paris: La Découverte, 2018.

LEMOIS, A. **A comunicação das coisas**: Teoria Ator-Rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

MARTUCCELLI, D. Les deux voies de la notion d'épreuve en sociologie. **Sociologie**, v. 6, p. 43-60, 2015/1. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-sociologie-2015-1-page-43.htm>. Acesso em: 02 maio 2016.

NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2006.

NÖTH, W. Charles S. Peirce - Precursor da virada não humana. **Triade**, Sorocaba, v. 5, n. 9, p. 6-17, jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3026/2674>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ROCHA, I. J. Teoria ator-rede e práticas de pesquisa: notas sobre alguns usos nas pesquisas em comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 29, n. 71, p. 115-122, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2015.29.71.07/4805>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SALGADO, T. B. P. A virada não humana na comunicação: contribuições da Teoria Ator-Rede e da Ontologia Orientada aos Objetos, **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 171-191, 2018a, disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/18146/11808, acesso em 10 jun. 2019.

SALGADO, T. B. P. **Fundamentos pragmáticos da teoria ator-rede para análise de ações comunicacionais em redes sociais online**. 2018b. 292 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

STAVO-DEBAUGE, J. La sociologie dite "pragmatique" et la philosophie pragmatiste, une rencontre tardive. **Seminário Pourquoi le Pragmatisme?**, Villa Vigoni, Itália, 15 a 18 de junho de 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/2644253/La_sociologie_dite_pragmatique_et_la_philosophie_pragmatiste_une_rencontre_tardive_. Acesso em: 05 abr. 2017.

TARDE, G. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2010.

VRIES, G. **Bruno Latour**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016. [Key Contemporary Thinkers]





DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.07

Artigo recebido em: 05/03/2019

Artigo aprovado em: 25/06/2019

Por uma teoria dos espelhos – notas sobre
uma ontologia geral dos meios





Por uma teoria dos espelhos – notas sobre uma ontologia geral dos meios

Por una teoría de los espejos - notas sobre una ontología general de los medios

By a theory of mirrors - notes on a general media ontology

MÁRCIO CARNEIRO DOS SANTOS ¹

Resumo: Discute-se o conceito de meio a partir de suas características materiais e informacionais, com base no pensamento da linhagem teórica da ecologia das mídias de McLuhan, Bolter e Grusin, Manovich e Scolari; utilizando também a ontologia sistêmica e os estudos de redes, da complexidade e da filosofia da tecnologia. Propõe-se uma versão formal em termos científicos para a definição apresentada, bem como uma métrica associada aos meios que denominamos de densidade informacional. O trabalho descreve ainda as dificuldades relacionadas ao conjunto teórico contemporâneo associado à ideia de uma Ciência da Comunicação, propondo uma abertura maior para as ações de caráter inter e multidisciplinar, como forma de avançar no estado da arte do campo, diante das transformações impostas pelos processos digitais.

¹ Professor permanente dos programas de pós graduação em Comunicação (Profissional) e Design (Acadêmico) da Universidade Federal do Maranhão, Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC- SP. Coordenador do LABCOM - Laboratório de Convergência de Mídias. E-mail: mcszen@gmail.com.

Palavra-chave: Ecologia das mídias; complexidade; densidade informacional.

Resumen: Se discute el concepto de medio a partir de sus características materiales e informacionales, con base en el pensamiento del linaje teórico de la ecología de los medios de McLuhan, Bolter y Grusin, Manovich y Scolari; utilizando también la ontología sistémica y los estudios de redes, de la complejidad y de la filosofía de la tecnología. Se propone una versión formal en términos científicos para la definición presentada, así como una métrica asociada a los medios que denominamos de densidad informacional. El trabajo describe también las dificultades relacionadas al conjunto teórico contemporáneo asociado a la idea de una ciencia de la comunicación, proponiendo una apertura mayor para las acciones de carácter inter y transdisciplinario como forma de avanzar en el estado del arte del campo, frente a las transformaciones impuestas por los procesos digital.

Palabras-clave: Ecología de los medios de comunicación; complejidad; densidad de información.

Abstract: We discuss the concept of medium from its material and informational characteristics, based on the thought of the theoretical lineage of the media ecology of McLuhan, Bolter and Grusin, Manovich and Scolari; also using systemic ontology and network studies, the complexity and the philosophy of technology. We propose a formal version in scientific terms for the definition presented, as well as a metric associated with the means we call informational density. The paper also describes the difficulties related to the contemporary theoretical set associated to the idea of a communication science, proposing a greater openness to the actions of inter and transdisciplinary character as a way of advancing in the state of the art of the field, before the transformations imposed by the processes digital images.

Keywords: Media ecology; complexity; informational density.

1. INTRODUÇÃO

O que é um meio? Um meio é um sistema capaz de representar informações geradas por outros sistemas, sendo estes últimos biológicos (humanos) ou não (maquínicos). O termo representar deve aqui ser detalhado. Para tanto, usa-se a analogia com um espelho. Um espelho recebe impulsos luminosos externos e permite que as pessoas apreendam uma versão desse conjunto de informações. Como os espelhos não são iguais, as versões também podem ser diferentes, resultado das diversas transformações operadas sobre o fluxo informacional a partir de múltiplas alternativas em termos de curvatura, níveis de reflexividade e qualidade dos materiais que constituem o conjunto. A posição da pessoa que mira o espelho também influencia o resultado final.

Pensando dessa forma, um meio é um sistema capaz de receber entradas informacionais geradas por fontes externas (emissores) e oferecer uma versão particular desse fluxo para apreensão externa por outros sistemas (receptores), transformada a partir das suas características intrínsecas (do meio), que variam em função de como as informações são estruturadas no processo de representação.

Tomando por base essas premissas, é possível inferir que uma das principais características relativas aos meios seria a sua capacidade de processamento informacional, ou seja, não apenas a quantidade bruta de informação (EPSTEIN, 1986) que é capaz de processar, mas também a variedade de versões ou representações que consegue oferecer. Esse caminho nos leva a pensar sobre limites.

Qual o limite de representação informacional que temos na página de um jornal impresso, na tela de um aparelho de TV ou na página inicial de um site na internet? Se entendermos que a representação é a função essencial do meio, constituindo, portanto, um traço sem o qual ele deixa de ser o que é, um dos limites imagináveis está ligado à capacidade de apreensão dos receptores sobre a versão oferecida. Se considerarmos um receptor humano, as limitações do seu sistema neurológico impedirão que ele consiga ler palavras ou entender imagens a partir de um determinado mínimo de tamanho, seja essa informação impressa, iluminada numa TV analógica ou formada por pixels numa tela digital. Nesse aspecto, as restrições estarão no ambiente externo ao meio, entretanto desconsiderá-las seria um esforço inútil que o colocaria numa operação narcísica, representando para ninguém

e, portanto, indo de encontro à sua própria essência.

Mesmo na situação do meio representando informação para um sistema maquínico (possibilidade que consideramos também), pensar que não há limites semelhantes em termos dos sistemas envolvidos seria um erro. Na internet tal situação poderia ser exemplificada a partir da relação cliente-servidor que se estabelece entre a máquina de um usuário que, via browser, solicita determinada página ao servidor onde ela encontra-se hospedada. Se o número de solicitações simultâneas de usuários diferentes for maior do que o servidor está projetado para gerenciar, haverá uma indisponibilidade de atender a todos, gerando uma parada (*crash*) e consequente interrupção no fluxo informacional que está sendo processado. Os ataques de hackers do tipo negação de serviço (*denial of service- DoS*) baseiam-se nessa situação. Por outro lado, se a conexão disponível do usuário for reduzida ou de baixa qualidade, a recepção de um fluxo maior de informações, como na tentativa de assistir um vídeo do YouTube em alta definição (HD ou 4K), por exemplo, também será frustrada pela limitação material associada agora ao receptor.

De forma geral, o caminho associado às limitações materiais dos sistemas, nas pontas da emissão e da recepção, acaba igualando os meios em muitos aspectos, sejam eles de base analógica ou digital. Sendo assim, parece-nos mais promissor discutir a questão do volume informacional com foco específico na etapa do processamento ou transformação operada por ele, isto é, na etapa interna mais intrínseca, não impactada diretamente pelas relações externas mantidas com as entradas e saídas que estabelece com o ambiente no qual se encontra. Tal escolha dá à discussão um caráter ontológico que implica num interesse pela “exposição ordenada dos caracteres fundamentais do ser que a experiência revela de modo repetido e constante (ABBAGNANO, 2007, p. 848)”.



Figura 1: Processo de operação do meio dividido em três segmentos. Fonte: elaborado pelo autor.

2. DENSIDADE INFORMACIONAL

Excluindo os limites externos ligados às conexões que o meio estabelece com emissores e receptores, é possível definir diferenças mais precisas a partir da capacidade interna de processamento de informação quando avaliadas em função da diversidade de modos ou formatos de representação que o meio é capaz de oferecer.

Tomemos por exemplo um dado de seis faces como um sistema. Ao ser lançado, ou seja, quando colocado em operação, ele oferece seis possibilidades distintas de saída ou, em outros termos, a capacidade de representar seis estados ou informações diferentes. Isso poderíamos descrever como 1×6 , sendo um estado final em seis possibilidades. Se analisarmos um sistema um pouco mais complexo, como uma festa onde há três homens e três mulheres, totalizando seis pessoas, e imaginando que eles podem conversar apenas em pares, teríamos $6 \times 5 = 30$ possibilidades de combinação, já que o par não poderia ser formado pela pessoa consigo mesma, daí $6 \times (6-1)$ na conta que fizemos. Se considerarmos que as pessoas também podem conversar em configurações ou grupos de 3,4,5, teremos ainda mais possibilidades, apesar de finitas.

Tomando por base essa analogia, poderíamos imaginar que a cada meio estaria associado um conjunto de possibilidades de representação, só que bem maior do que as dos exemplos acima, mas ainda limitada, pelas características da sua base material ou interna e representada, mais facilmente, como um espaço amostral probabilístico, em que determinadas configurações são possíveis e outras não. Assim, na página de um jornal impresso, é possível representar a imagem de uma pessoa, como também é possível numa página de internet; entretanto, no primeiro meio não é possível associar a essa imagem um link que ao ser acionado faria o meio representar outra coisa. Na internet tal possibilidade é a base da hipertextualidade, característica já bastante discutida quando tratamos do ambiente digital. Nesse exemplo, apesar da imagem apresentada ser composta por pontos impressos no papel ou pixels iluminados na tela do computador, o meio internet vai permitir um tipo de representação que o papel, por suas limitações intrínsecas, não poderá suportar. Mesmo considerando áreas equivalentes e tratando-se da mesma imagem, o espaço de possibilidades do meio internet suporta

mais variações, ou seja, é maior, oferecendo um conjunto mais amplo de combinações ou configurações de representação. Nesse sentido, dizemos que o meio digital tem como característica intrínseca uma densidade informacional (**D**) também maior, na medida em que pode assumir, refletir, de forma mais variada, o resultado do seu processo de representação interna. Em termos formais, de forma simplificada, teríamos a seguinte situação:

$$\mathbf{D(M)} = \mathbf{P} - \mathbf{R}$$

A densidade informacional **D** de um meio *m* é equivalente ao seu conjunto de possibilidades **P** de representação menos seu conjunto intrínseco de restrições para processar um dado fluxo informacional.

Meios, com diferentes níveis de densidade informacional, coexistem em diversos arranjos na situação contemporânea que, contudo, não é estática, mas sim dinâmica e em transição, contemplando enorme gradiente de resultados dessa interação. Constitui-se, assim, um sistema complexo que pode ser estudado por meio da analogia com um ecossistema biológico, no qual espécies afetam-se mutuamente e em alguns casos se hibridizam dando origem a novos entes.

Tal caminho que constrói uma espécie de modelo explicativo é resultado do trabalho de uma linhagem de pesquisadores que focaram sua atenção nas questões mais ontológicas ou fundamentais relacionadas aos sistemas de comunicação: o estudo dos meios e dos impactos de sua materialidade intrínseca sobre aspectos sociais, culturais e econômicos da humanidade. Entre esses estudiosos dos meios é impossível não citar Innis (1999) e McLuhan (2007), que construíram seu pensamento num mundo ainda puramente analógico; e, em tempos mais recentes, Bolter e Grusin (2000), Manovich (2001) e Scolari (2006), já orientados para as hibridações entre sistemas digitais e analógicos.

Como exemplos desse trabalho, poderíamos citar a ideia fundamental de McLuhan (2007) dos meios como extensões do homem e também da sua menos conhecida teoria, a do *Tetrad* ou quatro leis da mídia (McLuhan & McLuhan, 1988), em que ele estabelece, por meio de quatro perguntas básicas, uma espécie de ferramenta para compreender e avaliar os meios na sua constante evolução.

Apesar de ter sido imaginada para os meios tradicionais, poderíamos

fazer o exercício de propô-las aos objetos digitais e pensar o que eles aumentam ou intensificam; o que eles tornam obsoleto ou deslocado; o que retomam ou recuperam da obsolescência; e, por fim, em que podem se transformar ou produzir quando levados a um extremo?

O conceito de remediação, aqui entendido como representação ou interação entre meios, desenvolvido por Bolter e Grusin (2000) como uma sequência do *tetrad* de McLuhan, também estabelece parâmetros para pensar como os meios vão interagir entre si, definindo um espectro de possibilidades que vai justamente das formas mais brandas de remediação, em que o meio mais novo apenas vai facilitar o acesso ao conteúdo do meio mais antigo, até formas mais extremas, nas quais o meio novo apaga o anterior.

Bolter e Grusin (2000) detalham o processo indicando que o meio que remedia o outro pode fazer isso de quatro formas básicas. A primeira servindo apenas de canal para que o conteúdo do meio anterior seja acessado (transparência); a segunda expandindo as características originais do meio anterior (aperfeiçoamento); a terceira seria alterando de forma significativa o meio anterior numa espécie de crítica às suas limitações (reconfiguração); por fim, na quarta forma, haveria a total absorção do meio antigo pelo meio que o remedia, fazendo com que as características do meio anterior não possam ser mais percebidas individualmente (apagamento).

A fase transpositiva do webjornalismo, nos termos de Mielniczuk (2001), é um exemplo da primeira situação, enquanto a relação entre telefonia fixa tradicional e telefonia móvel parece caminhar para um caso da última modalidade.

Nas quatro situações, a diferença entre os níveis de densidade informacional impactaria o tipo de hibridização gerado, sendo os mais brandos (transparência e aperfeiçoamento) relacionados às diferenças menores, e os níveis mais fortes (reconfiguração e apagamento) aos casos em que a diferença de níveis de densidade informacional é muito grande; como na comparação entre uma linha de voz analógica, usada nos telefones fixos antigos, e uma linha digital de comunicação, capaz de fazer trafegar voz, dados e controle em um único canal.

Por todas as questões anteriormente expostas, cabe a nós, pesquisadores dos meios, observar suas características, como a densidade informacional, suas conexões e limitações materiais, além de

seus processos de transformação, ainda em andamento, na tentativa de compreender minimamente o que está acontecendo.

3. DO INCÔMODO E DO AREJAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Algumas dificuldades enfrentadas pelo atual estado da arte do Campo de Comunicação têm sido ressaltadas a partir dos processos tecnológicos digitais que têm impactado a economia, aspectos culturais e grande parte das atividades humanas num encontro imprevisto, mas inevitável, entre entes maquínicos, dedicados ao processamento numérico, e entes orgânicos produtores de sentido, no caso, nós, seres humanos.

Alguns dos principais processos de desenvolvimento e inovação, incluindo o design de produtos e serviços como celulares e aplicativos, com enorme impacto na história contemporânea e no ecossistema de difusão informacional, como também as plataformas de mídias sociais, por exemplo, trouxeram para os estudos da Comunicação uma condição caracterizada por volume, variedade e velocidade na geração de dados, impossibilitando em muitas situações a apreensão de padrões e movimentos impossíveis de serem identificados por meio de processos manuais ou com amostras pouco significativas.

O cenário de transformações existente já anunciado por Castells (1999), Chwe (2000), Feenberg (2002), Lemos (2002), Santaella (2003), Vilches (2003) entre outros, há cerca de 20 anos atrás, constituem base teórica suficientemente necessária para que o campo acadêmico da Comunicação possa refletir a centralidade atual que os fenômenos comunicacionais representam no mundo em que vivemos hoje.

Suas características de interconexão (NEWMAN, 2010; EASLEY, KLEINBERG, 2010), volume (GLEICK, 2013) e complexidade (SIMON, 1962; MORIN, 2005), aliadas a um conjunto essencial dos traços distintivos dos objetos digitais, já mapeados por Manovich (2001), parecem indicar um caminho em que a capacidade de incorporar habilidades preditivas ou prescritivas, como sugerem Dresch, Lacerda e Antunes Jr. (2015), ou exercitar iniciativas como a dos métodos digitais, presentes nos trabalhos de Roger (2013) e Santos (2013), poderiam ter

utilidade em algumas propostas de pesquisa da área.

A questão material dos meios, já apresentada, por exemplo, por Gumbrecht (1998, 2004), parece-nos assim uma vertente promissora na construção de teorias de cunho ontológico e sistêmico, capazes de enriquecer o campo da Comunicação e, em especial, a discussão proposta por este dossiê.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O volume, a velocidade e a variedade das informações, que hoje circulam nos sistemas informacionais midiáticos, não se apresentarão de forma minimamente completa através de lentes que só conseguem ver unidades e fragmentos, em processos impactados por milhares e milhões de entes humanos ou não, seguindo regras e padrões que dificilmente conseguiremos mapear com nossas ferramentas tradicionais.

Não se advoga aqui nenhuma mudança brusca ou extinção de um modo de operação que muito já serviu e produziu no campo e que até hoje tem sua validade confirmada e atuante. O que se propõe é, como nos sistemas midiáticos digitais, uma hibridização, uma abertura para que outros métodos e quadros teóricos possam coexistir com os já existentes, buscando ferramentas e novos protocolos de investigação capazes de apreender de forma mais efetiva a enorme complexidade com a qual nos deparamos hoje. Isso não necessariamente implica numa necessidade de desenvolvimento de novas habilidades (o que, no entanto, consideramos desejável), mas, pelo menos, numa integração ou formação de equipes de pesquisadores de campos distintos, capazes de contribuir sinergicamente com o enfrentamento de problemas teóricos e práticos do contexto atual.

A atual compreensão do que é um meio, diante do cenário complexo, múltiplo e dinâmico que temos hoje, ao nosso modo de ver, só poderá avançar a partir de abordagens inter e multidisciplinares, por meio da interação com pesquisadores de outras áreas, incluindo aí o Design, a Ciência da Computação, a Estatística e as Ciências Cognitivas. O avanço do estado da arte da Comunicação como ciência dependerá, de certa forma, da coragem e do desprendimento que os pesquisadores do campo conseguirem reunir para enfrentar novas buscas. A questão fundamental sobre o que é um meio, entre elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOLTER, Jay; GRUSIN, Richard. **Remediation**. Understanding New Media. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHWE, Michael S. Communication and coordination in social networks. **Review of Economic Studies**, 67, p. 128-156, 2000.
- DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JR, José Antonio Valle. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- EASLEY, David; KLEINBERG, Jon. **Networks, Crowds and Markets: reasoning about a highly connected world**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.
- EPSTEIN, Isaac. **Teoria da Informação**. São Paulo: Ática, 1986.
- FEENBERG, Andrew. **Transforming technology: a critical theory revisited**. New York: Oxford University Press, [E-book], 2002.
- GIBBONS, M. et al. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage, 1994.
- GLEICK, James. **A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- GUMBRECHT, Hans U. O tempo não hermenêutico na materialidade da comunicação. In: ROCHA, João de Castro (Org.). **Corpo e forma**. Rio de Janeiro: Ed: UERJ, 1998.
- _____. **The production of presence: what meaning cannot convey**. Stanford, CA, 2004.
- INNIS, Harold. **The bias of communication**. Toronto. University of Toronto Press, 1999.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LEMOES, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MANOVICH, L. **The language of new media**. Massachusetts: Mit Press. 2001.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.
- MCLUHAN, M.; MCLUHAN, E. **Laws of Media**. Toronto: University of Toronto. 1988.
- MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na web**. 2001. Disponível em: <http://200.18.45.42/professores/chmoraes/comunicacao-digital/13-2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em: 8 set. 2010.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NEWMAN, M. E. **Networks: an introduction**. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- ROGERS, Richard. **Digital Methods**. Cambridge: Mit Press. [E-book], 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Márcio. Conversando com uma API: um estudo exploratório sobre TV social a partir da relação entre o twitter e a programação da televisão. **Revista Geminis**, ano 4 n. 1, p. 89-107, São Carlos. 2013. Disponível em: <www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/129/101>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SCOLARI, Carlos. **Hipermediaciones**: elementos para una Teoría da Comunicación Digital Interactiva. Barcelona: Gedisa Editorial, 2008.

SIMON, Herbert A. The architecture of complexity. In: **Proceedings of the American Philosophical Society**. v. 106, n. 6. dez, 1962.

VILCHES, Lorenzo. **A migração digital**. São Paulo: Loyola, 2003.





DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.08
Artigo recebido em: 10/05/2019
Artigo aprovado em: 25/06/2019

Numa encruzilhada, dois campos: a lágrima
como meio nas experiências do sagrado e de
luta política contracolonial do Rosário negro e
do *Ñembo'e* Kaiowá





Numa encruzilhada, dois campos: a lágrima como meio nas experiências do sagrado e de luta política contracolonial do Rosário negro e do Ñembo'e Kaiowá

At a crossroads, two fields: the tear like medium at the sacred experiences and counter colonial political struggle of the black Rosário and the Kaiowá Ñem-bo'e

En una encrucijada, dos campos: la lagrima como medio en las experiencias del sagrado y lucha política contra-colonial en el Rosário negro y en en Ñem-bo'e Kaiowá

LUCIANA DE OLIVEIRA ¹

BÁRBARA REGINA ALTIVO ²

Resumo: Como formas de vida, experienciadas na fronteira com o regime de visibilidade Ocidental-moderno e violentamente exterminadas por ele, realizam mediações comunicacionais afins às suas

¹ Professora associada do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. É pesquisadora líder do Coletivo de Estudos, Pesquisas Etnográficas e Ação Comunicacional em Contextos de Risco (Corisco). E-mail: luciana.lucyoli@gmail.com

² Jornalista e antropóloga, doutora em Comunicação Social pelo PPGCOM/UFMG. E-mail: barbaralti-vo@gmail.com

cosmologias como forma de afirmação política? Uma semente – conta de lágrima ou *mboy* em língua guarani –, usada nos rosários trançados sobre os corpos negros nos Reinados (expressão religiosa de matriz africana) e nos *jeasaha* sobre os corpos dos rezadores Kaiowá (em experiências xamânicas desse povo indígena), é meio de comunicação com antepassados, entidades sagradas e elementos que nos-sa filosofia chama de naturais. O artigo tem por objetivo presentificar, via experiências etnográficas, processos de comunicação multidimensionais e o sentido de meio em agenciamentos contracoloniais que fazem pensar sobre o tempo, o território e o relacional no campo da Comunicação.

Palavra-chave: Xamanismo Kaiowá; Reinado de Nossa Senhora do Rosário; Meio de Comunicação; Subjetivação Política.

Abstract: How forms of life, experienced on the border with modern-Occidental visibility regime and exterminated by it, perform communicational mediations related to their cosmologies like a form of political affirmation? A seed — tear beads, *mboy* in guarani language — used in the Rosaries braided over the black bodies at the Reinado (afro-brazilian religiosity expression) as well in the *jeasaha* over the Kaiowa prayers bodies (in shamanic experiences of this indigenous people in Mato Grosso do Sul State, Brazil) is a medium to communicate with ancestors, sacred entities and elements that our philosophy calls natural ones. The article aims to make present, toward ethnographic experiences, a multidimensional communication processes and the sense of medium in counter colonial agencies, making to think about the relational in the communication processes.

Keywords: Kaiowa Shamanism; Nossa Senhora do Rosário Kingdom; Medium; Political subjectivation.

Resumen: Cómo las formas de vida, experimentadas en la frontera con el régimen de visibilidad moderno-Occidental y violentamente exterminadas por él, realizan mediaciones comunicacionales afines a sus cosmologías como de afirmación política? Una semilla, lágrima de la Virgen del Rosário o *mboy* en lengua guaraní –, usada en

los rosarios trenzados sobre los cuerpos negros en los *Reinados* (expre-sión religiosa de matriz africana) y en los *jeasaha* sobre los cuerpos de los chamanes Kaiowa (en las experiencias de reza ritual de ese pueblo indígena), ambos en Brasil, es una medio de comunicación con los ancestros, las entidades sagradas y los elementos que nuestra filosofía llama naturales. El artículo tiene por objetivo presentificar, vía experiencias etnográficas, procesos de comunicación multidimensionales y el sentido de médium en agenciamentos contra-coloniales que hacen pensar sobre el relacional en la comunicación.

Palabras-clave: Chamanismo Kaiowa. Reinado de la Virgen del Rosário. Medio de comunicación. Subjetivación política.

Introdução

Este trabalho configura um experimento textual que elabora conjuntamente duas diferentes e interligadas vivências etnográficas guiadas pela postura das pesquisadoras enquanto aprendizes de outras filosofias e formas de vida. Por meio de um diálogo que emerge da intensidade da imersão em campo e momentos de pesquisa, o encontro com a realidade do povo indígena Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, na retomada Guaiviry e com uma comunidade afro-brasileira de Reinado no centro-oeste de Minas Gerais, consubstancia-se, por um lado, na interface com o campo da antropologia e, por outro lado, a partir de uma semente – a lágrima de Nossa Senhora, conta de lágrima, *mboy* em língua gua-rani, e de dois artefatos, o Rosário e o *jeasaha* – que, além de um parentesco estético, são, a um só tempo, meios de comunicação e de subjetivação e luta política em ambos os contextos.

A apresentação e articulação de conceitos dos dois campos, marcados por cosmologias de alta complexidade filosófica e espessa imaginação mitopoética, exigem alguns esforços elucidativos à leitura do trabalho. O primeiro deles é compreender que priorizaremos as referências bibliográficas imanentes às sociedades pesquisadas e suas autoridades intelectuais, em diálogo simétrico com especialistas acadêmicos. Todos os termos dos povos estudados serão apresentados em itálico na sua primeira aparição e explicados brevemente em nota de pé de página ou

no corpo do texto. São qua-tro os momentos formadores do fluxo de sentido que propomos: 1) a apresentação das experiências e informações vinculadas ao aprendizado junto ao povo indígena Kaiowá, tendo como mote a relação da conta *mboy* com a luta pelos territórios originários (o *tekoha*); 2) o relato do campo junto à Irmandade de Reinado “Os Leonídios”, em Oliveira (MG), a partir dos ensinamentos da liderança política e espiritual da comunidade sobre a matriz africana da festa concretizada no Rosário de con-tas de lágrimas de Nossa Senhora; 3) o estabelecimento de um diálogo interepistêmico que, incitado por uma proposta de fórum cosmopolítico, pontua possíveis interfaces entre meios e subjetivação política; 4) explicitamos alguns aspectos de relevância teórico-conceitual para o campo dos estudos da comunicação, com base nas reflexões tecidas ao longo do artigo, especialmente no que tange no-ção de meio que emerge, em movimento indutivo, do campo ao trato conceitual.

O que buscamos no artigo é afirmar onde e de que modo destacam-se resistências contraco-loniais (SANTOS, 2015) que provocam rupturas inventivas com formas de poder sobredeterminado-ras e autoritárias, inscritas em circuitos, por assim dizer, paramidiáticos (OLIVEIRA, 2017). Os agenciamentos propiciados pela conta de lágrimas como meio de comunicação que incide no fortale-cimento das subjetividades são sensivelmente experienciados de forma multidimensional com antepassados indígenas e negros, com forças da natureza e divindades, bem como a partir da potência de relação com a matriz feminina de geração e sustentáculo da vida comum – as grandes mães *Ñandesy* e Nossa Senhora do Rosário. O que evidencia, como buscaremos demonstrar, a biopotência (PEL-BART, 2007).

O *Jeasaha*, a experiência xamânica e a luta pela terra do povo Kaiowá³

*Lugar dos relâmpagos sem fim
Aqui estou vendo todos com a mesma pintura
Estou vindo com o brilho, com o brilho me protegendo
(Excerto Reza Longa)*



Imagem 1: Rezador Valdomiro Flores (à dir.) portando seu *jeasaha* em cerimônia político-religiosa no *Tekoha* Guaiviry/2014. Acervo de Genito Gomes (à esq.) cedido à Luciana de Oliveira

3 Relato de Luciana de Oliveira. Minha parceria com o povo Kaiowa tem se desdobrado em ações de pesquisa, extensão e artes visuais, consolidadas em torno do Programa de Extensão Imagem Canto Palavra nos Territórios Gua-rani e Kaiowa (2014-Atual) e da pesquisa "Regimes de Conhecimento e Formas de Vida na Universidade: experiências e experimentos cosmopolíticos em face de conhecimentos tradicionais e outras epistemologias do (in) visível" que con-tou com financiamento do Proext/2014 e conta com financiamento da Prograd/UFMG 2015-atual, Edital Universal da Fapemig (2017-Atual) e do Edital Rumos Itaú-Cultural (2017/2018). Dentre vários produtos e relações, destacam-se o blog do Aty Guasu. (<http://atyguasu.blogspot.com>), os filmes Ava Yvy Vera (Terra do Povo do Raio, 2016, 52'), Ava Marangatu (O ser sagrado, 2016, 15') e Yvy Pyte (Coração da Terra, 2018, 7') e o projeto Bordados pela Paz Guarani Kaiowa Brasil (<https://www.facebook.com/bordadospelapazguaranikaiewabrazil/?ref=bookmarks>). Programa e proje-to têm provocado um fluxo bilateral entre a *tekoha* Guaiviry-MS e a universidade. Os dois principais intelectuais kaiowa aqui citados, Valdomiro Flores e Daniel Lemes Vasques, foram professores, respectivamente, nos cursos Cos-mociência Guarani e Kaiowa (1/2014) e Ojuhu *Ñe'e*/Ombopaje *Ñe'e* (Encontrar a Palavra/Encantar a Palavra - 2/2016)

O trabalho de campo em Mato Grosso do Sul começa em 2012, motivado pelos relatos de as-sassinatos e violação de direitos vivenciados pelos *rappers* Bruno e Clemerson Verón, do grupo Brô MC's, e pelo aprendiz de xamã Valmir Gonçalves Cabreira. O povo indígena Kaiowá, falante da língua guarani, soma junto com o povo Nandeva, também conhecido como Guarani, aproximadamente 50 mil pessoas. A maior parte delas vive em reservas, aldeias artificialmente criadas por políticas públicas estatais que retiraram os Kaiowá de seus territórios originários e criaram, ao longo do século XX, uma situação de confinamento territorial (BRAND, 1993;1997). O objetivo da criação desses aldeamentos, sob a égide de um pensamento positivista e capitaneadas pelo órgão indigenista do estado brasileiro, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI, que se tornaria a Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 1967), era, do ponto de vista ideológico, a assimilação dos indígenas à nascente sociedade moderna brasileira. Do ponto de vista prático, serviram a diversos interesses e ciclos econômicos: extração da erva-mate e madeira, criação extensiva de gado, monocultura e agronegócio internacional do milho, da soja e da cana-de-açúcar.

Historicamente, o povo Kaiowá tentou manter os vínculos com seu modo de vida ou *teko* indo para os fundos das fazendas ou *teko*harizando as reservas (PEREIRA, 2014), mas ambos os movimentos tornaram-se inviáveis no contexto de formação dos latifúndios de monocultura, no período compreendido entre os anos 1950 e 1970, com a derrubada final das matas e da vegetação de cerrado bem como com o aumento populacional nas reservas. Quando isso aconteceu, eles fizeram uma corajosa virada à visibilidade (OLIVEIRA; BENITES; OLIVEIRA NETO; 2016; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2018), nos termos mesmo dos *karai kuera* (os brancos): vão aos espaços públicos e às arenas institucionais lutar por seus territórios e afirmar sua existência, organizam um dos maiores movimentos indígenas de toda a América – o *Aty Guasu* (Grande Assembleia Guarani-Kaiowá) – e, o mais notável, retornam aos seus territórios originários contando com a força de sua reza ancestral, alguns arcos, flechas e bordunas, suprimentos aportados por apoiadores e muita coragem para enfrentar a força bélica oficial e extraoficial de fazendeiros que têm matado impunemente lideranças espirituais e políticas (OLIVEIRA; BOMBA, 2018) e, junto com elas, importantes conhecimentos e formas de reproduzi-los e expandi-los.

Tal retorno é a expressão máxima do desejo de afirmar uma forma de vida (AGAMBEN, 2000). O *tekoha* é um fundamento de criação e revivência da experiência Kaiowá. Segundo o reza-dor Valdomiro Flores (2014), os elementos que compõem o *teko* são: reza (*mburahei, ñembo'e*), família extensa (*te'yi*), roça (*kokue*), a sociabilidade doméstica nas rodas de chima e tereré, bem como a sociabilidade ampliada dos rituais de dança e festa que ocupam o pátio (*oka*) entre as casas das lideranças (*koty*) e a casa grande (*ongusu*), nos quais se cantam os *guahu* e *cotyhu* (*cantos de propiciação e festa*), celebrados com a *chicha* ou *kagwin* (bebida fermentada de milho branco ou amarelo, mandioca e outros). Daniel Lemes Vasques (OLIVEIRA; FLORES; GOMES; VASQUES; 2016) destaca o papel da escola indígena como experiência diferenciante na transmissão de conhecimentos que sirvam tanto para potencializar vivências da tradição quanto para criar novas armas para as lidas interculturais, sobretudo aquelas marcadas pelo contato com o mundo dos *karaí* (brancos). Almeida (2001, p. 19) traduz o que guaraniólogos clássicos como Montoya, Meliá e Susnik entendem desse conceito filosófico-experiencial, em larga medida sobrecodificado pelos modos de entendimento ocidentais acerca do que é a cultura, como “ser, estado de vida, condição, estar costume, lei, hábito” ou ainda “modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume”.

Os anos de convivência e aprendizado intenso com os Kaiowá ensinaram-me que o lugar físico expresso na palavra, no entanto, conecta-se com o plano cosmológico e, nesse sentido, é importante retornar ao que essa imaginação filosófica concebeu acerca da criação da terra por dois motivos: 1) compreender que a luta pela terra é a luta por um território geográfico-cosmológico; 2) compreender a figura sagrada de *Ñandesy* e a força da semente *mboy* (conta de lágrima). Vasques (2012; 2016a), historiador kaiowá, aprendiz de xamã e professor do *tekoha* Guaiviry, contou-me que os primeiros seres vivos, inicialmente sem distinção ou marcas de gênero, nascidos em brumas de reza a partir do *jesuka* (esperma originário), *Ñanderu* e *Ñandesy*, o casal de demiurgos-criadores, cada qual escolhe uma parte do *jesuka*: *Ñanderu*, o esperma, e *Ñandesy*, o óvulo, tornando-se a imagem do que concebemos como o homem e a mulher. Deles e desse encontro, ainda embalados na reza-murmúrio dos primeiros cantos *ñemboé* do casal-criador, decorre uma segunda geração de seres vivos, denominados por meu interlocutor de semideuses,

que compõem uma miríade de entidades cuja vida é sagrada e dedicada a cuidar das coisas do mundo. A semente conta de lágrima, *mboy* em língua guarani, pertence a Ñandesy, e segundo Daniel, há pelo menos três grandes motivos para que ela seja usada num dos artefatos que porta o rezador, o *jeasaha* (colares de conta de lágrimas cruza-dos no peito), de acordo com conhecimentos dos antigos:

ela existe lá no quintal de Ñandesy. Ela tem a possibilidade de cura pois esfria as coisas. Se você vai curar uma doença, benzer uma pessoa doente, se você vai curar, então sua mão tem que estar bem fria, porque todo *ñembo'e* do kaiowá vai nessa direção de apagar o fogo do corpo. A segunda é porque, quando você está rezando, é tipo um uniforme. A lágrima é que vai te manter leve para você acompanhar as viagens cosmológico-geográficas. Além disso, os colares de *mboy* são usados cruzados nesse uniforme porque é uma imitação dos Overava, imitação de Ñanderu. Minha avó, bisavó, explicava: quando você morrer, aquele guia que vai te levar, então o teu espírito transforma naquele *jeasaha* que é um X para que nenhum poder maligno, ela falava, um *añã* não visse você. Porque você vai passar por um lugar que se você, durante a sua vida terrena, teimou, matou, bateu em alguém, você não se transformará naquele *jeasaha* em forma X no corpo daquele guia que vai passar por aquele espaço. Então logo o *añã* vê você e você seria pego e castigado. A minha bisavó falava para nós, você não vai teimar sua mãe porque senão você não vai passar por isso. Então nós Kaiowá crescemos acreditando nisso e em profundo respeito por nossa mãe (VASQUES, 2016b).

São, portanto, três os fatores de conexão agenciados pela semente e sua força (*mbareté*) como meio: as qualidades do resfriamento, a leveza e a geração de reconhecimento nas relações com os parentes sagrados e terrenos (especialmente a mãe) no processo da reza ritual. Tais fatores são res-ponsáveis pela condução à perfeição (*aguyje*): os encontros com os parentes ancestrais e com Ñanderu, o pai celestial, o respeito à mãe suprema, Ñandesy, corporificada nas mulheres do convívio cotidiano, o aprendizado dos caminhos e a capacidade de ouvir as mensagens e trazê-las aos parentes terrenos. Os rezadores circulam num espaço a um só tempo geográfico e local, cosmológico e astral quando rezam, espaço permeado por ondas de brilho (*rendy*), raios (*vera*) e seus donos (*overava*). Mas só os mais eficientes e melhor formados têm o poder de alçar os mais altos e diversos patamares celestiais (para os Kaiowá, há 15 patamares no céu acima de nós, chamados de *teta*). Em cada um deles,

o rezador encontra *ñanderamõi* (parentes ancestrais, nossos avós) e os *jara* (os deuses parentes da segunda geração) que mandam mensagens aos parentes da terra e também acontece de, por vezes, estes se fazerem ver e ouvir sem que os parentes da terra os percebam no momento da conversação como seres sagrados ou pertencentes ao plano celestial. Essa comunicação entre parentes – os *ñanderamõi/jara* e os viventes na terra – é permanente. A cada semana, nas quintas-feiras, dia em que a passagem ao plano cosmológico está aberta, Valdomiro Flores vai ouvir o que eles têm para falar pela reza ritual e, por vezes, ele também recebe mensagens dos parentes invisíveis em sonhos.

Em geral, um rezador domina as tecnologias de conexão com os parentes invisíveis, a reza e os artefatos sagrados que a potenciam, bem como os poderes de agenciamento da comunidade e da família para a transmissão de conhecimentos fundamentais à sua manutenção. Não necessariamente todas essas qualidades pertencem a um mesmo rezador. Há aqueles que se dedicam de maneira especial à fabricação dos artefatos sagrados. O *jeasaha* é um desses artefatos. Feito com as sementes *mboy* especialmente escolhidas e colhidas para esse fim, em todo o processo de feitura, o rezador potencia seus poderes com cantos e evocações. A semente também faz parte da construção *mbaraka*, instrumento musical que é responsável pela conexão do rezador com o mundo espiritual. É o chama-riz dos espíritos e, por isso, conhecido como “celular para falar com Ñanderu”⁴. Para os kaioiwá, os deuses são famílias, não são uma única pessoa como nas religiões monoteístas, o rezador é um elo de interconexão entre as famílias terrenas e extraterrenas, fazendo com que a comunicação entre elas seja próxima e rápida, que habitem um mesmo tempo-território – o *tekoha* – marcado pelas histórias dos antepassados e por forças geográficas como árvores, rios, montanhas, florestas específicas.

A luta política pela terra é, em grande medida, guiada por essas conversações entre os humanos e os deuses, incluindo todos os seus sinais e os agentes dos quais eles são guardiães, como as tempestades, o vento, o relâmpago, o sol, as plantas, os animais. A semente *mboy* está ligada, no plano cosmológico, à precipitação da força protetora da

4 Essa expressão ganhou notoriedade entre os brancos a partir do filme *Terra Vermelha* (2008), de Marco Bechis, mas já era de uso corrente entre os Kaioiwá como forma de explicar a conexão comunicacional entre Rezador, o grupo que reza e o mundo espiritual.

grande mãe, mas também por acompanhar os processos de circulação internos ao mundo cósmico tanto como forma de dar força e leveza quanto de gerar identificação com os as famílias de deuses, tornando o kaiowá reconhecível por esses parentes. De modo prático e por tais ligações cosmológicas, a semente auxilia em processos de cura e também no estabelecimento da comunicação com os pais celestiais ancestrais – agenciados pela força do *mbaraka*. Por isso, podemos dizer que esse pequeno elemento – indissociavelmente, natureza e cultura – guia as conversações que orientam sobre as estratégias, táticas e alertam a respeito de di-versos perigos (BENITES, 2014). Caminhar até os deuses na reza ritual é “embelezar e fortalecer os corpos, dotando-os de força e de alegria, combatendo a tristeza, pois é de sua responsabilidade essa espécie de treinamento e preparação para a vida, o que garante a sobrevivência do grupo e a manu-tenção da própria Terra, numa ação análoga à desenvolvida pelos deuses” (MONTARDO, 2009, p. 15).

Essa interconexão permanente é fundamental para a resistência: ela fortalece os grupos e indica os caminhos a serem perseguidos. Esse fortalecimento alcança também as pessoas, nutrindo-as de capacidade para viver a vida com alegria, ideia que nos sugere aproximar daquilo que chamamos de subjetivação política. Os *nhanderamõi* mandam mensagens particulares e observam/cuidam de seus parentes terrenos nos tortuosos caminhos da existência: afastam a tristeza (*ñe’emyrõ*) que pode conduzir à caça de si com morte por suicídio e dão forças para participação nos rituais de sociabilidade, das rezas para cuidar do *ñe’e* (alma-palavra) e dos rituais ligados à agricultura e à preservação, à medicina e à alimentação.

*O Raio sagrado que vejo deixa-me pleno de felicidade
pois me precipito na travessia do grande caminho.
(Excerto reza longa)*

Reunidos em rosário: lágrima, irmandade e matriz africana do Reinado⁵

*Ai eu não sou daqui
Eu sou do lado de lá
Eu vim da Kalunga⁶
Ouvindo sereia cantar
(Toada de Massambique)*



Imagem 2 Saudação ao Trono Coroado, 2016. Foto: André Santos (cedida à Bárbara Altivo)

Segundo Pedrina de Lourdes dos Santos (2016), Reinado é o jeito de rezar que vem do lado de lá, das terras de além-mar, África ancestral. Capitã de massambique de N. Sra. das Mercês na cidade de Oliveira (MG),

5 Relato de Bárbara R. Altivo. Elaborei na comunidade do Reinado de Oliveira-MG a pesquisa que resultou na tese de doutorado “Rosário dos Kamburekos: Espirais de cura da ferida colonial pelas crianças negras no reinadinho (Oliveira-MG), focada na produção comunicacional de ancestralidade pela relação entre os mais novos – kamburekos (espíritos infantis) e crianças que fazem o Congadinho, uma vivência reinadeira constituída de forma autônoma por elas – e os mais velhos, capitães, reis e rainhas negros, pretos-velhos e Mkisi (entidades espirituais). A pesquisa de campo compreendeu o período de 2016 a 2018 e o trabalho com a comunidade continua sob diversas formas de colabo-ração. A tese foi orientada por Luciana de Oliveira e co-orientada por Pedrina de Lourdes dos Santos, intelectual reína-deira e professora do Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG.

6 Mar e, ao mesmo tempo, a terra dos mortos, os ancestrais, na língua quimbundo de matriz bantu, tronco linguístico oriundo da região centro-sul africana.

Pedrina de Lourdes Santos é uma ilustre sacerdotisa e teórica do universo do Reinado, além de *muzenza* (filha de santo no candomblé), intelectual da cultura e língua de origem bantu, rezadeira e benzedeira, liderança espiritual e política da irmandade dos Leonídios. Aos 11 anos de idade, com a permissão do pai, antigo capitão da guarda de *massambique*⁷ das Mercês, Pedrina entra como dançadora no Reinado, posto que até então era ocupado apenas por meninos. Herda a capitania, juntamente com o irmão Antônio dos Santos, em 1980, com a morte do pai. Ela é considerada uma das primeiras mulheres capitã de massambique de Minas Gerais, e assim enfrentou dificuldades para ter acesso aos conhecimentos tradicionais e firmar a sua liderança na comunidade reinadeira (SOARES, 2016). Com 47 anos de festa do rosário e 37 de capitania, Pedrina é uma verdadeira guardiã dos fundamentos africanos no Reinado de Oliveira, lutando contra as constantes investidas embranquecedoras, catolicizadoras e espetacularizantes da igreja, mídia e elite da cidade.

“Esse povo era de muita sabedoria, o povo reinadeiro, desde o tempo da escravidão. Eles conseguiram preservar sua crença, sua fé, sem precisar mais morrer no tronco.” A cada novo sol que desponta, Pedrina se declara mais impressionada com a esperteza dos negros escravizados diante da violência colonial do catolicismo. O povo do rosário, como ela costuma dizer, elaborou uma festa assentada na matriz cosmológica africana, em toda a sua complexa efetivação ritual pelo canto, to-que e dança, por meio da devoção aos santos católicos. A nomeação da festa como Reinado passa por uma antiga disputa de poder na linguagem, contenda na qual Pedrina faz questão de tomar parte. A capitã não gosta do termo Congado ou Congadas, muitas vezes usado como sinônimo de Reinado pela boca dos folcloristas e acadêmicos. “Congado é enfeite, espetáculo. Reinado tem fundamento, mandamento e sacramento. Sabe de onde vem e para onde vai.” Artista e artesã da cura pela reza, Pedrina sabe muito bem que a palavra carrega magia, agência, e prefere aquelas que ativam o berço africano do Reinado, a sua força espiritual calcada na ancestralidade, nas memórias dolorosas do tempo do cativo e na comunicação com as almas, santos e divindades do outro mundo. No dizer da Rainha Perpétua de N. Sra das Mercês do Jatobá e professora na

7 Massambique é como Pedrina denomina o tipo de guarda que capitaneia, comumente chamada de Moçambique, responsável por guarnecer os reis e rainhas coroados no Reinado. Segundo ela, o termo Massambique é o mais adequado porque deriva da matriz linguística quimbundo, significando “dança sagrada que vem de Angola”.

UFMG, Leda Maria Martins:

Ternos ou Guardas de Congo podem existir individualmente, ligados a santos de devoção em comunidades onde não exista o Reinado. Os Reinados, por sua vez, são definidos por uma estrutura simbólica complexa e por ritos que incluem não só a presença das guardas, senão a instauração de um império, cuja concepção inclui variados elementos, atos litúrgicos e cerimônias e narrativas que, na performance mitopoética, reinterpretem as travessias dos negros de África às Américas. (MAR-TINS, 2013, p. 28).

Durante nove dias, na primeira semana de setembro, as guardas de vilão, massambique, cato-pé e congo⁸ percorrem as ruas de Oliveira com seus tambores, fardas coloridas, bandeiras, bastões, espadas e uma série de outros de objetos sagrados, fazendo o deslocamento festivo das majestades. Os reis e rainhas congos e perpétuos, muito respeitados pelas comunidades reinadeiras, são a presença negra dos santos cultuados: N. Sra. do Rosário, N. Sra. das Mercês, São Benedito, Santa Efigênia e N. Sra. Aparecida. Além deles, há os reis e rainhas de promessa e de ano, que mudam a cada festa e são por vezes brancos, vestidos ao modo europeu. Cada guarda ou terno é regido por um santo, que vai na frente em forma de bandeira, anunciando a chegada do grupo, varrendo a passagem dos maus agouros, guiando na cabeceira do fluxo o caminho por onde dançam, tocam e cantam os membros da guarda, de acordo com a condução da capitã ou do capitão. Uma estrutura ritual que faz a travessia das coroas contando a história da travessia dos negros, desde as terras africanas até o Brasil, o terror das viagens nos navios negreiros, as violências sofridas, e o brado de libertação: “levanta minha gente, cativo acabou!”.

A ritualística cantada e dançada pelas guardas reinstaura a aparição de Nossa Senhora do Rosário, mito fundador do Reinado. Pelas águas do mar chegou a senhora que aliviou a dor e o sofrimento dos negros, a grande mãe que não se deixou ser capturada pelo catolicismo branco e seguiu sentada sobre o tambor de candombe⁹ até a casa sagrada dos negros, os seus terreiros. A Senhora do Rosário chorou, chorou muito com

⁸ Tipos de guardas, agrupamentos de dançadores e tocadores, que cultuam os santos de acordo com as especificidades de seu estilo ritual.

⁹ Ritual de devoção aos ancestrais africanos que consiste no canto, dança e toque de três tambores: Santana, Santaninha e Jeremias. Abre a festa do Reinado de Oliveira, acontecendo na madrugada de sábado para domingo.

e pelos negros. A crueldade humana, o peso da chibata, as humilhações, as torturas, todas as dores da escravidão fizeram a santa derramar um desatino de lágrimas, que no chão viraram sementes. Grãos formadores do Rosário dos Pretos, contas fecundantes ligadas pelo fio da irmandade, marca de um povo que laboriosamente transcribia as memórias e os laços de parentesco desterritorializados com violência pela diáspora escravagista. O rosário é artefato que cruza o peito dos reinadeiros, é instrumento de proteção, cura e benzeção, é conta de umbanda e candomblé, é a festa, é a própria comunidade. A polivalência desse rosário deslinda a filosofia negra e usos rituais afro-brasileiros de um elemento marcadamente católico, astúcia de quem soube se infiltrar no seio dos símbolos cristãos e mobilizá-los africanamente, herança mítica que “se imbricou no tecido da hagiografia católica, modificando-a e modificando-se” (LOPES, p. 102, 1988).

As contas de lágrimas reunidas em Rosário estão presentes de diferentes maneiras e intensidades tanto nos rituais festeiros da irmandade dos Leonídios (no reinado, umbanda e candomblé) quanto no cotidiano. Rosário cruzado fecha o corpo. São tecnologias de defesa contra feitiço, olho grande e todos os tipos de ameaças que correm soltas nos dias de festa, as quais também se manifestam em forma de preconceito racial e ódio religioso. Os congadeiros não fazem nada sem a sua “ar-madura” ao longo dos nove dias de cortejo pela cidade. A festa é muito forte, e por isso mesmo extremamente perigosa. “O Reinado move céus, terra e mar!”, costuma dizer Pedrina. Os cantos e toques têm o poder de curar ódio, tristeza, rancor, memória de tempos dolorosos. Enfermidades das gentes do mundo dos vivos e daquelas que habitam o lado dos mortos, sobretudo das almas dos antigos negros escravizados, torturados, e de seus senhores e algozes. “Há um peso cármico que vem da escravidão que é muito forte na cidade de Oliveira, e no Brasil como um todo”. O rosário de Maria é um enorme e complexo labor de cuidado com o povo de cá e de lá que vive imantado pelas agruras daquela época. Tempo que se vê reinstaurado na vida pública da cidade no período do festejo a partir de uma estrutura ritual fundada no deslocamento do trono coroado, guarnecido pelos dançadores e tocadores dos ternos, ao longo das ruas – pelas suas casas, encruzilhadas, cemitérios, comércio, escolas e demais espaços povoados por múltiplos seres, memórias e rastros da experiência da escravidão.

Os *pretos-velhos*, espíritos de antigos negros cativos, nos toques de umbanda que transcorrem a madrugada na sede dos Leonídios, costumam chacoalhar os rosários ao redor dos corpos do-entes, “descarregando” todos os maus agouros instalados. Os *aparelhos*, *cavalos* ou *médiuns* usam os colares da semente como espécie de conta ou guia, com a função de proteção, conexão com os espíritos e demarcação do pertencimento ao Reinado no plano dos espíritos. Marca dos reinadeiros e conexão entre eles, o rosário é lido como peça macabra pelas famílias brancas de Oliveira, elas mes-mas ligadas ao contexto escravagista pelo lado da casa grande, continuidade dos senhores donos das lavouras de café que até hoje são sustentadas pelo trabalho dos negros da região. Nesse contexto, o objeto recebe o seguinte estigma: coisa de “preto macumbeiro”. Um abismo social e racial grita na topografia da cidade, em seu comércio, divisão de trabalho e renda. Portar o rosário no peito é carregar um lugar, uma história, um compromisso comunitário diante da hostilidade do olhar que vigora na cena pública de Oliveira. É ter a coragem de dizer de si, reconhecer-se perante aos seus e aos ou-tros, armar-se e seguir na labuta da vida: “isso é o que nos dá força para levantar o dia-a-dia”, expli-cou-se Hudson, capitão do Congadinho de N. Sra. Do Rosário, em uma das nossas conversas na sede onde as crianças vivem o reinado à sua maneira.

*As contas do meu rosário
São balas de artilharia,
Dá combate no inferno
Enquanto rezo Ave-Maria
(Toada de massambique)*

Subjetivação política, natural, social

O que essa encruzilhada de campos, complexa e espessa em cada uma de suas entradas, pode nos ensinar – ampliando aqui o lugar de aprendizagem para o diálogo intercultural e intepistêmico – sobre processos de subjetivação política? Como chama a atenção Catherine Walsh a partir da abordagem da interculturalidade, em oposição às opções autoritárias do multiculturalismo, da diversidade na unidade ou da mestiçagem, esta se vê como contra-hegemônica “enfocada en

revertir la designación (...) de algunos conocimientos como legítimos y universales y la relegación de otros, especialmente aquellos relacionados con la naturaleza, el territorio y la ancestralidad, al espacio local de saberes, folklore o del mundo de la vida". (2002, p.22)

É nessa linha de pensamento que localizamos, a partir dos diversos dados etnográficos apre-sentados, o fortalecimento da subjetividade agenciado pela conta de lágrima tanto num movimento centrípeto, ou seja, como meio de comunicação de coletivos e comunidades, quanto centrífugo, ou seja, no diálogo intercultural. Os processos de subjetivação política em tela não depuram natural e social na relação com a ancestralidade, nos processos de reconhecimento mútuo entre parentela divi-na e terrena, na força feminina que os enseja, nas tecnologias e manejos precipitados pelos líderes religiosos, intelectuais, filósofos e cientistas do xamanismo Kaiowá ou do Reinado de matriz africa-na, bem como no treinamento de qualidades essenciais para o preparo e enfrentamento das lutas.

A relação com ancestralidade, localizada no tempo mítico e histórico, vivenciada cotidiana-mente, permite ao sujeito enxergar-se como pertencente a uma linhagem. A conta é experiência viva que colada aos corpos indígenas e negros, sob a forma de colares, ou seja, de contas encaixadas em sequência, reafirma esse pertencimento, o não estar sozinho no mundo. Saber de onde se vem, saber que de onde se vem é um lugar bonito, fortalece as conexões presentes e as relações com os ances-trais naturais, as forças da natureza (ar, água, terra, fogo) que são também qualidades no ser e marcas no grupo. Isso promove um senso de preservação ampliado e a dilatação das possibilidades recursivas de expressão de si e tecnologias do comum em face de processos genocidas, epistemicidas e cosmicidas que apagam ou demonizam os ancestrais, destruindo mundos e impondo a biopolítica (PELBART, 2007).

As linhagens ancestrais retrocedem e conduzem à força mítica da mãe protetora maior, a força da mulher que, como portal sagrado de mundos, a dona da vagina, traz os seres à vida no plano físi-co e os reconduz a outras vidas. Essa força se consubstancia nos casos e campos nas criaturas sagra-das de Nandesy e Nossa Senhora do Rosário, dotadas de um afeto infinito que ampara e sustenta, base do respeito às mães terrenas, esposas, irmãs, companheiras e conselheiras com quem se compar-tilha nos cortejos sagrados e na luta pela terra originária. Essa força da mulher é claramente um con-traponto ao outro hostil e às lógicas

masculinizantes do capitalismo e seus arcabouços morais finca-dos no patriarcalismo. A conta é planta do quintal de Ñandesy, é a lágrima justiceira de Nossa Se-nhora do Rosário. Não por acaso, ela é a vestimenta que gera reconhecimento no mundo espiritual ou no plano cosmológico com os parentes não terrenos e, também, nas arenas públicas, a afirmação política de um modo de vida, signo vivo da coragem de criá-lo, vivê-lo e defendê-lo.

Por fim, é preciso lembrar que a conta é tecnologia de acesso ao mundo espiritual do qual se valem rezador e reinadeira, manejadores das forças da natureza e da conexão com os parentes de hoje, de ontem e de sempre com quem desenvolvem relações próximas e íntimas. Ser portador des-sas habilidades – recebidas dos governos maiores e/ou aprendidas ao longo da vida inteira – exige disciplina que desafia a subjetividade e nada tem a ver com a régua geradora de equivalências do capital ou com o que poderíamos chamar de subjetivação capitalística que busca promover o gozo no consumo (GUATTARI, 2000). Nesse mesmo sentido, a leveza propiciada pela conta para a viagem no plano cosmológico do povo Kaiowá, ou no descarrego do Rosário dos reinadeiros, desafia também essa conexão viciada com o consumo, afirmando o que chamamos de contempla-ção/arrebatamento, como fundamento dos deslocamentos entre mundos. Cada um dos agentes pro-piciadores, o rezador que veste o *jeasaha* e manipula o *mbaraka*, a reinadeira que manipula e veste o Rosário comandando os tambores e instrumentos rituais, são a um só tempo mestres e trabalhadores da palavra, da cura – de modo indissociável a cura de si, a cura coletiva, a cura da memória –, são bibliotecas vivas, intelectuais que precisam estudar, reconstituir o saber e disseminá-lo, além de di-plomatas nas políticas intermundos. Para tudo isso, é preciso contar com a força da conta, além de respeitar rígidos códigos de conduta no que tange à alimentação, aos cuidados do corpo e do espíri-to e à observância de diversos tipos de interdições. Nossa encruzilhada de mundos leva-nos a reco-nhecer no modo como reinscrevem as relações entre natural e social como agenciamentos contraco-loniais com potência de nos fazer revisar nossas formas de colonialidade.

Meio é gente: breves considerações finais

As formas de vida observadas, descritas e experimentadas tanto nas relações de campo quanto nas relações textuais, existem sob muitos riscos. Não gostaríamos de agregar a eles o risco de “matá-las” ao dizer que só fazem sentido quando se encaixam ou exemplificam conceitos e categorias de pensamento canonizados. Ao contrário, no ritmo do movimento indutivo que vimos percorrendo, gostaríamos que nosso pensamento se deixe tocar de forma sensorial e afetiva por essas formas de vida e seus regimes de conhecimento. Portanto, não nos interessa realizar aqui um procedimento classificatório ou de validação da semente como meio ao relacioná-la com o pensamento de autores ocidentais, europeus e distantes dos lastros empíricos aqui apresentados.

O *jeasaha* e o Rosário são usados publicamente, não são objetos sobre os quais prevaleça nenhum tipo de tabu e têm os poderes da proteção. Mesmo visíveis e atuantes como força protetiva, impulsora e geradora de vínculos em múltiplos planos, seus poderes são desqualificados como parte da colonização do pensamento e do racismo que a sustenta, relegando tal saber ao lugar de “coisa de índio atrasado” ou “coisa de preto macumbeiro”. A diferença epistêmica contra um saber que é da ordem do corpo, da reza e da fé em muitos sentidos coloca teorias e conceitos da comunicação em risco. No limite, são experiências que subvertem a ideia de meio como tecnologia inanimada e de mediação como ação de um substrato cultural prévio à ação. Como meio – tecnologia de conexão – ou mediação – invenção de linguagem que repõe e repara o vínculo –, a conta de lágrima/*mboy* tem ela própria agência dentro dos processos comunicacionais multidimensionais.

Tais processos comunicacionais – pensados como fórum cosmopolítico (OLIVEIRA; FLORES; GOMES; VASQUEZ; 2016; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2018), posto que recolocam múltiplas agências, inclusive aquilo que é percebido apenas como objeto da ação de um sujeito cognoscente universal – situam-se no terreno do que Walsh (2002) chamou de interculturalização de via múltipla, cujo acontecer segue fluxos de baixo para cima, da ação local às transformações sociais. Neles as formas dos mundos, ao se encontrarem, transformam-se mutuamente. Aqui o que sugerimos é pensar que os meios são também agências produtoras de fluxos e processos. Como a lágrima/*mboy*, os meios podem ser reperspectivados, ganhando uma humanidade própria.

Referências

AGAMBEN, G. Form-of-life. In: AGAMBEN, G. **Means Without End**: Notes on Politics. Trad. Vincenzo Binetti e Cesare Casarino. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 2000

ALMEIDA, R. T. **Do Desenvolvimento Comunitário à Mobilização Política** – O Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001.

BENITES, Tonico. Rojerokyhina ha roikeyevytekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos AtyGuasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus *tekoha*. 2014. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2014.

BRAND, A. J. O confinamento e seu impacto sobre os Paĩ-Kaiowá. Porto Alegre. **Dissertação** (mestrado). PUC/RS, 1993, 210p.

_____. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da pa-lavra. Porto Alegre. **Tese** (doutorado em História). PUC/RS, 1997, 345p.

FLORES, V. Artes Ofícios dos Saberes Tradicionais. **[Aula]**. Módulo Cosmociência Kaiowa. Belo Horizonte, UFMG, 2014 (Tradução de Genito Gomes).

_____. Formação Transversal em Saberes Tradicionais **[Aula]**. Disciplina Ojuhu Ñe'e/Mbopaje Ñeé. Encontrar a palavra/Encantar a palavra. Belo Horizonte, UFMG, 2016 (Tradução de Genito Gomes e Daniel Lemes Vasques).

GUATTARI, F. **Cartografias esquizoanalíticas**. Buenos Aires, Manantial, 2000.

LOPES, N. **Bantos, males e identidade negra**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988

MARTINS, L. M.; **Afrografias da memória**. Perspectiva: São Paulo, 1994.

MONTARDO, D. L. Através do **mbaraka**: música e xamanismo guarani. Tese [Doutorado em Antropologia Social], Universidade de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, L.; BENITES, T. ; OLIVEIRA NETO, R. . Sacrifício e quase--acontecimento: apontamentos sobre a visibilidade da luta pela terra dos povos indígenas Guarani e Kaiowa. Cadernos de História, v. 17, p. 114-142, 2016.

OLIVEIRA, L.; FLORES, V. ; GOMES, G. ; VASQUES, D. L. . Ñande Reko Marangatu: a retomada, a imagem e a constituição de fóruns cosmopolíticos. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

OLIVEIRA, L.. Bro MCs Rap Indígena: o pop e a constituição de fóruns cosmopolíticos na luta pela terra Guarani e Kaiowa. Revista Eco-Pós, v. 19, p. 199-220, 2016.

OLIVEIRA, L. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. Questões Transversais: Revista de epistemologias da comunicação, v. 5, p. 72-81, 2017.

OLIVEIRA, L. Na aldeia, na mídia, na rua: reflexões sobre a resistência Kaiowa e Guarani em diálogo com o contexto de golpe político no Brasil e com o campo hegemônico da comunicação. Revista Mídia e Cotidiano, PPGMC/UFF, 2018

OLIVEIRA, L. e BOMBA, P. Colonialidade da memória: apagamentos da luta pela terra Guarani e

Kaiowá na constituição do moderno agronegócio brasileiro. Revista Dispositiva. Programa de Pós-Graduação da PUC-Minas, v. 7, n. 12, 2018.

PELBART, P. P. Biopolítica. **Sala Preta** (Revista PPGAC/USP), v. 7, pp. 57-65, 2007.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: Instituto de Inclusão do Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB), 2015.

SANTOS, P. de L. dos. Formação Transversal em Saberes Tradicionais [Aula]. Disciplina Catar Fo-Ihas: saberes e fazeres do povo de axé. Belo Horizonte, UFMG, 2016.

SOARES, D. 2016. “Muita religião seu moço!” Os caminhos de uma congadeira”. **Tese** (Doutorado em Antropologia) — Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFSC; Florianópolis, 2016.

PEREIRA, Levi. A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. Trabalho apresentado no 38o **Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 2014.

VASQUES, D. L. Formação Transversal em Saberes Tradicionais [Aula]. Disciplina **Ojuhu Ñe’e/Mbo-paje Ñeé. Encontrar a palavra/Encantar a palavra**. Belo Horizonte, UFMG, 2016a.

_____. Entrevista concedida a AUTORX1. Belo Horizonte, novembro/2016.

_____. O mito de origem da formação da terra segundo o Kaiowa. **Monografia** [Conclusão de Graduação em História]. UEMS, Departamento de História, 2012.

WALSH, C. (De)Construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. In: FULLER, N. (ed.) **Interculturalidad y Política**, Lima: Red de Apoyo de las Ciencias Sociales, 2002.





artigos fluxo contínuo



DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.09
Artigo recebido em: 04/12/2018
Artigo aprovado em: 17/04/2019

Doce, proibido, tentador:
A quaternidade mítica e o papel da comida
no filme *CHOCOLATE*





Doce, proibido, tentador: A quaternidade mítica e o papel da comida no filme *CHOCOLATE*

*Sweet, forbidden, tempting:
The mythical quaternity and the role of food
movie in the chocolate*

*Dulce, prohibido, tentador:
La quaternidad mítica y el papel de la comida
en la película chocolate*

ARTHUR CARLOS FRANCO OLIVEIRA ¹

HERTZ WENDEL DE CAMARGO ²

Resumo: O presente trabalho busca analisar, sob a ótica da teoria da quaternidade mítica proposta por Canevacci (1990), o papel da comida e o seu poder impulsionador da sociabilidade no filme *Chocolate* (Lasse Hallström, 2000). Partindo da metodologia de análise fílmica proposta por Vanoye e Goliot-Lété (1994), buscamos identificar no componente diegético do filme os vínculos dos

¹ Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná – PPGCOM – UFPR, bolsista CAPES. E-mail: arthurcfranco@gmail.com.

² Doutor em Estudos da Linguagem e professor do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. E-mail: hertzwendel@gmail.com.

personagens com o *chocolate*, por meio de um referencial teórico que encara a comida como objeto de ligação social e mediador das práticas entre os sujeitos. As relações entre os arquétipos propostos por Canevacci (1990) são moldadas e modificadas pela inserção do *chocolate* e suas significações no ambiente conservador da obra, já que o doce atua como item de desejo, repulsa, pecado e modificação gregária e identitária ao longo do filme. Os resultados indicam a quaternidade mítica como elemento coesivo da estrutura diegética do filme, com evidente destaque para a capacidade dos hábitos alimentares de criar, reafirmar e reorganizar comportamentos.

Palavra-chave: Canevacci; *Chocolate*; Comida; Filme; Mito.

Abstract: The present paper seeks to analyze the role of food and its power to promote sociability in the film *Chocolate* (Lasse Hallström, 2000), parting from the point of view of the mythical quaternity theory proposed by Canevacci (1990). Based on the methodology of film analysis proposed by Vanoye and Goliot-Lété (1994), we seek to identify the relations of the characters with *chocolate*, through a theoretical framework that regards food as an object of social connection and mediator of practices among subjects. The relations between the archetypes proposed by Canevacci (1990) are shaped and modified by the insertion of the *chocolate* and its significations in the conservative environment of the movie, since the candy acts as an item of desire, repulsion, sin and gregarious, and identity modification throughout the film. The results indicate the mythical quaternity as a cohesive element of the diegetic structure of the film, with evident emphasis on the ability of eating habits to create, reaffirm and reorganize behaviors.

Keywords: Canevacci; *Chocolate*; Food; Movie; Myth.

Resumen: El presente trabajo busca analizar, bajo la óptica de la teoría de la cuaternidad mítica propuesta por Canevacci (1990), el papel de la comida y su poder impulsor de la sociabilidad en la película *Chocolate* (Lasse Hallström, 2000). A partir de la metodología de análisis fílmico propuesta por Vanoye y Goliot-Lété

(1994), buscamos identificar las relaciones de los personajes con el *chocolate*, a través de un referencial teórico que encara la comida como objeto de vínculo social y mediador de las prácticas entre los sujetos. Las relaciones entre los arquetipos propuestos por Canevacci (1990) son moldeadas y modificadas por la inserción del *chocolate* y sus significaciones en el ambiente conservador de la obra, ya que el dulce actúa como ítem de deseo, repulsa, pecado y modificación gregaria e identitaria a lo largo de la película. Los resultados indican la cuaternidad mítica como elemento cohesivo de la estructura diegética de la película, con evidente destaque para la capacidad de los hábitos alimentarios de crear, reafirmar y reorganizar comportamientos.

Palabras-clave: Canevacci; *Chocolate*; Comida; Película; Mito.

1. Plantando o cacau

O cinema, analisado como produto cultural moldado pelo homem e, ao mesmo tempo, moldador da sociedade, pode ser encarado como um item de consumo capaz de apresentar a realidade de forma quase análoga, de certo modo formando uma impressão de realidade nos espectadores. A análise dos rituais presentes na construção fílmica oriundos da indústria cinematográfica permite elaborar inferências sobre comportamentos e posicionamentos culturais que, de certo modo, transitam entre a natureza dual do sujeito, representando tanto os aspectos culturais quanto os biológicos. A partir do consumo de material cinematográfico, o homem organiza seu universo simbólico tanto em nível individual quanto coletivo, por meio da percepção de outras vivências e ideais simbólicos presentes nos filmes na forma de ideologias, arte e concepções societárias. Apesar de se apresentar em grande variedade de forma e gênero, o cinema também possui em seu cerne a persistência de certas estruturas sistemáticas que se repetem a cada nova narrativa contada, além de seu consumo ocorrer em um ambiente quase sagrado. A diminuição das luzes, o silêncio requerido e a disposição de todos os olhares voltados para o sacerdote supremo, aqui representado pela tela iluminada como o verdadeiro altar da cerimônia, traduzem de forma emblemática um ritual quase

que religioso.

As práticas e os modos da alimentação humana também são um fenômeno biocultural, agregando elementos tanto da natureza biológica dos indivíduos quanto das convenções culturais da sociedade. Analisar de que forma e em quais matrizes a alimentação é estabelecida se apresenta como campo que permite inferências sobre a relação dos sujeitos e sobre a organização social em que eles estão incluídos, já que diferentes sociedades têm diferentes formas de sistematização alimentar. Com efeito, o nosso objeto de estudo é o filme *Chocolate* – lançado em 2000, com direção de Lasse Hallström, nomeado a cinco Óscares –, que tem a comida e seu papel social como condutor da sua estrutura diegética. Lasse Hallström é conhecido por dirigir grande parte dos videocliques do grupo sueco Abba, e *Chocolate* foi o seu primeiro filme a ter a alimentação como argumento principal, tendo o diretor utilizado tal temática novamente em *A 100 Passos de um Sonho* (2014).

O universo cinematográfico emprega recorrentemente as práticas do sistema alimentar em suas narrativas. Dado o seu compartilhamento universal por todas as sociedades, a comida é um elemento utilizado como mote para debater os mais diversos aspectos da natureza humana nas telas do cinema, com alguns filmes tornando-se marcos na relação entre gastronomia e longas-metragens. Clássicos como *A festa de Babette* (Gabriel Axel, 1987), *O Cozinheiro, o Ladrão, sua Mulher e o Amante* (Peter Greenaway, 1989) e *Comer Beber Viver* (Ang Lee, 1994) mostram a alimentação em suas inúmeras facetas, atuando como agente de sociabilidade, identidade, afetos e multiculturalismos. Os aspectos da vida profissional daqueles que elegeram a gastronomia como profissão são mostrados em longas como *Vatel – Um banquete para o rei* (Roland Joffé, 2000), *Simplesmente Martha* (Sandra Nettelbeck, 2001) e *Julie & Julia* (Nora Ephron, 2009), os quais abordam as transformações dos alimentos no plano simbólico como metáforas para mudanças na vida dos personagens, e como a comida não nutre apenas o corpo biológico, mas também nutre o imaginário e as relações pessoais. No campo da animação, as práticas do sistema alimentar também se apresentam como agente potencializador de alterações na natureza dos personagens, atuando como a grande protagonista em *Ratatouille* (Brad Bird, 2007) e assinalando o alimento como um agente

de transformação da natureza em cultura em *A viagem de Chihiro* (Hayao Miyazaki, 2001).

Para a análise, utilizamos a metodologia de análise fílmica proposta por Vanoye e Goliot-Lété (1994), que permite decompor o produto audiovisual e isolar elementos da narrativa para compreender como se dá a sua relação com o todo, o que possibilita apreender elementos por vezes não perceptíveis a “olho nu”. Essa metodologia se propõe a desagregar o *mise en scène* que compõe o filme, isolando os elementos estéticos, narrativos, sonoros e sequenciais, entre outros, a fim de realizar uma segmentação que permite estudar o componente escolhido em sua individualidade e na totalidade com a obra. Dentro das inúmeras possibilidades analíticas que um filme permite, decidimos isolar o componente diegético do longa-metragem em detrimento aos enfoques técnicos, abordando os aspectos narratológicos do enredo que envolvem como a trama é desenvolvida e de que forma a narrativa expõe os personagens e as situações que acarretam em seu desenvolvimento e transformação pessoal e social. Assim, assistimos ao filme observando de que maneira o roteiro é construído e a narrativa contada, investigando ações e dinâmicas dos personagens que permitissem identificar os arquétipos propostos por Canevacci (1990) e perceber como a organização alimentar é traduzida em segmentos que colocam a estrutura diegética em movimento. Justamente pela divisão do filme em partes menores como proposto pela análise fílmica, escolhemos a quaternidade mítica como complemento metodológico, já que, por meio da identificação dos arquétipos de *Pater*, *Filius*, *Diabolus* e *Spiritus*, é possível perceber como diferentes personagens interagem entre si e de que maneira a narrativa é fundamentada. Tais elementos atuam diretamente sobre a construção diegética do filme e impelem-na a desenrolar-se, e sua decomposição permite a análise de como o filme se estrutura em nível de roteiro e de arranjo expositivo da trajetória percorrida pelos personagens. A escolha da análise apenas do roteiro e das questões narratológicas em detrimento aos detalhes técnicos da montagem do filme se deu pelo fato de que, ao buscar entender a dinâmica do sistema alimentar presente dentro do filme, o enredo e a forma como ele é desenvolvido se mostraram muito mais profícuos para a percepção das relações sociais mediadas pela alimentação do que pelo fato de como as cenas são montadas

tecnicamente. O arranjo físico da cena, no nosso caso, não traz tantos elementos de significativa influência de como as práticas alimentares são construídas quanto aqueles contidos na própria dinâmica diegética entre os personagens e o sistema alimentar.

2. Temperando o *chocolate*

Canevacci (1990) entende o cinema como “o máximo produtor de ideologias mercantilizadas do século XX” (p. 22) e defende que o cinema é, por si só, antropológico, já que tem por si a possibilidade de representar qualquer narrativa histórico-cultural situada no espaço-tempo da humanidade, além de poder influenciar comportamentos e organizar hábitos por meio de estruturas diegéticas. Conforme mencionamos antes, a estrutura quase religiosa presente no âmbito do consumo fílmico se traduz em uma matriz predominantemente cristã, o que permitiu que Canevacci (1990) apresentasse uma antropologia fílmica que explicita a presença sistemática de arquétipos baseados em uma quaternidade mítica.

Assim, desponta uma antropologia que se insere no estudo não só da infra e superestrutura da sociedade, mas também no que Canevacci (1990) chama de hipo-estrutura, uma estrutura mítica presente no imaginário coletivo que apresenta fundamentos da cultura cristã-burguesa imbuídos na cultura de massa. No final do século XIX, as pesquisas envolvendo a reprodução de imagens em movimento estavam avançadas, e a burguesia viu nessa nova forma de arte um meio para difundir sua ideologia de forma não explícita, mas sempre a reafirmando como verdade. A difusão e consequente popularização do cinema se deram pela possibilidade da produção de cópias dos filmes, feitas a baixo custo, tornando assim o cinema uma mercadoria, na qual o espectador adquire o direito de usufruir momentaneamente, fazendo então uma aposta no escuro quanto ao filme, pois não existe possibilidade de retorno ou troca dessa mercadoria. O cinema, para Canevacci (1990), é um ritual comparável à missa, na qual a mesma história sempre se repete com o eterno mito do nascimento, da escolha e da afirmação do herói, a sua morte por sacrifício até a sua ressurreição. Com efeito, o cinema adota tanto uma linguagem quanto uma narrativa

compreensíveis ao grande público, estrutura essa reconhecível por vezes não no nível consciente e lúcido, mas mediante os contextos há muito difundidos nos mitos enraizados na cultura e na religião. O cinema, então, utilizando-se dos elementos presentes na hipo-estrutura e na cultura cristã-burguesa, guia-se no contínuo preenchimento do esquema quaternário em suas narrativas, conjugando os quatro princípios da cruz arquetípica representada abaixo.



Canevacci (1990) nos dá detalhes do que cada elemento se constitui e de como eles se encontram presentes e coordenam a narrativa cinematográfica. Passemos então à definição resumida de cada um dos elementos para, a seguir, entender como eles se encaixam no objeto analisado.

Pater: é ao mesmo tempo a origem de todas as coisas quanto a determinação socio-histórico do ser, representando o superego e, de qualquer ponto de vista, representa o poder. Representa a origem de tudo, é o elemento que dá início à narrativa.

Filius: é representado pelo ego, a epítome do herói,

representa um status intermediário, de passagem, que encontra sua origem no *Pater*, e sua finalidade em se tornar, por seu turno, sempre *Pater*: e, com efeito, a viagem é a sua condição normal na ordem de narração. Ele viaja no conflito, dentro do esplendor e da miséria do sensível, as provas que deve superar servem para conquistar a meta da consciência individual e da racionalidade. (CANEVACCI, 1990, p 57).

Em resumo, o *Filius* é o elemento que passa por um processo transitório, a viagem, buscando retomar ao status inicial, porém, agora provido de autoconsciência, de entendimento racional e dilatado. Tem como seu desígnio final se tornar *Pater*, o qual é sua origem e provisor de força. Exemplos são Odisseu e Cristo, protagonistas de jornadas

das quais renascem mais desenvolvidos e dotados de consciência florescente.

Diabolus: é o oposto ao *Filius*, o anti-herói, a sombra, “zona indistinta e incontrolada, pulsionante e rebelde do id” (CANEVACCI, 1990, p. 58). É oposto absolutamente também ao *Pater*, mas encontra no *Filius* o seu contemporâneo. Na religião, é Satanás; na epopeia, as provações que Odisseu enfrentou: Circe, os Comedores de Lótus, A Sereia, O Ciclope.

Spiritus: representa a concordância entre o *Filius* e o *Diabolus*, sendo seu âmagio feminino, na lembrança da mãe, da origem do Espírito Santo na Santíssima Trindade, o elemento irracional e irrefletido. Devido à sua essência feminina e dualística, tanto tem o instinto materno de proteger *Filius* e com ele derrotar *Diabolus* quanto o aspecto de fêmea sedutora cuja “histeria binária de sua natureza feminina leva-o aos braços de *Diabolus*. Aliás, é seu alter-ego, nas formas de tentação” (CANEVACCI, 1990, p. 58).

Canevacci deixa bem claro que seu intuito não é propor uma fórmula que explique e se encaixe em todos os filmes, mas sim explicitar que esse modelo quaternário estabeleceu os estilos de vida de forma mais incisiva e acentuada por meio da repetição de ciclos e representações mitológicas presentes no imaginário coletivo. Assim, as estruturas arquetípicas presentes na ideologia cristã-burguesa se infiltraram no cinema, cuja estrutura diegética busca reproduzir essas imagens míticas para que sejam incorporadas pelo espectador de forma orgânica.

3. Degustando o *chocolate*

O filme *Chocolate* começa com uma narração evidenciando que, naquele pequeno vilarejo onde a história se passa, a tradição e os costumes têm papel fundamental na sistematização e na continuidade da organização social, narração essa que preludia o embate entre as normas tradicionais e a inovação que se desenrolará ao longo do filme. Com efeito, encontramos a protagonista Vianne Rocher chegando com sua filha Anouk a um vilarejo francês no ano de 1959, e, apesar de ser o início da Quaresma e do período de jejum dos moradores, ela abre ali uma chocolateria. Vianne parece representar tudo que os habitantes abominam: é atea, muda de cidade constantemente, é mãe solteira

de uma filha ilegítima, e tem uma perspectiva otimista sobre sua loja, apesar de receber reprovações dos moradores, principalmente do defensor primário dos bons costumes, o prefeito Comte de Reynaud. Aos poucos, os residentes vão abrindo-se e sendo conquistados por Vianne, sendo Yvette a primeira. Infeliz na vida sexual, ela resolve acatar a sugestão de Vianne em oferecer pedaços de cacau a seu marido, e vê sua afetuosidade conjugal melhorada, inclusive voltando à chocolateria para buscar mais cacau.

Tomamos conhecimento do casamento fracassado do prefeito, o qual se mostra interessado em sua secretária e que foi abandonado por sua esposa que está passando uma longa temporada em Veneza. Também vemos a transformação de Armande, uma senhora impedida pela própria filha de ver o neto, e que num primeiro momento se mostra amargurada e ríspida, mas aos poucos vai tornando-se amável, como que se tivesse o coração aquecido pelo chocolate quente com pimenta servido por Vianne. Armande tem uma reaproximação com o neto por intermédio da protagonista, que organiza encontros entre os dois em sua loja. Outra personagem que tem sua existência mudada pela *chocolatier* é Josephine, uma cleptomaniaca que sofre abusos físicos do marido e acredita que todos da cidade estão contra ela. Após seu marido agredi-la uma noite, ela se muda para a casa de Vianne, a qual a ensina o ofício do chocolate, transformando Josephine completamente, agora uma mulher dona de si e confiante. Apesar da conquista afetiva de alguns habitantes, sempre por meio do chocolate, o embate entre Vianne e Reynaud continua crescente, até que um bando de ciganos chega à cidade em barcos e monta acampamento à beira do rio. A protagonista acaba dormindo com um dos ciganos, Roux, em seu barco, o qual é colocado em chamas pelo ex-marido de Josephine, causando a partida dos ciganos. Tal ato causa sua expulsão da cidade, pois aquela demonstração de ódio foi demais até mesmo para o prefeito Reynaud. Vianne, exausta de ser confrontada e ofendida, resolve se mudar novamente, apesar da relutância de Anouk. Prestes a partir, ela passa pela cozinha e encontra um grupo de moradores, inclusive com aqueles que anteriormente não simpatizavam com ela, fazendo chocolates para o Festival da Páscoa que Vianne tinha planejado, atitude essa reflexo do carinho e da mudança que a protagonista e seus chocolates causaram em todos. Apesar disso, o prefeito ainda é relutante com Vianne, e

invade a loja na noite anterior ao festival com o intuito de destruir os chocolates da vitrine. Acidentalmente, ele prova o chocolate, cedendo então à tentação e comendo grande parte dos chocolates até pegar no sono na vitrine da loja. Pela manhã, o prefeito e Vianne fazem as pazes, com o Festival sendo um sucesso. A história pula então para o próximo verão, em que vemos Reynaud, agora mudado e casado com sua secretária, e Vianne ainda morando no vilarejo, agora casada com Roux, e com sua chocolateria ainda aberta.

As delimitações da quaternidade mítica consideradas por Canevacci (1990) encontram respectivas correspondências no filme *Chocolate*, resultando no seguinte esquema:

Figura 1 - A quaternidade mítica no filme *Chocolate*



Fonte: elaborado pelo autor.

Pater aqui é representado pela ordem social, pelas práticas que regulam e permeiam a vida em conjunto, e que estipulam funções e o papel de cada um ali incluído. A alimentação tem grande destaque nessa delimitação e propagação das posições sociais, já que os alimentos e seus modos de consumo carregam consigo determinados simbolismos que afetam como os sujeitos lidam tanto com eles quanto com a sociedade. Com efeito, o ato de se alimentar é um fenômeno biocultural, que passa por um sistema de escolhas e implicações, tanto no plano físico em relação à disponibilidade dos alimentos quanto no sentido cultural. Essa dualidade se traduz na percepção social, já que

o homem não vem geneticamente preparado para a vida social; ele necessita dos elementos culturais para informar sua ação. Por isso, precisa estar inserido num processo simbólico, do qual é criador e criatura. É esse processo que vai lhe dizer, por exemplo, o quê, quando, com quem, onde e como deve comer. Isso é muito mais complexo do que simplesmente satisfazer o instinto da fome. Entretanto, este último desempenha um papel importante em relação ao sistema simbólico. É da dinâmica entre ambos que se atualizam os hábitos alimentares. Por isso, é correto dizer que o alimento carrega um valor ao mesmo tempo utilitário e simbólico. (DANIEL; CRAVO, 2005, p. 67).

A polarização entre cultural e biológico segue uma linha de pensamento que guia o estudo das ciências sociais e das ciências naturais, criando paralelismos como cru e cozido, corpo e espírito, físico e metafísico. A ideia de civilização e, por conseguinte, de ordem social, passa pela possibilidade da modificação de alimentos pelo fogo. Este permitiu uma transformação profunda tanto nos modos biológicos de nos alimentarmos, já que a digestão foi facilitada pelo cozimento, quanto permitiu que os primeiros homens estabelecessem laços e rituais de sociabilidade ao redor do fogo. O uso do fogo e o advento de regras de comensalidade estritas nos distinguiram veementemente dos animais, já que “a ritualização das refeições e a corporificação de seus elementos, que incluíam o uso da faca e do garfo, como cortar, como proceder à mesa, foram sendo convertidos em boas maneiras e meios de distinção social, ilustrando o processo civilizador do homem ocidental” (MOREIRA, 2010, p. 23).

Logo, as relações humanas em sociedade e o consequente advento e manutenção de uma ordem regulatória social são atravessadas pela relação dicotômica alimentar entre biológico e cultural. Essas regras tanto moldam quanto são moldadas pelas diferentes instituições e identidades humanas, variando tanto no espaço quanto no tempo, e entre os diferentes tipos de classificação social, como gênero, idade e situação profissional. A carne, por exemplo, é um alimento que durante boa parte da história humana se constituiu um elemento tanto de distinção social quanto de identidade. Especialmente durante a Baixa Idade Média, apenas as classes mais abastadas tinham acesso a ela, restando aos camponeses uma alimentação baseada em papas

e vegetais, sem a possibilidade da caça (FLANDRIN; MONTANARI, 1998). Mesmo em tempos atuais, ainda vemos um acesso muito mais irrestrito à carne e a diversos outros insumos a classes mais abastadas, enquanto alguns alimentos ainda têm o seu consumo relacionado aos sujeitos com menor poder aquisitivo. Assim, entendemos que as práticas alimentares estão intimamente vinculadas à ordem social, crença que encontra ampla representação no filme *Chocolate*.

Vianne, introduzindo os chocolates e toda a simbologia neles embutida no pequeno vilarejo, consegue causar uma grande mudança na tradicional ordem social. Ela representa o *Filius* da cruz quaternária de Canevacci (1990), que passa por diversos passos da tradicional Jornada do Herói, como provação, ressurreição e expansão da consciência. Sua relação com o alimento símbolo do filme, o chocolate, não só altera a dinâmica do vilarejo, mas também a si mesma. Se antes vivia em constante nomadismo, após abrir a chocolateria e modificar a vida de diversos personagens, Vianne decide ali estabelecer moradia fixa. Mediante simbolismos e metáforas traduzidas no chocolate e na percepção social deste, encontramos uma relação entre alimentação e identidade muito presente no filme.

A escolha dos alimentos consumidos, os seus modos de preparo e os rituais de comensalidade que os cercam permitem marcar as diferenças e particularidades culturais de um determinado grupo. A Brillat-Savarin, autor do livro *A Fisiologia do Gosto* publicado no século XIX e que modificou a percepção da literatura gastronômica, é atribuído o ditado que representa a epítome da correlação entre cultura, “diga-me o que comes que te direi quem és”. Cada grupo de indivíduos possui em seu corpo de regras, que na maioria das vezes não são escritas, mas sim transmitidas por meio dos costumes e das práticas, esquemas de referências que orientam a escolha do que e como comer. Como evidenciado por Contreras e Gracia (2015), algumas predileções são compartilhadas por outros grupos, já algumas são exclusivas e identificam socialmente aquele agrupamento. A percepção dessas escolhas se dá majoritariamente na relação de diferença com o outro, pelo entendimento que se possui determinada identidade porque se consume tal coisa, enquanto essa identidade é negada ao outro por não consumir o mesmo. Essa sensação de pertencimento se dá em todos os aspectos da cultura, e não apenas no campo da alimentação, mas

encontra forte expoente neste, já que ela é uma necessidade fisiológica. Com efeito,

há exemplos que mostram que os seres humanos marcam tal pertencimento mediante a afirmação de sua peculiaridade alimentar diante e em contraste com aquela 'dos outros'. A comida é um importante elemento utilizado pelos grupos sociais para tomarem consciência de sua diferença e de sua etnicidade – vista como o sentimento de fazer parte de uma entidade cultural diferente –, de maneira que compartilhar pode significar o reconhecimento e a aceitação/incorporação de tais diferenças. (CONTRERAS; GRACIA, 2015, p. 141).

Diversos aspectos, sejam eles materiais, econômicos, sociais ou ideológicos, influenciam a construção de identidades por meio das práticas alimentares. Dessa forma, podemos resumir que o que comemos é um dos fatores que reflete nosso papel na sociedade e como nos apresentamos perante os outros. Essa representação encontra ressonância em Vianne e na sua identidade. São vários os fatos permeados pela identidade alimentar, tanto sua quanto dos outros cidadãos, que a distingue deles. Em primeiro lugar ela é atea, enquanto todos os outros moradores são católicos e estão respeitando o tempo da Quaresma. É um tempo de contrição, de jejum e sacrifício, logo, não é o tempo de comer chocolates, mas Vianne abre sua loja bem no início da Quaresma. Ao não seguir a tradição do jejum, Vianne se mostra diferente dos outros habitantes, e seus hábitos configuram uma ameaça aos valores culturais ali já há muito estabelecidos e seguidos sem qualquer questionamento. Aos poucos a identidade tida como imutável vai sofrendo alterações, e o chocolate, visto então como o grande vilão e agente tentador do Diabo, transforma-se em um alimento corriqueiro que passa a fazer parte das escolhas alimentares daquele grupo. A mudança de paradigma quanto ao chocolate, aliado a outras atitudes de Vianne (sempre relacionadas ao chocolate), permitiram que ela fosse incluída na comunidade, estabelecendo a relação entre pertencimento e identificação social que se funda em grande parte na alimentação, já que “o que é colocado no prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servindo como um código de reconhecimento social” (MACIEL, 2005, p. 54).

Em *Chocolate*, o arquétipo de *Spiritus* encontra ressonância nos

moradores do pequeno vilarejo, enquanto o *Diabolus* é o prefeito Comte de Reynaud. Os moradores, ao passo que são atraídos pela loja e pela tentação de quebrar o jejum e degustar os chocolates, também obedecem às normas morais ditadas pelo prefeito. Assim, devido à sua essência dual, o *Spiritus* leva Vianne a ser bem-sucedida ao estabelecerem ligações amistosas com ela, ao passo que, ao fazer isso, também a empurra para um confronto cada vez mais iminente com o *Diabolus*. A relação entre Vianne e os outros moradores tem como mediador o chocolate, e toda a carga simbólica embutida a ele no filme. Ele é o elemento de coesão entre o *Spiritus* e o *Filius*, o agente que transita entre os protagonistas estabelecendo vínculos entre os sujeitos, e também criador de tensão na trama. A forma com que os moradores são atraídos e repelidos em sua relação com Vianne encontra um viés simbólico que permite explicar a organização das sociedades por meio de seus rituais alimentares.

A comida e seus modos de preparo e comensalidade, como supracitado, são objetos de identificação ou de estranhamento entre os sujeitos, e representam um dos aspectos da formação ou não de comunidades. Assim,

o alimento por si só é usado simbolicamente para representar certas formas sociais e sentimentos pessoais dentro de uma sociedade, que geralmente figuram entre as formas e os sentimentos pessoais importantes na vida do grupo. Assim, observando os contextos sociais específicos e limitados (clã, aldeia, relações de parentesco, político, amizade, vizinhança, relações de trabalho etc.) dentro dos quais são empregados simbolicamente os alimentos, pode-se, com frequência, inferir quais são os grupos e relações importantes na sociedade. (CONTRERAS; GRACIA, 2015, p. 193).

É importante atentar que as regras de distribuição de alimentos em uma sociedade, segundo Contreras e Gracia (2015), são formas de representar e reforçar as estruturas éticas e morais vigentes. A comida é um meio de refletir hospitalidade e sociabilidade em diversas sociedades, e a proximidade dos relacionamentos entre os sujeitos pode ser entendido mediante análise dos tipos de alimentos que eles trocam entre si, e das refeições que compartilham, no sentido de que “a comida é oferecida como um gesto de amizade e, quanto mais

elaborada for, maior é a intimidade que expressa ou maior é o grau de estima ou também de interesse” (CONTRERAS; GRACIA, 2015, p. 195). Assim, compartilhar a mesa e a refeição é um indicativo de pertencimento e de amizade, bem como, pela lógica da oposição, é um espaço de marginalização e segregação. O convite para o compartilhamento dos alimentos em conjunto expressa a partilha de experiências que cria vínculos afetivos, enquanto a negação da repartição e da mesa reflete o não pertencimento e o desejo de não se relacionar. Vemos essa distinção claramente em *Chocolate*, por meio da evolução da relação de Vianne com os outros personagens. No início da narrativa, eles rechaçam Vianne e os produtos que ela oferece, pois aquele não é o tempo para comer chocolates, além de ela representar a oposição a todos os ideais ali seguidos. Essa negação do chocolate reflete a negação da interação social com a própria protagonista, que é alvo de olhares e comentários maldosos. No decorrer do filme, a partir das habilidades e da persistência de Vianne, os moradores vão cedendo pouco a pouco a seus chocolates, e, conseqüentemente, ao convívio com ela, estabelecendo laços afetivos e gregários, até o ponto de literalmente compartilharem uma refeição sentados à mesa no aniversário de Armande. Após o próprio prefeito, que representa a epítome do conservadorismo e das convenções sociais, entregar-se ao chocolate, a sociabilidade com a protagonista encontra seu ápice por meio do bem sucedido festival do chocolate promovido por Vianne, representando que agora ela é parte integrante da comunidade e não mais alvo de desconfiança. A criação desse vínculo social por intermédio da comida reflete o afeto e a intimidade emocional desenvolvida, já que “até certo ponto, pode-se pensar que oferecer compartilhar a refeição própria é ofertar um pouco ou uma mordida de si próprio” (CONTRERAS; GRACIA, 2015, p.195).

A mudança de paradigma na alimentação e nas proibições de consumo mostram o quanto a sociedade e as relações foram afetadas pela introdução do chocolate, explicitando a conexão de que “quando são atacadas as proibições referentes ao consumo de alimentos, pode-se supor que estão ocorrendo mudanças significativas na estrutura socioeconômica da sociedade correspondente” (CONTRERAS; GRACIA, 2015, p. 193). A negação de Vianne e do seu modo de vida, ao continuarem firmes aos preceitos religiosos do vilarejo, contrastam

com a progressiva tentação e o desejo de consumir seus chocolates, concretizando a relação dual que é característica de *Spiritus* e sua essência de repelir e abraçar *Filius*.

Por fim, *Diabolus* encontra sua representação no prefeito do vilarejo, que desde o início da trama é contra o chocolate, e compele todos os outros a seguirem o sacrifício e o jejum característicos da Quaresma. Oposto a *Filius*, o prefeito é o inverso de Vianne, por si uma personagem de espírito livre, alegre e calorosa que usa roupas de cores vibrantes, enquanto Comte de Reynaud é sisudo, fechado e dedicado a respeitar as regras e tradições da comunidade. Optando por fazer jejum rígido, ele espera que todos os outros habitantes sigam a tradição cristã, e que cada um se preserve na rigorosa função social já delimitada. A proibição do consumo de alimentos, sobretudo do chocolate, reflete a percepção dual que por vezes a comida recebe, representando

uma ambivalência profunda: é fonte de intenso prazer, mas é também fonte de sofrimento. Essa dualidade também apresenta traços culturais: nem todas as sociedades sentem o mesmo pela comida, e a comida pode ser diferentes coisas. As atitudes diante dos alimentos são tanto numerosas quanto variadas e se manifestam ao expressar o que significa comer, de que nos serve ou para que comemos. (CONTRERA; GRACIA, 2015, p. 146).

A Quaresma é um período de se fazer penitência com intuito de obter a purificação e de expurgar os pecados. Nas culturas que tem como base a cultura cristã, certos alimentos e o seu consumo são imbuídos de significações de pecado ou como uma forma de atingir a santidade. Na Idade Média, os dias de abstenção de carne eram vários durante a semana, alimentos como aves eram considerados mais santificados e leves pelo fato de voarem, e, conseqüentemente, estarem mais perto de Deus (MONTANARI, 2013); e os monges deviam excluir total ou parcialmente a carne de suas dietas devido à associação desse alimento ao guerreiro, à brutalidade e à força. Assim, os alimentos carregam simbolismos ditados pela cultura cristã como bons ou maus, e o chocolate, por ser doce e fonte de prazer, representa a quebra do martírio e da penitência característicos da Quaresma. Incutir características simbólicas em alimentos é uma forma de exercer controle e concretizar autoridade, mesmo que esses atributos por vezes sejam arbitrários e tragam consigo outras significações que não

aquelas aparentes à superfície. Quando o prefeito proíbe o consumo do chocolate, sua intenção não é a proibição apenas no sentido físico, mas sim de todos os predicados que acompanham o alimento e quem o fabrica. Nesse sentido, a proibição carrega em si a perspectiva de que quem consumir o chocolate se entregará ao pecado e à conduta transgressora de Vianne, afastando-se dos ideais ditos cristãos.

4. Considerações Finais

As práticas e os modos alimentares constituem uma importante ferramenta na análise da constituição cultural e sistemática de uma sociedade. Por ser um fenômeno biocultural, a alimentação funciona como um elo que articula componentes orgânicos e biológicos da individualidade quanto da alteridade presentes no imaginário coletivo sobre a percepção alimentar e das normas sociais que a cercam.

A partir de uma análise fílmica e da aplicação do conceito de quaternidade mítica e seus desdobramentos proposto por Canevacci (1990), foi possível estabelecer os papéis míticos e arquetípicos atribuídos a cada personagem no filme *Chocolate* e explicar de que forma a relação entre comida, identidade, sociabilidade e pecado se articula. Assim, foi compreendido que a identidade de um grupo está fortemente ligada aos modos de preparo e à escolha dos alimentos, e que a partilha ou não dessas práticas se revela como um instrumento de comunhão e exclusão social. Também percebemos que a comida é procedência de um discernimento dualístico, sendo tanto fonte de prazer quanto possibilidade de pecado e transgressão, principalmente quando levado em conta o ambiente e as normas sociais e religiosas que cercam determinado alimento. É importante ressaltar que a análise aqui compreendida é uma das possíveis leituras feitas a partir da aplicação da teoria da quaternidade mítica ao filme. Por não se tratar de uma fórmula fechada aplicável de modo engessado aos objetos fílmicos, mas sim de uma linha de pensamento que permite diversos olhares a partir do universo simbólico do pesquisador e do viés escolhido para a investigação, diferentes acepções dos arquétipos propostos por

Canevacci poderão ser encontradas examinando os personagens e as relações sociais representadas no filme a partir de uma leitura que leve em conta aspectos diferentes dos analisados aqui.

O presente estudo do filme *Chocolate*, sob a ótica da quaternidade mítica, faz parte de uma análise que será aprofundada na dissertação de mestrado do autor, na qual serão abordados a origem das matrizes arquetípicas propostas por Canevacci, os rituais midiáticos de consumo da comida e do cinema, assim como sua relação com outros três filmes que possuem a alimentação como temática principal.

Referências

- BRILLAT-SAVARIN. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- CANEVACCI, Massimo. **Antropologia do cinema**. 2. ed. rev. e ampl. Editoria Brasiliense: São Paulo, 1990.
- CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- DANIEL Junbla Maria Pimentel; CRAVO Veraluz Zicarelli. Valor social e cultural da alimentação. In: Canesqui Ana Maria, Garcia Rosa Wanda Diez. organizadores. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. p. 57-68.
- FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- MACIEL, Maria Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria & Rosa Wanda Diez Garcia (orgs.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- MOREIRA, Sueli Aparecida. **Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos**. Ciência e Cultura, v. 62, p. 23-26, 2010.
- VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. São Paulo: Papyrus, 1994.

Filmografia

Chocolate. Direção de Lasse Hallström. EUA/Reino Unido: Imagem Filmes, 2000. 121 minutos.





DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.10

Artigo recebido em: 05/02/2019

Artigo aprovado em: 25/04/2019

Novas eleições, novas estratégias?
O HGPE dos candidatos à prefeitura de
Curitiba em 2012 e 2016





Novas eleições, novas estratégias? O HGPE dos candidatos à prefeitura de Curitiba em 2012 e 2016

*New elections, new strategies?
Television campaign of mayor candidates in Curitiba in
2012 and 2016*

PAULO FERRACIOLI ¹

GIULIA SBARAINI FONTES ²

Resumo: O objetivo do artigo é verificar como os candidatos à prefeitura de Curitiba Rafael Greca e Gustavo Fruet fizeram uso da propaganda eleitoral no primeiro turno da campanha de 2016, em comparação com o pleito anterior. Com esse intuito, foram utilizados dados codificados por meio da Análise de Conteúdo a partir dos programas de televisão do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Três hipóteses são testadas: 1) a de que o candidato à reeleição Fruet passou a utilizar predominantemente as estratégias de mandatário em 2016; 2) a de que Greca não fez grandes mudanças por continuar sendo desafiante e; 3) a de que

1 Paulo Ferracioli é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE), da UFPR. Bolsista Capes. ferracioli.paulo@gmail.com.

2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciência Política e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE). Repórter de política do jornal Gazeta do Povo. giuliasfontes@gmail.com.

o tema econômico apareceria com mais frequência em 2016. Os resultados, entretanto, apontaram para a confirmação parcial da H1 – já que, para algumas variáveis típicas de mandatário, Fruet apresentou queda entre uma eleição e outra – e para a não confirmação da H2 – já que Greca apresentou mudanças na sua estratégia – e da H3 – já que a variável econômica apareceu de forma tímida em 2016, e somente na campanha de Fruet.

Palavra-chave: HGPE. Eleições majoritárias. Prefeitura de Curitiba.

Abstract: The objective of this article is to verify how two candidates to the city hall of Curitiba, Rafael Greca (PMN) and Gustavo Fruet (PDT), used their electoral propaganda in the first round of the 2016 campaign in comparison with the previous litigation. To this intent, the data were codified through content analysis from Free Political Advertising Time TV programs. Three hypotheses are tested: 1) that Fruet, the candidate for re-election, started using agent strategies in 2016; 2) that Greca did not make great changes by continuing to be defiant and; 3) that the economic issue would appear more frequently in the most recent election. The results, however, pointed to the partial confirmation of H1 – since, for some typical agent variables, Fruet presented a decrease between one election and the other – and for the non-confirmation of H2 – since Greca presented significant changes in his strategy – and H3 – as the economic variable appeared in a slight manner in 2016, and only in Fruet's campaign.

Keywords: Free Political Advertising Time. Majoritarian elections. Curitiba's city hall.

Introdução

O campo de pesquisa sobre o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é um nicho que desfruta de bastante consistência no campo da comunicação política. Ao menos desde o final dos anos 1980, há várias investigações que buscam esclarecer aspectos

sobre esse formato específico de propaganda política. Parece ser interessante, nesse sentido, continuar as discussões relacionando esse embasamento prévio às eleições municipais ocorridas ano passado.

As eleições de 2016 contaram com novas normas em decorrência da aprovação de uma minirreforma eleitoral no ano anterior (Lei n.º 13.165/2015). Além disso, é necessário considerar que o país passava por turbulência econômica e política. Por um lado havia recessão nacional, com repercussões no cotidiano da população e na saúde financeira dos municípios, e por outro lado, o país havia passado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e as constantes novidades da Operação Lava Jato.

Levando em conta esse contexto mais amplo e olhando de perto o cenário eleitoral em Curitiba (PR), esse artigo tem o objetivo de verificar como os candidatos à prefeitura de Curitiba Rafael Greca e Gustavo Fruet fizeram uso da propaganda eleitoral no primeiro turno da campanha de 2016 em comparação com o pleito anterior. A opção foi realizar um estudo comparativo entre esses dois pleiteantes e entre as duas eleições municipais da década de 2010. Trata-se, nesse sentido, de buscar observar se, empiricamente, se confirmam as premissas teóricas a respeito do comportamento de candidatos mandatários (caso de Fruet em 2016) e desafiantes (personalizado no artigo por Rafael Greca, que não buscava a reeleição em nenhum dos pleitos) durante campanhas eleitorais.

Para tanto, testamos três hipóteses neste artigo. A primeira é de que Fruet passou, em 2016, a utilizar de maneira predominante as estratégias típicas de mandatário em detrimento das de desafiante, justamente por ser candidato à reeleição. A segunda é de que, no caso de Greca, poucas foram as mudanças já que em ambos os pleitos ele foi o candidato desafiante. A terceira diz respeito aos temas abordados nos programas de HGPE, que mudam de acordo com o ambiente político em cada eleição. Espera-se, dessa forma, que em 2016 questões econômicas apareçam com mais frequência nos programas dos candidatos, devido ao momento de crise vivido pelo país, em detrimento dos temas que predominaram na primeira eleição da década.

Em relação à estrutura, esse trabalho começa com uma contextualização sobre os dois pleitos que forneceram o material empírico para a análise. Em seguida, apresenta-se uma revisão da

literatura pertinente à pesquisa aqui desenvolvida. A seguinte seção apresenta os procedimentos metodológicos e os resultados alcançados. Por fim, há a discussão dos achados da pesquisa e as considerações finais cabíveis.

As eleições majoritárias em Curitiba

As eleições de 2012 contaram com sete candidatos autorizados a disputar a prefeitura do município. No primeiro turno, a surpresa foi a terceira colocação do candidato apoiado pelo governo do Estado Luciano Ducci (Partido Socialista Brasileiro - PSB), que concorria à reeleição. Ele alcançou apenas 261.049 dos votos e não pôde disputar o segundo turno do pleito mencionado.

No primeiro turno dessa eleição, que será analisado nesse artigo, o candidato Gustavo Fruet, que viria a ser vitorioso no segundo turno e comandaria a capital entre 2013 e 2016, chegou na segunda posição, com 265.451 votos válidos (27,22%). O então candidato havia disputado as eleições para senador em 2010 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e ficou em terceiro lugar. Na eleição municipal ele já havia se transferido para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que compôs a coligação com Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Verde (PV), lhe garantindo cinco minutos e cinquenta oito segundos de tempo no HGPE.

Um de seus oponentes era Rafael Greca, que já havia sido chefe do Poder Executivo local entre 1993 e 1996. Ele concorreu pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), saindo da eleição com a quarta posição e 101.866 votos válidos (10,45%). Disputou o cargo por uma chapa composta apenas por esse partido, o que lhe permitiu desfrutar de quatro minutos e dez segundos no HGPE, porém nunca alcançou protagonismo midiático nesse pleito. As atenções se voltaram mais para os três primeiros candidatos, que eram considerados os com

2 A título exemplificativo, na pesquisa IBOPE divulgada em 06 de outubro de 2012, Greca aparecia com 9% das intenções de voto, contra 35%, 26% e 19% dos outros concorrentes. Sondagem registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) sob o número PR-PR-00654/2012.

maior chance de conquistar o cargo. Nas sondagens antes da votação, Greca sempre apareceu na quarta posição, nunca apresentando tendência de se aproximar dos mais votados².

Já nas eleições de 2016, esses candidatos voltaram a participar do pleito, mas a partir de posições diferentes. Rafael Greca, agora por uma legenda de menor expressão – o Partido da Mobilização Nacional (PMN) –, foi para o segundo turno na primeira posição, com 356.539 votos (38,38% dos votos válidos). Sua coligação, no entanto, era ampla, composta por sete partidos (PMN, PSDB, PSB, Democratas - DEM, Partido Trabalhista Nacional - PTN, Partido Social Democrata Cristão - PSDC e Partido Trabalhista do Brasil - PTdoB), o que lhe garantiu o maior tempo no HGPE: 2 minutos e 11 segundos³.

Enquanto isso, Gustavo Fruet (PDT) montou uma coligação diferente, o que lhe rendeu 1 minuto e 34 segundos de tempo diário no HGPE. Ele buscava continuar no cargo, mas conquistou o apoio nas urnas de apenas 186.067 eleitores (20,03% dos votos válidos). O resultado o deixou na terceira posição, fora da disputa do segundo turno.

O segundo turno de 2016 foi disputado por Greca, que contava com o apoio do partido do governador Beto Richa, o PSDB. O outro concorrente foi Ney Leprevost (Partido Social Democrático - PSD), que também pertencia a um partido que compunha a base de sustentação do governo estadual.

Em pesquisa divulgada logo no início do período autorizado para a campanha⁴, Greca liderava com 29% das intenções, seguido por Fruet, a quem eram atribuídas 19% das intenções de voto. Até mesmo na sondagem divulgada na véspera do dia da votação⁵, Fruet ainda aparecia na segunda posição, com 22% das intenções de voto declaradas. Ney Leprevost, que aparecia com 17% nessa pesquisa, terminou o primeiro turno com 219.727 votos (23,66% do conjunto de válidos), o que o levou a segundo turno por 70 mil votos a mais que o candidato a reeleição.

3 Na comparação entre os tempos de TV entre as eleições de 2012 e 2016, é preciso levar em conta que a minirreforma eleitoral de 2015 diminuiu o tempo diário dedicado ao HGPE, o que diminuiu o tempo disponível para cada candidato.

4 Pesquisa IBOPE divulgada em 23 de agosto de 2016, registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) sob o protocolo PR-04300/2016.

5 Pesquisa IBOPE divulgada em 01 de outubro de 2016, registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) sob o número PR-05284/2016.

A partir da contextualização aqui apresentada, é possível perceber que Greca e Fruet ocuparam posições muito distintas nos dois pleitos. Enquanto Fruet foi de desafiante a mandatário de 2012 para 2016, Greca permaneceu desafiante, mas teve desempenho significativamente melhor na segunda eleição, chegando à Prefeitura. Por isso, o presente artigo considera apenas o uso que esses dois candidatos fizeram do HGPE. Destaca-se que a comparação desse artigo englobará apenas os dados dos candidatos Gustavo Fruet e Rafael Greca, descartando os outros políticos que pleitearam o cargo de chefe do Executivo municipal porque, a partir deles, é possível observar se as premissas da literatura a respeito das estratégias de campanha de mandatários e desafiantes se aplicam aos dois casos curitibanos. Na sequência, apresentaremos com mais pormenor o que dizem as pesquisas já consolidadas a respeito deste tema.

HGPE: a propaganda televisiva eleitoral no Brasil

As pesquisas sobre o HGPE se baseiam na premissa de que “os media se tornaram, hoje, o locus de boa parte da disputa política, bem como também um novo agente dessa disputa ao lado dos atores políticos tradicionais” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 39). Nesse espaço mediatizado, a propaganda dos candidatos na televisão representa um meio essencial de atuação política e, por isso, tem sua relevância de análise justificada. A televisão em específico se apresenta como o meio de maior difusão entre a população brasileira.

Ainda que as pesquisas apontem que há razoável número de brasileiros que sequer assiste ao HGPE (PANKE; TESSEROLI, 2016), ele ainda permanece como um espaço privilegiado para que os candidatos possam realizar sua propaganda política durante a campanha. É um exemplo do deslocamento espacial que ocorreu com as campanhas, que saíram das ruas e passaram a predominar nas telas da televisão. O HGPE é, dessa maneira, de uma “forma de mediação entre candidatos e eleitores que não precisa ser encarada como uma crise do modelo anterior, mas sim como um novo modelo de campanhas políticas” (PANKE; CERVI, 2011, p. 394).

O HGPE no Brasil se desenvolveu com características próprias, que

já foram exploradas pela literatura e que permitiram o desenvolvimento das categorias a serem utilizadas nessa análise. As mensagens articuladas em estilo ‘mosaico’ e as imagens de campanha são típicas do modelo, calcadas nas regras que delimitam o horário, como a apresentação de vários candidatos um após o outro, em tempos pré-determinados (ALBUQUERQUE, 1999). É impossível ignorar que a propaganda veiculada no HGPE possui um elemento lúdico, típico da televisão, que passa a disputar espaço com as questões políticas (PANKE; CERVI, 2011).

Albuquerque (1999) apresentou uma classificação do conteúdo veiculado nesses programas dividida em três grupos: campanha, metacampanha e auxiliares. O primeiro tipo engloba os trechos em que são apresentados o candidato e suas propostas. Metacampanha consiste no tipo de conteúdo que relata atos da própria campanha e busca incentivar o eleitor a participar desse processo. Por fim, as mensagens auxiliares são aquelas que conectam os temas e assemelham o programa eleitoral a um programa de televisão.

O HGPE serve, portanto, para veicular informações sobre as propostas dos candidatos ao mesmo tempo em que veicula mensagens sobre a imagem do postulante e ataca o adversário (CERVI; MASSUCHIN, 2011). Além disso, o HGPE pode atuar como fortalecimento dos partidos (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002), ainda que a tendência seja de que as agremiações fiquem mais escondidas no HGPE, pois passa a predominar a relação mais personalista entre eleitor e candidato (PANKE; CERVI, 2011).

A delimitação dos temas trazidos pelos candidatos para seus programas não depende apenas dos temas que a população mais deseja ver resolvidos. Não há correspondência entre os temas abordados e os mais solicitados, o que indica que há outros elementos que são levados em consideração pelos candidatos para montar suas emissões (PANKE; TESSEROLI, 2015).

Pesquisas recentes têm confirmado que ao longo do período de veiculação da propaganda na televisão há alterações nas estratégias dos candidatos. O tom emocional passa a prevalecer ao decorrer do tempo, pois o apelo pragmático tende a dar espaço ao emocional conforme o dia da eleição se aproxima. Os formatos, entretanto, permanecem uniformes ao longo da candidatura - não havendo nem

mesmo alteração entre os turnos - com a repetição de elementos típicos dessa linguagem, como a narração em off (MASSUCHIN *et al.*, 2016).

A partir dos conceitos abordados, apresentamos, na seção seguinte, a análise realizada a respeito dos pleitos em Curitiba.

Análise: os programas eleitorais de Greca e Fruet em 2012 e 2016

Considerando a importância do HGPE como recurso durante as campanhas eleitorais, passamos à análise do objeto deste artigo. Para comparar as estratégias adotadas pelos dois candidatos nos baseamos nos estudos feitos pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que se dedica ao estudo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral desde o ano 2000.

Deste modo, a metodologia utilizada neste artigo segue o padrão adotado pelo CPOP, que faz uma Análise de Conteúdo (BAUER, 2008) quantitativa dos programas. A unidade de análise não é o programa completo, mas sim segmentos de vídeo que são determinados por três elementos: locutor, tema e cenário. Quando dois desses elementos se alteram, codifica-se um novo segmento. Tendo em vista que tanto em 2012 quanto em 2016 os dois candidatos tratados aqui não participaram do segundo turno das eleições simultaneamente, o artigo considera somente a análise feita nos programas do primeiro turno de campanha em cada pleito⁶. Sendo assim, o *corpus* compreende, em 2012, 163 segmentos para Fruet e 102 para Greca e, em 2016, 169 para Fruet e 186 para Greca.

Para cada segmento, os codificadores responderam a 28 variáveis descritas no livro de códigos, cuja referência é o trabalho de Figueiredo *et al.* (1997). As variáveis são divididas em quatro grandes grupos: estratégias discursivas, que podem ser típicas de mandatário ou de desafiante (variáveis *dummy* – identifica-se presença ou ausência);

6 Os autores agradecem aos pesquisadores do CPOP que contribuíram para a coleta dos dados e ao professor Emerson Cervi, que coordena o grupo.

conteúdo (tema, formato, orador dominante, apelo, retórica e linguagem – todas variáveis categóricas); qualificação do conteúdo, que diz respeito à dimensão temporal abordada (passado, presente ou futuro), ao atributo destinado ao candidato ou ao adversário (pessoal, político ou administrativo) e à valência atribuída (positiva, negativa ou neutra); e, por fim, presença de elementos folk (trocadilho, bordão, rimas, poesia popular, presença de personagem da mídia, manifestações populares).

Para testar as duas hipóteses iniciais – (1) Fruet aumentou o uso de estratégias típicas de mandatário de 2012 para 2016 em detrimento das de desafiante; e (2) Greca não apresentou mudanças significativas em sua estratégia por ser desafiante nas duas eleições – recorreremos inicialmente às variáveis do grupo de estratégias discursivas, nas quais o codificador deve registrar somente presença ou ausência. A tabela 1, que segue abaixo, traz o percentual de presença das estratégias consideradas típicas de mandatário nos segmentos de cada candidato nas duas eleições em questão.

TABELA 1 - Estratégias típicas de mandatário

	FRUET			GRECA		
	2012	2016	Diferença	2012	2016	Diferença
Uso do cargo	4,9%	39,1%	34,2%	24,5%	18,8%	-5,7%
Postura acima da briga	94,5%	98,8%	4,3%	99%	92,5%	-6,5%
Associação à administração em disputa	0,6%	69,2%	68,6%	3,9%	9,7%	5,8%
Associação à administração de outra esfera	14,1%	2,4%	-11,7%	5,9%	12,5%	6,6%
Endosso de lideranças políticas	8,6%	2,4%	-6,2%	2%	0,5%	-1,5%
Endosso de lideranças da sociedade civil	2,5%	0%	-2,5%	1%	0%	-1%

Endosso do patrono	2,5%	0%	-2,5%	1%	0%	-1%
Menção ao partido/coligação	4,3%	0%	-4,3%	3,9%	0%	-3,9%

FONTE: os autores, 2018.

O que mais nos interessa, tendo em vista o objetivo de comparar os candidatos entre as campanhas, é a coluna que mostra a diferença entre 2012 e 2016. Assim, podemos perceber que Fruet não apresentou aumento do uso de todas as estratégias típicas de mandatário de uma eleição para outra. Ao contrário: das oito variáveis, cinco apresentaram queda em 2016. A que apresentou maior redução foi a associação à administração em outra esfera (que se refere a outros órgãos governamentais que não a prefeitura, neste caso), que passou a ser mobilizada pelo candidato do PDT de forma tímida na última eleição.

Uma explicação possível pode estar presente nos então ocupantes daqueles cargos no momento eleitoral. Na esfera federal, o presidente Michel Temer (PMDB) assumiu o poder após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) ter sua fase final aprovada ao longo da campanha municipal em curso. No governo estadual, Beto Richa (PSDB) era opositor de Fruet – ambos mantiveram relação tumultuada no curso dos quatro anos de mandato.

Apesar disso, duas das três variáveis restantes apresentaram aumento significativo: uso do cargo (que se refere a todos os cargos ocupados pelo candidato em sua carreira política, incluindo os não eletivos), com 34,2% de crescimento; e associação à administração em disputa, com 68,6% de acréscimo. A variável postura acima da briga (considerada presente quando o candidato nem ataca, nem se defende) também foi mais registrada em 2016 em relação a 2012, mas com crescimento tímido.

Já para Greca, neste caso, nota-se que as variações no uso de estratégias típicas de mandatário foram pequenas. A variável que mais teve acréscimo foi a associação à administração em outra esfera, com 6,6% de aumento. Tal resultado pode estar relacionado à coligação formada por Greca com o grupo político de Beto Richa (PSDB), governador do Paraná. Já a variável que mais sofreu queda foi a de postura acima da

briga, que caiu 6,5%. O dado indica que, em 2016, o atual prefeito de Curitiba adotou postura mais ofensiva do que em 2012.

Para continuar a verificação das duas hipóteses iniciais deste artigo passamos, então, aos dados sobre a presença das estratégias consideradas típicas de desafiante, descritos na tabela 2.

TABELA 2 - Estratégias típicas de desafiante

	FRUET			GRECA		
	2012	2016	Diferença	2012	2016	Diferença
Apelo a mudanças	6,7%	0%	-6,7%	14,7%	21%	6,3%
Ofensiva quanto a temas	55,7%	63,5%	7,8%	65,7%	28%	-37,7%
Ataques à administração em curso	11,7%	0%	-11,7%	19,6%	4,3%	-15,3%
Ataques aos adversários	5,5%	1,2%	-4,3%	1%	3,8%	2,8%

FONTE: os autores, 2018.

Considerando as quatro estratégias típicas de desafiante, Fruet segue o esperado e apresenta queda na maioria das variáveis. Como já apontado na tabela 1, o político do PDT atacou menos em 2016, quando apenas 1,2% dos segmentos trazia elementos de campanha negativa em relação aos adversários. Cabe destacar, entretanto, que a abordagem de temas de políticas públicas na campanha de Fruet cresceu em 2016, ano em que 63,5% dos segmentos foram destinados a este fim.

Greca, por outro lado, contrariou as expectativas e apresentou queda no uso de três das cinco variáveis típicas de desafiante. A que mais chama a atenção é a ofensiva quanto a temas, que caiu 37,7% na última eleição. O resultado indica que o candidato usou mais de dois terços de seus segmentos buscando, por exemplo, construir a sua própria imagem ou engajar o eleitor. Duas variáveis tiveram crescimento,

incluindo o ataque a adversários, que teve aumento de 2,8%.

Ademais, com relação à campanha negativa, cabe aqui salientar que a relativamente baixa ocorrência destas variáveis segue em consonância com resultados já encontrados na literatura brasileira (BORBA, 2015). Em um contexto de primeiro turno de eleição e, além disso, tendo em vista os constrangimentos da lei eleitoral e a possibilidade de efeito bumerangue, o esperado é justamente que o uso desse recurso não apareça de forma significativa.

Os resultados apontados até aqui, portanto, mostram que Fruet diminuiu o uso de cinco estratégias típicas de mandatário em 2016 mas aumentou a utilização de outras três, sendo duas com acréscimo significativo. Além disso, Fruet fez menos uso das estratégias de desafiante, o que nos leva a afirmar que a primeira hipótese do artigo pode ser parcialmente confirmada.

A hipótese dois, por outro lado, foi contestada diante dos resultados obtidos na análise da campanha de Greca. Além de diminuir o uso de metade das estratégias para desafiante, a campanha do candidato do PMN acabou por mobilizar mais duas das estratégias típicas de mandatário. Para compreender esta dinâmica, passamos agora a analisar o uso das já referidas estratégias nas campanhas de 2012 e 2016 levando em consideração o desempenho dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto. Para tanto, observamos a porcentagem de segmentos de Fruet e Greca que utilizaram as estratégias típicas de mandatário e de desafiante por semana, relacionando esses dados aos resultados das pesquisas eleitorais.

A opção pela utilização dos dados por semana busca verificar se houve mudanças ao longo do processo eleitoral, especialmente levando em conta as posições dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto. Dessa forma, com a segmentação em semanas é possível observar se há mudanças no comportamento dos candidatos a partir dos resultados das pesquisas de intenção de voto – o que não se mostra viável se observarmos os dados agregados por turno. Partimos da premissa, também presente na literatura, de que a posição dos candidatos nas pesquisas pode alterar o seu comportamento, ainda mais em períodos próximos ao pleito.

7 Os resultados foram consultados no endereço www.eleicoes.ibopeinteligencia.com.br.

No pleito de 2012, a veiculação do HGPE compreendia o período entre os dias 21 de agosto e 04 de outubro. Nesse intervalo, foram divulgadas três pesquisas Ibope⁷ de intenção de voto. Na primeira, no dia 24 de agosto de 2012, Fruet aparece com 21% das intenções de voto, enquanto Greca soma 6%. Em seguida, no dia 14 de setembro, Fruet tem queda para 16%, enquanto o então candidato do PMDB cresce 2% na pesquisa. Por fim, no dia 02 de outubro, já perto da realização das eleições, Fruet se mantém estável enquanto Greca ganha mais um ponto percentual e chega aos 9% das intenções de voto. Assim, a semana 1 corresponde à primeira pesquisa, enquanto a semana 4 corresponde à segunda pesquisa. Já a semana 6 corresponde à terceira e à última pesquisa realizada.

Na tabela 3 abaixo apresentamos o percentual de segmentos com presença das estratégias típicas de mandatário por semanas de campanha para cada candidato. As células pintadas em vermelho indicam período de queda de desempenho na pesquisa para o candidato, enquanto em azul estão as melhoras. Já as células verdes indicam a manutenção do percentual de intenção de voto na pesquisa do Ibope.

TABELA 3 - Estratégias típicas de mandatário por semana em 2012

		1	2	3	4	5	6
Uso do cargo	Fruet	0%	0%	0%	5,3%	9,7%	9,5%
	Greca	16,7%	20,7%	25%	35%	15,8%	31,3%
Postura acima da briga	Fruet	90,9%	100%	100%	89,5%	83,9%	97,6%
	Greca	100%	100%	100%	100%	100%	93,8%
Associação à administração em disputa	Fruet	0%	0%	6,30%	0%	0%	0%
	Greca	0%	3,4%	0%	0%	10,5%	6,3%
Associação à administração de outra esfera	Fruet	0%	2,3%	6,30%	52,6%	12,9%	16,7%
	Greca	0%	3,4%	16,70%	0%	0%	18,8%
Endosso de lideranças políticas	Fruet	0%	2,3%	0%	10,5%	12,9%	16,7%
	Greca	0%	0%	8,30%	0%	5,30%	0%

Endosso de lideranças da sociedade civil	Fruet	0%	0%	0%	10,5%	0%	4,8%
	Greca	0%	0%	0%	0%	0%	6,3%
Endosso do patrono	Fruet	0%	2,3%	0%	0%	0%	7,1%
	Greca	0%	0%	0%	0%	5,3%	0%
Menção ao partido/coligação	Fruet	0%	0%	0%	21,1%	3,2%	4,8%
	Greca	0%	0%	0%	20%	0%	0%

FONTE: os autores, 2018.

Com relação a Gustavo Fruet, é possível perceber a partir dos dados da tabela que somente a variável “endosso do patrono” não sofreu alterações a partir da divulgação da segunda pesquisa eleitoral, em que o candidato apresenta queda no percentual de intenções de voto. Podemos perceber que há aumento do uso do cargo, da associação à administração em outra esfera, do endosso de lideranças – tanto políticas quanto da sociedade civil – e também da menção ao partido. Além disso, há queda na postura acima da briga, isto é, o candidato passa a atacar mais diante do resultado da pesquisa. Há também queda na associação à administração em disputa, o que pode indicar que o candidato buscou se desvincular do grupo que estava na administração municipal.

Na terceira pesquisa, divulgada na semana 6, Fruet se mantém estável e nas variáveis uso do cargo, associação à administração em disputa e endosso de lideranças políticas mantém a mesma tendência vista anteriormente. Já a postura acima da briga aumenta, o que indica que o candidato deixa de atacar. A associação à administração em outra esfera, o endosso de lideranças da sociedade civil e a menção ao partido diminuem. Por outro lado, cresce o endosso do patrono, o que indica que o candidato ainda busca legitimação perante o eleitorado por meio de figuras conhecidas pelo público.

Rafael Greca, por outro lado, apresentou crescimento em ambas as pesquisas eleitorais divulgadas pelo Ibope no período. Apesar disso, não parece existir relação entre o uso das estratégias típicas de mandatário e as pesquisas de intenção de voto nesse caso. Observa-se aumento do uso do cargo e da menção ao partido na segunda pesquisa, enquanto endosso de lideranças políticas e associação à administração em outra esfera apresentam queda. Já endosso do patrono, associação à administração em disputa e postura acima da

briga se mantém estáveis.

Na divulgação da terceira pesquisa, contudo, o comportamento se modifica, mesmo com a crescente das intenções de voto no candidato se manter. Uso do cargo, associação à administração em disputa e de outra esfera e endosso de lideranças da sociedade civil aumentam. Por outro lado, endosso do patrono e postura acima da briga diminuem, enquanto endosso de lideranças políticas se mantém relativamente estável. Tais resultados podem se relacionar ao fato de Greca ser desafiante na eleição de 2012. Por isso, cabe verificar também como se deu o comportamento dos candidatos no que se refere às estratégias desse tipo de concorrente, o que traz a tabela 4.

TABELA 4 - Estratégias típicas de desafiante por semana em 2012

		1	2	3	4	5	6
Apelo a mudanças	Fruet	0%	6,8%	0%	5,3%	0%	16,7%
	Greca	0%	27,6%	0%	10%	5,3%	25%
Ofensiva quanto a temas	Fruet	72,7%	59,1%	62,5%	57,9%	54,8%	52,4%
	Greca	50%	89,7%	75%	40%	73,7%	50%
Ataques à administração em curso	Fruet	9,1%	2,3%	6,3%	15,8%	19,4%	16,7%
	Greca	0%	24,1%	0%	5%	26,3%	43,8%
Ataque aos adversários	Fruet	9,1%	2,3%	0%	5,3%	12,9%	4,8%
	Greca	0%	0%	0%	0%	0%	6,3%

FONTE: os autores, 2018.

No que diz respeito às estratégias típicas de desafiante, é possível perceber que para ambos os candidatos a tendência foi de aumento no uso da maioria dos recursos, independentemente do resultado da pesquisa. As exceções são a ofensiva quanto a temas, que teve ligeira queda no caso de Fruet, e ataque aos adversários, que diminuiu para ambos os candidatos. Considera-se, portanto, que as pesquisas eleitorais tiveram maior influência, em 2012, no caso de Fruet para as estratégias de mandatário.

Nas eleições de 2016, por sua vez, o período para campanha eleitoral

foi reduzido. Assim, a veiculação do HGPE compreendeu o intervalo entre os dias 26 de agosto e 29 de setembro, totalizando cinco semanas de campanha. Consideramos, nesse caso, duas pesquisas eleitorais feitas pelo Ibope. Na primeira, veiculada em 23 de agosto – pouco antes do início do HGPE –, o então candidato a reeleição Gustavo Fruet aparece com 19% das intenções de voto, enquanto Greca tem 28%. Já na segunda, de 19 de setembro, Greca cresce significativamente, chegando aos 45%, enquanto Fruet cai para 16% das intenções de voto.

Na tabela 5 abaixo realizamos o confronto desses dados com o uso das estratégias típicas de mandatário, de modo semelhante ao realizado anteriormente. Cabe esclarecer, contudo, que três estratégias não registraram nenhuma ocorrência entre os candidatos – endosso de lideranças da sociedade civil e do patrono, e menção ao partido – e por isso não são mencionadas na tabela.

TABELA 5 - Estratégias típicas de mandatário por semana em 2016

		1	2	3	4	5
Uso do cargo	Fruet	60,9%	48,1%	27,8%	63,9%	12,8%
	Greca	44%	30,6%	15,8%	0%	16,3%
Postura acima da briga	Fruet	95,7%	96,3%	100%	100%	100%
	Greca	100%	94,4%	94,7%	95,5%	81,4%
Associação à administração em disputa	Fruet	56,5%	88,9%	97,2%	66,7%	44,7%
	Greca	32%	25%	2,6%	0%	0%
Associação à administração de outra esfera	Fruet	17,4%	0%	0%	0%	0%
	Greca	12%	0%	0%	0%	0%
Endosso de lideranças políticas	Fruet	8,7%	0%	0%	5,6%	0%
	Greca	0%	0%	2,6%	0%	0%

FONTE: os autores, 2018.

No caso de Fruet, é interessante notar que há crescimento do uso do

8 Disponível em: g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2016/noticia/2016/08/greca-lidera-disputa-para-prefeitura-de-curitiba-com-28-diz-ibope.html.

cargo e do endosso de lideranças políticas, enquanto a postura acima da briga se mantém estável, na medida em que os ataques representam alto risco para os candidatos. Já a associação à administração em disputa cai de modo significativo, o que pode ser um reflexo das taxas de aprovação do governo do candidato do PDT. Pouco antes do início do horário eleitoral, 42% dos eleitores consideravam sua gestão regular e 37% ruim ou péssima⁸. Dessa forma, associar-se à gestão da prefeitura poderia não ser interessante para o candidato.

Para Greca, por outro lado, destaca-se a diminuição gradual da associação da imagem do candidato à prefeitura, além da queda no uso do cargo. No caso da postura acima da briga, há crescente diminuição ao longo do período, o que indica que o candidato passa a atacar de forma mais significativa à medida que a eleição se aproxima. Os dados para as estratégias típicas de desafiante são apresentados na tabela 6.

TABELA 6 - Estratégias típicas de desafiante por semana em 2016

		1	2	3	4	5
Apelo a mudanças	Fruet	0%	0%	0%	0%	0%
	Greca	28%	38,9%	23,7%	2,3%	18,6%
Ofensiva quanto a temas	Fruet	60,9%	81,5%	72,2%	44,4%	31,9%
	Greca	20%	41,7%	28,9%	25%	23,3%
Ataques à administração em curso	Fruet	0%	0%	0%	0%	0%
	Greca	0%	2,8%	2,6%	4,5%	9,3%
Ataque aos adversários	Fruet	4,3%	3,7%	0%	0%	0%
	Greca	0%	0%	2,6%	0%	14%

FONTE: os autores, 2018.

Já no que diz respeito às estratégias típicas de desafiante, é possível perceber que Fruet se mantém relativamente estável mesmo com a divulgação da pesquisa. O que chama atenção é que há queda significativa na ofensiva quanto a temas, o que indica que, a partir dos

dados desfavoráveis, o candidato passou a tratar menos de políticas públicas. Já no caso de Greca, há queda no apelo a mudanças e na ofensiva quanto a temas, porém aumento dos ataques à administração em curso. Considerando que Fruet seria seu adversário direto, o candidato do PMN passa a atacar sua gestão de forma mais frequente no HGPE.

Diante dos resultados que contrariam nossas hipóteses iniciais, buscamos aprofundar a análise do HGPE de ambos os candidatos a partir da análise do conteúdo de seus programas. Ademais, na seção a seguir realizamos o teste de nossa última hipótese.

O conteúdo dos segmentos

Para saber mais sobre o uso do HGPE por Greca e Fruet, objetivo principal desse artigo, serão apresentados dados do segundo grupo de variáveis do livro de códigos utilizado pelo CPOP: o que se refere ao conteúdo dos segmentos. Assim, a comparação entre os dois pretendentes ao cargo em pleitos diferentes poderá restar melhor caracterizada. Na tabela 3 abaixo são descritos os resultados quanto ao tipo de apelo mobilizado pelos candidatos.

TABELA 7 - Apelo

	FRUET			GRECA		
	2012	2016	Diferença	2012	2016	Diferença
Pragmático	41,7%	48,5%	6,8%	44,1%	22,6%	-21,5%
Ideológico	1,8%	0,0%	-1,8%	2,0%	0,0%	-2,0%
Político	5,5%	0,6%	-4,9%	4,9%	1,1%	-3,8%
Emocional	50,3%	49,1%	-1,2%	47,1%	75,8%	28,7%
Documental	0,6%	1,8%	1,2%	2,0%	0,5%	-1,5%

FONTE: os autores, 2018.

Como mostra a tabela, Fruet apresentou poucas mudanças de uma eleição para outra. Os segmentos, assim, se dividiram entre o apelo

emocional e o pragmático (relacionado ao debate de políticas públicas) em ambas as campanhas. Na segunda eleição, porém, a diferença entre os dois diminuiu com o aumento do uso do apelo pragmático.

Greca seguiu o caminho contrário – já indicado pela queda na abordagem de políticas públicas, como apontado na seção anterior. O candidato teve acréscimo de quase 30% no uso do apelo emocional, o qual dominou mais de dois terços dos seus segmentos. O apelo pragmático, por outro lado, sofreu significativa queda entre um pleito e outro. As demais categorias também apresentaram queda, porém de forma mais tímida.

Da mesma maneira, a retórica utilizada pelo candidato do PMN nos seus segmentos passou a ser de sedução em aproximadamente 70% das unidades de análise (tabela 4). Por outro lado, a retórica de proposição sofreu a queda mais significativa – caindo mais de 10% entre uma eleição e outra. O uso da crítica e a mobilização de valores da política ou da sociedade também sofreram queda para o HGPE do candidato do PMN.

Mais uma vez, ao contrário de Greca, Fruet aumentou o uso da retórica de proposição, aproximando-a do recurso de sedução na última eleição. De maneira similar ao adversário, contudo, as categorias de crítica e valores sofreram queda na propaganda do candidato do PDT, enquanto a de ameaça não apareceu em 2016.

TABELA 8 - Retórica

	FRUET			GRECA		
	2012	2016	Diferença	2012	2016	Diferença
Sedução	44,8%	47,9%	3,1%	49,0%	70,4%	21,4%
Proposição	33,7%	47,3%	13,6%	31,4%	19,9%	-11,5%
Crítica	10,4%	1,8%	-8,6%	14,7%	8,1%	-6,6%
Valores	9,8%	3,0%	-6,8%	4,9%	1,6%	-3,3%
Ameaça	1,2%	0,0%	-1,2%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE: os autores, 2018.

Completando essa parte da análise, a tabela 9 traz o tipo de linguagem usada pelos candidatos em seus segmentos. Os dois seguiram padrão semelhante, porém Greca apresentou, mais uma vez, diferenças mais acentuadas. A linguagem didática foi menos usada pelos candidatos em 2016, ao passo que a panfletária apareceu em um percentual maior de segmentos. O crescimento do candidato do PMN no uso desse último recurso, entretanto, foi bastante significativo e foi maior que o dobro do crescimento de Fruet. A diferença entre os candidatos também aparece no uso da linguagem informativa, que cresceu para o pedetista e diminuiu para Greca.

TABELA 9 - Linguagem

	FRUET			GRECA		
	2012	2016	Diferença	2012	2016	Diferença
Didática	23,3%	5,9%	-17,4%	26,5%	4,3%	-22,2%
Informativa	50,9%	57,4%	6,5%	45,1%	40,9%	-4,2%
Panfletária	25,8%	36,7%	10,9%	28,4%	54,8%	26,4%

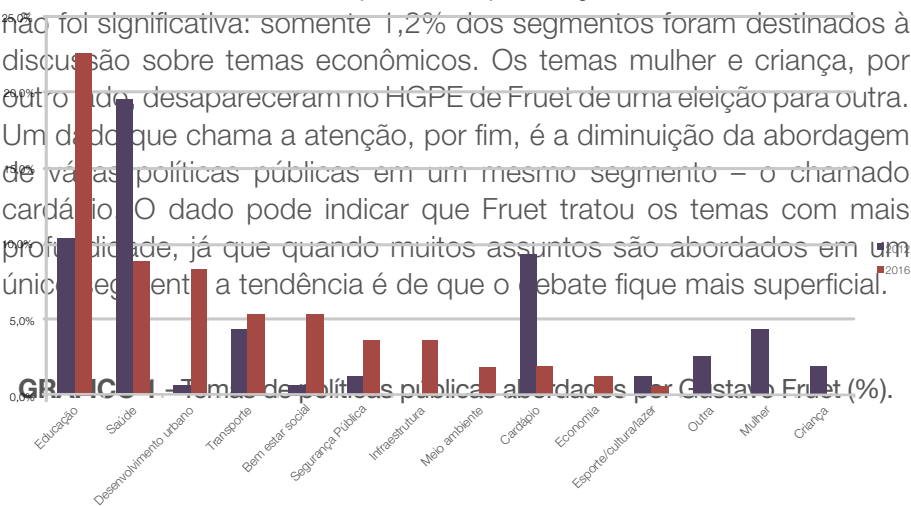
FONTE: os autores, 2018.

Sabendo *como* os candidatos apresentaram as informações em seus programas, passamos agora a observar *do que* eles trataram no HGPE. Testamos, assim, a última hipótese do artigo, que supõe que o tema econômico apareceria mais em 2016 em relação a 2012 por conta de variáveis contextuais. Para alcançar os resultados, mobilizamos mais uma das variáveis do segundo grupo do livro de códigos, que trata do conteúdo dos segmentos. Nela o codificador deve identificar qual dos temas listados foi tratado na unidade de análise, com categorias que se referem a políticas públicas e outras que tratam da construção da imagem do candidato e do partido, por exemplo, e também da chamada metacampanha – debates, pesquisas eleitorais, pedagogia do voto, etc.

Como já havia sido exposto nas variáveis típicas de desafiante, Fruet tratou mais de políticas públicas em 2016 do que em 2012, com 63,5% dos segmentos destinados a este fim. No gráfico 1, a seguir, aparecem quais foram os temas tratados em ambas as eleições pelo candidato do PDT. Dois temas lideraram nas duas campanhas, trocando de posições

entre si em cada um dos pleitos: saúde e educação. Além disso, desenvolvimento urbano, transporte, bem estar social e infraestrutura apresentaram aumento de um pleito para outro.

Três categorias apareceram somente em 2016 – incluindo economia, tema da nossa hipótese. A presença deste tema, entretanto, não foi significativa: somente 1,2% dos segmentos foram destinados à discussão sobre temas econômicos. Os temas mulher e criança, por outro lado, desapareceram no HGPE de Fruet de uma eleição para outra. Um dado que chama a atenção, por fim, é a diminuição da abordagem de várias políticas públicas em um mesmo segmento – o chamado cardápio. O dado pode indicar que Fruet tratou os temas com mais profundidade, já que quando muitos assuntos são abordados em um único segmento, a tendência é de que o debate fique mais superficial.

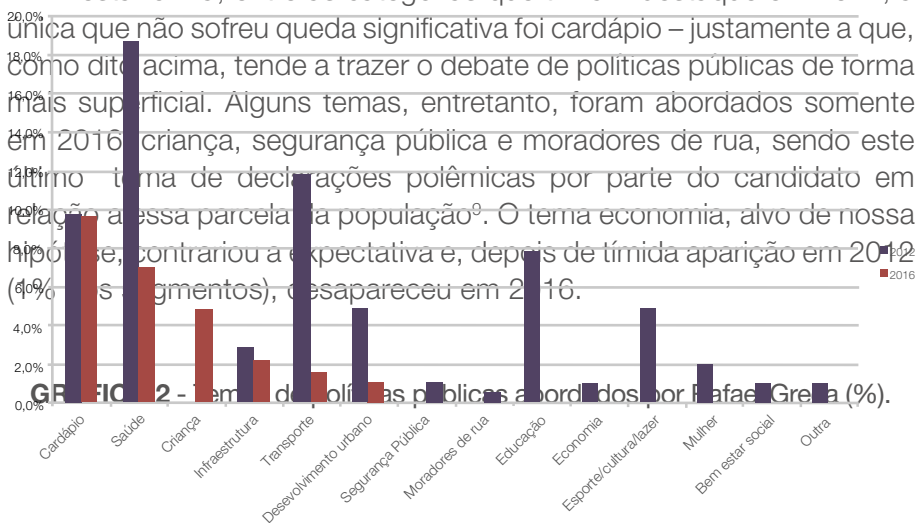


FONTE: Os autores, 2018

Seguindo na direção oposta, Greca diminuiu o debate sobre políticas públicas em seu horário eleitoral, restringindo a discussão a 28% dos seus segmentos em 2016. A diminuição é visível no gráfico 2, em que muitos dos temas aparecem somente em 2012. Saúde, que em 2012 havia liderado quando o assunto era política pública (com

18,6% de aparições), caiu para 7% quatro anos depois. O debate sobre transporte, outro assunto que havia sido abordado de forma significativa por Greca, sofreu queda de mais de 10% e ficou restrito a 1,6% dos segmentos.

Desta forma, entre as categorias que tinham destaque em 2012, a única que não sofreu queda significativa foi cardápio – justamente a que, como dito acima, tende a trazer o debate de políticas públicas de forma mais superficial. Alguns temas, entretanto, foram abordados somente em 2016: criança, segurança pública e moradores de rua, sendo este último tema de declarações polêmicas por parte do candidato em relação a essa parcela da população⁹. O tema economia, alvo de nossa hipótese, contrariou a expectativa e, depois de tímida aparição em 2012 (1,0% dos segmentos), desapareceu em 2016.



FONTE: Os autores, 2018

Com esses resultados, portanto, concluímos que a terceira hipótese deste artigo também não foi confirmada. O tema economia ficou muito atrás dos demais no debate do HGPE de Fruet e, no caso de Greca, nem chegou a ser pauta nos segmentos. Tendo sido realizados os testes empíricos propostos no início do artigo, passamos então às conclusões do trabalho.

Considerações Finais

Os achados desse artigo abrem caminho para algumas questões que necessitam ser melhor exploradas com fundamentos provenientes de outras searas que as variáveis aqui mobilizadas não são capazes de responder. Em relação à primeira hipótese, ainda que não tenha utilizado de maneira uniforme todas as estratégias de mandatários listadas, Fruet se valeu de algumas estratégias bem específicas para aqueles que buscam a reeleição. O fato de não ter conseguido chegar até mesmo ao segundo turno, no entanto, pode estar relacionado a outros fatores que podem ter se repetido em outras capitais (como em São Paulo). Isso indica que precisa ser levado em consideração um fenômeno de abrangência nacional de prefeitos que buscavam a reeleição nesse ano.

O uso que Rafael Greca fez do HGPE, especialmente em 2016, também chama a atenção por contrariar as expectativas baseadas na literatura. Mesmo sendo desafiante, o atual prefeito de Curitiba não apostou nessas estratégias e, o que mais se destaca, não falou sobre políticas públicas de forma significativa. Apesar disso, sua campanha, com forte apelo emocional e com uma discussão superficial de temas de interesse público (já que o que predominou foi o chamado cardápio), obteve sucesso e garantiu o êxito do candidato. Não há, aqui, o estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre propaganda e sucesso eleitoral no pleito. Considera-se, contudo, a importância do HGPE e que sua configuração afeta em alguma medida as chances dos candidatos.

Por fim, como a terceira hipótese não foi confirmada, há indícios de que a discussão econômica não foi relevante na disputa municipal, ainda que seja um assunto nacionalmente debatido e com impacto direto no cotidiano dos cidadãos. O fato de assuntos mais locais terem predominado pode indicar que discussões mais amplas têm dificuldade de encontrar ressonância nos pleitos para a prefeitura.

Os dados disponíveis são inúmeros e podem permitir o estabelecimento de outras hipóteses a serem testadas que não foram apresentadas nesse artigo. Pesquisas futuras podem buscar variáveis explicativas que forneçam uma visão mais ampla da discussão, de modo a encontrar relações que possam ser generalizadas e que expliquem os comportamentos de candidatos a cargos majoritários na propaganda eleitoral.

Referências

ALBUQUERQUE, A. **Aqui você vê a verdade na tevê**: a propaganda política na televisão. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

ALBUQUERQUE, A.; DIAS, M. R. Propaganda Política e Construção da Imagem Partidária no Brasil. **Civitas**, vol. 2, nº 2, p.309-326, 2002a.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BORBA, F. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n.2, agosto, p. 268-295. 2015.

CERVI, E; MASSUCHIN, M. **HGPE e formação da opinião pública no Brasil**: Análise das estratégias dos principais candidatos à presidência da república em 2010. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR. Belo Horizonte – MG, 2011.

FIGUEIREDO, M.; et al. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 4, n. 3, novembro, p. 182-203. 1997.

MASSUCHIN, M. et al. A construção da campanha eleitoral majoritária no HGPE. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, 2016.

PANKE, L.; CERVI, E. Análise da comunicação eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporânea - Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 390-404. 2011.

____; TESSEROLI, R. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: características e aceitação dos eleitores. **Comunicação & Sociedade (Online)**, v. 38, p. 103-127, 2016.

TESSEROLI, R; PANKE, L.. Quando a voz do eleitor pouco ecoa para os candidatos: estudo de caso do HGPE em Curitiba 2012. **Revista Eletrônica de Ciência Política - recp**, v. 6, p. 303-322, 2015.





DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.11
Artigo recebido em: 15/04/2019
Artigo aprovado em: 25/06/2019

O jornalismo enquanto objeto de estudo





O jornalismo enquanto objeto de estudo

Journalism as an object of study

El periodismo como objeto de estudio

POLLYANA DOURADO SANTOS ¹

Resumo: A pesquisa em questão trata-se de um exercício reflexivo sobre a apreensão do objeto de estudo do jornalismo em pesquisas que apresentam o jornalismo apenas como objeto empírico e delimitam sua teoria com conhecimentos de outras áreas do saber. O objetivo é realizar uma reflexão sobre o objeto de estudo do jornalismo em intersecção com o campo da comunicação e as múltiplas formas de como se tem trabalhado o jornalismo enquanto objeto empírico. O artigo trabalha com questões que discutem os problemas enfrentados pelas Teorias do Jornalismo, bem como as metodologias utilizadas para analisar o jornalismo enquanto objeto empírico e o silenciamento do jornalismo enquanto objeto de estudo.

Palavra-chave: Teoria do Jornalismo. Objeto de estudo do Jornalismo. Acontecimento. Discurso. Metodologia da Pesquisa em Jornalismo.

¹ Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR/UFSC). E-mail: pollyanadourado@hotmail.com.

Abstract: The research in question is a reflexive exercise on the apprehension of the object of study of journalism in research that presents it only as an empirical object and delimit its theory with knowledge of other areas of knowledge. The objective is to reflect on the object of study of journalism in intersection with the field of communication and the multiple forms of how journalism has been worked as an empirical object. The article deals with issues that discuss the problems faced by Journalism Theories, as well as the methodologies used to analyze journalism as an empirical object and the silencing of journalism as an object of study.

Keywords: Theory of Journalism. Object of study of Journalism. Event. Speech. Methodology of Research in Journalism.

Resumen: La investigación en cuestión se trata de un ejercicio reflexivo sobre la aprehensión del objeto de estudio del periodismo en investigaciones que lo presentan apenas como objeto empírico y delimitan su teoría con conocimientos de otras áreas del saber. El objetivo es realizar una reflexión sobre el objeto de estudio del periodismo en intersección con el campo de la comunicación y las múltiples formas de cómo se ha trabajado el periodismo como objeto empírico. El artículo trabaja con cuestiones que discuten los problemas enfrentados por las Teorías del Periodismo, así como las metodologías utilizadas para analizar el periodismo como objeto empírico y el silenciamiento del periodismo como objeto de estudio.

Palabras clave: Teoría del Periodismo. Objeto de estudio del periodismo. Evento. Discurso. Metodología de la investigación en periodismo.

Por que pensar em objeto de estudo do jornalismo?

Da empiria à teoria, da epistemologia ao jornal, todos esses extremos nos levam a pensar no que seria a pesquisa em comunicação e em que aspectos uma pesquisa em jornalismo se diferenciaria desse campo maior. Para iniciarmos uma reflexão sobre o campo epistêmico do jornalismo, precisamos enumerar alguns problemas enfrentados por

uma subárea de pesquisa recente, com características peculiares e que é produzida em um contexto geopolítico também singular, o que explica várias implicações, tanto tecnológicas quanto teóricas.

O primeiro deles: o que seria o campo da comunicação e qual seu objeto de estudo.

A Comunicação surge como uma questão tão ampla, tão difusa, tão presente em todas as atividades humanas – que o objeto é de certo modo inapreensível, e conclui-se que ‘tudo é comunicação’ – a política, a educação, as artes, e uma lista infinda em que se pretendesse abarcar a ação humana e social. (BRAGA, 2001, p. 14).

A comunicação enquanto campo de pesquisa demonstra que existem dificuldades na delimitação de seu objeto de estudo pelas características apresentadas na própria constituição da área como ciência. A partir de Foucault (1972), entende-se que os objetos de estudo são construídos pelos seus especialistas para atender determinada demanda social, do mercado de trabalho ou até para contemplar a especificidade de pesquisas de determinada escola teórica, ou seja, os objetos de estudo refletem as relações de poder estabelecidas por determinada área de pesquisa, seus pesquisadores e a sociedade. De acordo com Dutra (2006, p.219): “O objeto de estudo fala, de certa forma, sobre o pesquisador”. Nesse sentido, cabe a seguinte indagação em relação ao campo da comunicação: o objeto são os meios ou as relações intersociais? Há uma concentração das pesquisas em estudo dos meios e seus efeitos no campo da comunicação, fato que tem gerado uma amplitude de temas e recortes que nem sempre estão em diálogo com o campo da comunicação.

A partir do enunciado acima, colocamo-nos diante do segundo problema: e o jornalismo? Existe um campo? Qual seria seu objeto de estudo? Para Groth (2011), o objeto de estudo do jornalismo estaria vinculado às quatro categorias: atualidade, universalidade, publicidade e periodicidade. Ou seja, o objeto de estudo do jornalismo são os jornais e o jornalismo, em que observa-se que o foco se concentra em questões técnicas do jornal, ignorando, portanto, o discurso jornalístico e sua relação de poder com a sociedade. Vejam como Otto Groh compreende a ciência dos jornais:

Portanto, a Ciência dos Jornais tem a ver de novo com o conteúdo e as suas mudanças e assim Everth procura se salvar do dilema na tautologia e na metáfora: o objeto da Ciência dos Jornais é o que se refere ao jornal. 'O jornal é um vaso que por natureza pode absorver qualquer conteúdo. Por isso, os estudos de jornais têm mais a ver com a forma deste vaso e com a configuração que ele dá respectivamente ao conteúdo do que com o próprio conteúdo em suas inúmeras relações, que são tratadas por outras ciências'. 'Resumindo, o conteúdo do jornal só nos interessa quando se torna conteúdo do jornal. A Ciência dos Jornais trata do que se refere ao jornal no jornal'. (GROTH, 2011, p. 73).

Percebe-se que, para Groth (2011), a ciência dos jornais possui uma “essência” que se concentraria em tudo o que estivesse vinculado ao conteúdo próprio do jornal, da sua materialidade enquanto técnica, por isso a preocupação em citar um autor que compara o jornal a um vaso que dá forma ao conteúdo, ou seja, a ciência dos jornais precisa definir seu objeto de estudo a partir das formas dos jornais, o que explica a intensificação de estudos sobre gêneros jornalísticos, seus formatos tecnológicos e as formas de se escrever nos mais diversos formatos enfatizando a técnica do lead, entre outros aspectos.

Bem diferente de Groth, tem-se Silva (2009 a) que define que o objeto de estudo do jornalismo, além de ser imaterial, é construído historicamente por cada pesquisador e não se limita aos estudos dos meios de comunicação enquanto ferramenta tecnológica:

Objeto de estudo deve ser colocado como uma construção teórica, concebida e alimentada pelos múltiplos objetos nos quais ele se manifesta empiricamente. Por isso a fragilidade epistemológica e teórica quando se localiza o objeto de estudo do Jornalismo exclusivamente nas especificidades de seus produtos materiais, no caso as matérias jornalísticas ou processos produtivos do jornal, revista, telejornal, rádio-jornal e sítios de notícia. As incontáveis manifestações empíricas do objeto não devem ser tomadas particularmente como o próprio objeto de estudo, este sempre construído teoricamente e maior do que suas expressões materiais. (SILVA, 2009 a, p. 7).

Gislene Silva (2009 a) afirma que o objeto de estudo é delimitado a partir da definição do tema e elaboração do problema de pesquisa, ou seja, é a apreensão teórica construída pelo pesquisador ao investigar determinado objeto, seja ele empírico ou teórico. A autora critica a simples

utilização do fenômeno empírico analisado como sendo o próprio objeto de estudo, este que é, sempre, uma construção do pesquisador acerca do tema pesquisado e é mais amplo do que sua manifestação empírica, ou seja, a elaboração do objeto de estudo do jornalismo pode e deve ir além de uma simples análise de conteúdo ou de discurso das matérias jornalísticas. Os jornais fazem parte das esferas de poder em sociedade e a extensão de seu poder nem sempre é material. De acordo com Silva (2009 a), o jornalismo enfrenta um problema teórico significativo: as pesquisas sobre os jornais acabam sendo produzidas com teorias de outras áreas científicas e o jornal é utilizado apenas como fonte de pesquisa, o que ela considera ser a causa da fragilidade teórica da área científica do jornalismo. De forma bem parecida, Luiz Martins (2001, p.81) defende: “É preciso que os estudos de comunicação não percam os laços com os dispositivos tecnológicos na base do processo”. Em outras palavras, Martins (2001) alerta para que não se confunda o objeto de estudo da comunicação com o próprio veículo de comunicação ou a simples análise destes. O autor alerta ainda para o problema com a interdisciplinaridade na comunicação: interdisciplinaridade é tida como a absorção do referencial teórico de disciplinas mais consolidadas teoricamente nas ciências humanas (sociologia, filosofia e história), ficando da comunicação apenas a análise do objeto empírico.

É difícil ser ouvido quando o objeto da pesquisa é a comunicação. É, no entanto, elaborando os conhecimentos sobre a questão ontologicamente ambígua da comunicação, que conseguiremos talvez criar essa famosa distância crítica indispensável, fonte de toda a liberdade. A função crítica do conhecimento é hoje indispensável à altura do papel da comunicação em nossas sociedades, à velocidade das transformações e ao tamanho dos impérios financeiros que a acompanham. Levando-se a sério os valores e as referências que a comunicação reivindica, podemos analisar e salvar esse conceito, tão essencial ao patrimônio religioso, cultural e político do Ocidente. Quando se reconhecerá que a comunicação é para nossas sociedades uma questão tão importante quanto a educação, a pesquisa, a cidade, a ciência e a saúde. (WOLTON, 2004, p.39).

Partindo da reflexão acima de Wolton (2004), podemos raciocinar da seguinte forma: se a comunicação que é um campo amplo abrangendo três grandes áreas (jornalismo, relações públicas e publicidade) passa pela dificuldade de legitimação e delimitação de seu objeto de estudo,

pensemos, então, nos desafios enfrentados pelo jornalismo, enquanto campo científico, para conseguir definir as arestas do seu saber, bem como ter sua produção científica reconhecida como necessária para uma vida com relações mais humanizadas e com cidadãos entendidos das relações de poder que envolvem a atividade jornalística.

Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é problematizar a seguinte questão: como apreender metodologias próprias do campo do jornalismo, mesmo que recorrendo aos aportes teóricos de outras disciplinas, sem desprender-se do que há de objetivável no campo específico da comunicação/jornalismo? Esse tem sido um dos principais desafios da pesquisa em comunicação e, sobretudo, da pesquisa que tem o jornalismo enquanto objeto de estudo.

Há indícios de que muitos dos problemas constatados no desenvolvimento de uma Teoria do Jornalismo, no interior da Comunicação como disciplina, também não tenham sido solucionados de maneira mais adequada fora dela, onde o Jornalismo se institucionalizou de forma independente. Tanto no período em que teria vivido esta independência inicialmente (na pré-história da Comunicação), quanto nos locais onde a teria mantido depois e até hoje, os problemas de criação teórico-conceitual específica e de legitimação diante dos campos profissional e acadêmico estiveram e estão presentes (REESE, 1999; REESE & COHEN, 2000; WEINBERG, 2008). A necessidade de uma Teoria do Jornalismo, e as deficiências no atendimento a esta necessidade pelas Teorias da Comunicação, foram apontadas com propriedade por Genro Filho (1987), entre outros autores, e seguem sendo uma questão ainda não resolvida até o presente, apesar de alguns progressos ocorridos neste sentido no último quarto de século (BENETTI, 2005). Uma causa já identificada é o deslocamento do foco de interesse da teoria produzida na área, que se voltou dos produtos para os efeitos da mídia (REESE, 1999). (MEDITSCH, 2010, p. 101).

Entende-se que o campo científico do jornalismo é uma área ainda recente diante de campos consolidados como o da sociologia, da história, entre outros. Contudo, o jornalismo é estudado enquanto objeto empírico há tempos, basicamente desde o surgimento de todas as ciências humanas e das ciências sociais aplicadas. Recentemente é que autores como Silva (2009 b) e Meditsch (2010) vão reivindicar a concentração da pesquisa em jornalismo a partir da delimitação, não apenas do objeto empírico, mas, sobretudo, do objeto de estudo no campo científico do jornalismo. Meditsch (2010) enfatiza um ponto bem específico do problema referente

ao desenvolvimento das teorias do jornalismo: há uma concentração de estudo dos efeitos do jornalismo, o que limita a pesquisa da área a extensas descrições empíricas do jornalismo. Além do grande número de pesquisas concentradas apenas na análise das notícias do jornalismo *mainstream* com o objetivo de otimizar seus produtos jornalísticos, o que deixa, dessa forma, o objeto de estudo do campo do jornalismo, como afirma Silva (2009 b), cada vez mais desconfigurado, silenciado, não identificado e até mesmo sendo confundido com a simples análise do conteúdo ou de discursos das notícias à luz de teorias de outros campos científicos, há pouca concentração em aprimorar o que se entende por teoria do jornalismo e de concentrar esforços no que há de comunicável nos estudos do jornalismo.

Em Costa e Lages (2008) tem-se um clássico exemplo de um dos maiores problemas enfrentados pela comunicação e pelo jornalismo enquanto ciência: a delimitação do objeto de estudo diante de problemas de pesquisa que envolvem outras áreas de saber, ou seja, quando se faz necessária a interdisciplinaridade para a apreensão contextualizada do objeto de estudo. Geralmente, como é o exemplo do artigo citado, o arcabouço teórico se dá em torno do problema social em que se delineia o objeto empírico, enquanto o objeto de estudo da comunicação e do jornalismo não são contemplados, tanto por serem de uma área recente como pela falta de legitimidade teórica diante do campo maior das ciências sociais. Percebe-se, mais uma vez, que o objeto da comunicação é complexo de ser delimitado, em que vários autores apresentam dificuldades em apreender o objeto de estudo da comunicação ao desenvolver determinados conceitos.

Citou-se esse exemplo para elucidar as dificuldades do campo da comunicação em delimitar seu objeto de estudo e enfatizar que tais complicações só aumentam quando afunilamos para o campo específico do jornalismo: desenvolver um conceito ou metodologia oriundos do campo do jornalismo tem sido uma das tarefas mais difíceis a ser realizada pelos pesquisadores da área e é nesse sentido que o artigo procura expor e refletir junto ao leitor sobre tais dificuldades sem nenhuma pretensão de resolver o problema em poucas páginas. Logo, é necessário refletir sobre o trabalho de pesquisadores que se destinam há décadas a individualizar o campo do jornalismo diante do campo mais extenso da comunicação no Brasil, não como uma simples singularidade

identitária ou legitimação de instituições em detrimento de outras, mas para que haja uma congruência entre o que se analisa e o que se constrói enquanto conteúdo a partir do objeto empírico analisado. Meditsch (2010) busca estabelecer um compromisso em delimitar um objeto de estudo específico para a área:

No campo da produção científica, essa situação criou também uma 'terra de ninguém', que viria a ser ocupada por pesquisadores de outras disciplinas que não a Comunicação, atraídos pela relevância do Jornalismo e pela brecha a ser preenchida. Como observou John Hartley, 'o Jornalismo é a terra nullius da epistemologia, vista por qualquer um que vagueie por ela como um território inabitado do conhecimento, próprio para ser colonizado por qualquer interessado' (HARTLEY, 1996, p. 39). Em consequência, o impulso interdisciplinar recente faz com que o Jornalismo comece a ser levado mais a sério, mas até aí como objeto de estudo de outras áreas que não necessariamente a Comunicação (ZELIZER, 2004). Como campo específico, sua legitimação acadêmica requer ainda a produção de uma teoria própria, que incorpore a produção interdisciplinar dos Journalism Studies para construir conceitos e metodologias próprias, a partir de uma perspectiva necessariamente original (GROTH, 2006). (MEDITSCH, 2010, p. 101-102).

O jornalismo é muito pesquisado por autores como Costa e Lages (2008), em que percebe-se um referencial teórico oriundo da filosofia, da sociologia ou da história, ou seja, em que o jornalismo foi utilizado como um objeto empírico, porque o objetivo era discutir o problema das mudanças climáticas e do desmatamento da Amazônia e não o jornalismo como um objeto de estudo. Mesmo compreendendo o local de fala de contextos sócio-históricos de pesquisas como a de Costa e Lages (2008), compreende-se que uma pesquisa na área de comunicação, como é esta, foge do seu núcleo específico por concentrar seu objeto de estudo em problemas de pesquisa que não são da comunicação, logo, o referencial teórico não dialoga em nenhum momento com o campo da comunicação. Tal situação é muito comum na área por motivos já apontados por Meditsch (2010), que conclui apontando caminhos para uma delimitação do objeto de estudo como pensou Groth (2011). Mesmo que este artigo possua uma perspectiva crítica ao que Groth (2011) definiu como ciência dos jornais, entende-se a importância de seu legado para a delimitação do objeto de estudo do jornalismo e também acrescenta-se alguns pontos que podem contribuir para complexificar a análise de

Meditisch (2010):

a) Coube, historicamente, ao jornalismo a condição de objeto empírico por não haver “ciência” ou “teoria” própria que fosse suficientemente capaz de analisá-lo sem o auxílio das ciências sociais: sociologia, história, filosofia, antropologia e a linguística dando um subsídio para teorizar algo que legitimasse o caráter “neutro” de uma possível interpretação textual. Logo, o pensamento jornalístico, ou o que Meditsch (2010) chama de *Journalism Studies* no século XXI, é algo oriundo de uma preocupação bem delimitada a partir do que Otto Groth propôs no século XX como informa Marhenke (2006);

b) A condição de ciência social aplicada também contribuiu para que a teoria do jornalismo fosse algo pouco estudado ou limitado a assemelhar-se às teorias da comunicação, como é possível observar ao compararmos o que Wolf (2008) chama de teoria da comunicação e o que Traquina (2004) chama de teoria do jornalismo: identifica-se que a teoria do jornalismo em muito se assemelha ao conteúdo das teorias da comunicação aplicada ao objeto empírico do jornalismo. Entende-se que tal fato não se dá aleatoriamente, mas por relações de poder como Foucault (1972) demonstra ao afirmar que a delimitação dos objetos de estudo se dão para legitimar determinados discursos e silenciar outros.

Feitas algumas ponderações sobre o campo do jornalismo e de seus possíveis objetos de estudo, agora serão problematizados um conjunto de artigos que propõem uma análise pragmática do acontecimento enquanto metodologia para analisar jornais.

As dificuldades de desenvolver conceitos próprios do campo do jornalismo: sobre acontecimento e discurso

Há uma tentativa dos pesquisadores, tanto da área da Comunicação (FRANÇA; LOPES, 2017 e SARMENTO; MENDONÇA, 2017) quanto da área do Jornalismo (PONTES; SILVA, 2010), de estabelecer o conceito de acontecimento como sendo um dos objetos de estudo da comunicação

e do jornalismo enquanto campos específicos de saber. Nos textos que tratam do acontecimento sob um viés da comunicação, percebe-se a utilização de um intenso aporte teórico de outras disciplinas, sobretudo, das ciências sociais que nos motivam a produzir esta breve reflexão teórico metodológica sobre o jornalismo enquanto subárea da Comunicação Social. Para isso, serão trabalhados o conceito de acontecimento e a análise pragmática deste enquanto operacionalização metodológica nos estudos da comunicação. O objetivo dessa iniciativa não reside em concentrar-se em um estudo de diferenças teóricas entre a perspectiva pragmatista do conceito de acontecimento e a de discurso em um viés pós-estruturalista, por exemplo, mas de explicar algumas das dificuldades de delimitação do objeto de estudo encontradas no interior dos textos sobre metodologia da pesquisa em comunicação.

Para França e Lopes (2017, p. 73), o acontecimento, em uma perspectiva pragmatista, “refere-se a uma ocorrência, um fato concreto do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provoca ações, este fato convoca e revela sentidos, que dizem da sociedade na qual ela ocorre”. Já para Sarmiento e Mendonça (2017):

[...] acontecimentos são espécie de permanente tornar-se, que se desdobra no tempo e no espaço, permitindo uma contínua transformação (DELEUZE, 1975). Eles devem ser pensados ‘sob as categorias da transição, do vir a ser e da emergência em vez da substância e da simples ocorrência’ (QUÉRÉ, 2012, p.22). Diferentemente do ‘fato’, que delimita um fenômeno para torná-lo reportável, a noção de acontecimento permite pensar o fenômeno em sua complexidade, possibilitando a compreensão de um real que não se estanca. (SARMENTO; MENDONÇA, 2017, p. 844).

O estudo do acontecimento se daria como uma forma de definir uma especificidade do jornalismo, demonstrando suas características e possibilidades de interferência na vida social. Segundo os autores acima, os acontecimentos estão sempre sendo modificados em determinado tempo e espaço. Percebe-se que muitas vezes dá-se o conceito de acontecimento como substituto mais “sofisticado” de jornalismo. Ainda sobre o conceito de acontecimento, os autores acima informam: “Eles criam as condições de sua compreensão ao jogar luz sobre o mundo, permitindo que ele seja reinterpretado, atuando tanto na reelaboração do

passado como na reestruturação do futuro.” (SARMENTO; MENDONÇA, 2017, p. 844-845).

Não seria mais contundente compreender que eles nos dizem sobre determinada luz do mundo? Parece-nos que os autores acima ainda são influenciados por uma perspectiva positivista, mesmo citando Deleuze sem contextualizá-lo e deslocado de todo o referencial teórico da pesquisa citada acima, entendem que os acontecimentos possuem esse “poder” de jogar luz sobre o mundo, como se os acontecimentos refletissem a realidade e não sua representação, como se eles dissessem a verdade dos fatos e não apenas uma perspectiva sobre determinado fato. Quando Sarmento e Mendonça (2017, p. 844) informam que “o conceito propõe-se a viabilizar um viés socioconstrucionista, que não abre mão da existência de um real extra-discursivo”, é como se o discurso fizesse parte de algo imaterial, fora da realidade do mundo concreto e que residisse no simples universo de palavras, ou que existisse um real mais material do que o discurso. É como se houvesse o universo material e o discurso residisse em uma esfera oposta, como construção imaginária, para além do real, bem diferente do que propõe Foucault (1972), que nos conduz ao conceito de prática discursiva.

Foucault (1972) rompe com a oposição ideia/matéria quando ele propõe o que ele entende por discurso: os discursos são as práticas discursivas. Não há em Foucault uma divisão entre práxis e ideologia. Foucault (1972) entende que não existe discurso que não seja prática discursiva e que essa divisão só legitima a desigualdade entre aquele que “pensa” e aquele que “trabalha”, como se pensar não fosse um trabalho.

O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Uma das principais rupturas que Foucault (1972) produz com a dialética hegeliana e a sua apropriação pelo materialismo histórico dialético é essa separação rígida entre o que seria uma ideia e uma prática. Foucault (1979) vai informar porque ele se preocupa tanto com o poder dos intelectuais, porque eles tendem a supervalorizar a teoria

em detrimento de outras atividades e nega o discurso medieval de que pensar é mais “honrado” do que trabalhar. Para Foucault (1979), a atividade de pensar é material. Percebe-se que para o autor não existe a perspectiva de compreender que o discurso é uma coisa e a prática é outra: os discursos são práticas discursivas, são materialidades também e nisso diferem do conceito de discurso em Pêcheux (1975), Althusser (1987) e em toda a linha de análise do discurso francesa pautada no marxismo que sempre separou infraestrutura de superestrutura.

Em seguida, Sarmiento e Mendonça (2017), ao explicarem o conceito de acontecimento em John Dewey, caem novamente na polaridade *discurso x realidade*: “Dewey acredita que o mundo não é um dado real extra-humano, nem um mero produto de vontades e discursos, mas emerge em um processo transnacional que afeta indivíduos, ao mesmo tempo que é produto deles” (SARMENTO; MENDONÇA, 2017, p. 846). Ao analisar no texto as justificativas feitas para a utilização do conceito de acontecimento para analisar o jornalismo, percebe-se que, para os autores, o discurso e análise do discurso fariam parte desse real “extra-humano” e a análise do acontecimento analisaria só as concreticidades do que entendem por acontecimento. O termo revela bem o objetivo teórico dos autores: o conceito de acontecimento estudaria a materialidade das coisas; enquanto o discurso se deteria a analisar algo do imaginário idealizado sem nenhum compromisso com as condições de enunciação deles. Contudo, percebe-se que há uma indiferença teórica dos estudos do acontecimento citados em relação ao estabelecimento dos poderes em sociedade, o que nos preocupa porque nos leva a interpretações dicotômicas em relação à análise do discurso: os mundos de Platão (real e o ideal); discurso x realidade; língua x ideologia, entre outros.

Enfatizar essas divergências teóricas (nos artigos analisados acima, há uma ênfase na crítica da análise do discurso em detrimento ao estudo do acontecimento como categoria analítica mais eficaz) torna-se importante na medida em que compreendemos as dificuldades de consolidação daquilo que seria o objetivo de França e Lopes (2017): fazer do conceito de acontecimento um operador metodológico para os estudos da comunicação. Basicamente, esse tem sido um dos objetivos traçados pela maioria dos pesquisadores de metodologia da pesquisa, sobretudo, daqueles que se concentraram em uma metodologia, geralmente os de análise de discurso ou de conteúdo jornalístico, e que

procuram desenvolver seus métodos a partir de seu campo específico de estudo, como se percebe em Mazzola e Gregolin (2013), entre outros, que conseguem utilizar uma metodologia própria de seu campo ao analisar determinado objeto empírico. Contudo, percebe-se dificuldades encontradas em França e Lopes (2017) e em Sarmiento e Mendonça (2017) de delimitar o que seria próprio da comunicação e o que residiria em um estudo da análise pragmática do acontecimento. Nesse sentido, cabe a pergunta: existe um “acontecimento” que residiria fora do campo científico do jornalismo?

Enunciaremos o conceito de acontecimento a partir do referencial teórico que dialoga com o viés foucaultiano na tentativa de esclarecer algumas lacunas e críticas sobre o que o discurso representa.

Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e sofrem substâncias em interação, homens e coisas. Os acontecimentos não apresentam uma unidade natural; não se pode, como o bom cozinheiro de Fedro, cortá-los conforme suas articulações, pois eles não as possuem. Por mais simples que ela seja, essa verdade não se tornou conhecida antes do final do século passado e sua descoberta produziu um certo choque; falou-se de subjetivismo, de decomposição do objeto histórico. (VEYNE, 1982, p. 30).

Veyne (1982) afirma que os acontecimentos não são objetos “concretos”, cuja materialidade se pudesse medir, quantificar e analisar de forma retilínea e exata, eles são construídos discursivamente pelos enunciadores. São os poderes, sobretudo, que definem o quão material se tornarão as imaterialidades dos acontecimentos ou dos poderes.

[...] gostaria de mostrar que os ‘discursos’, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras: gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras,

próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. (FOUCAULT, 1972, p. 64).

Ao analisar contextualmente a reflexão citada, compreenderemos que Foucault (1972) procura explicar que os discursos são permeados pelas relações de poder, que não há separação entre língua e ideologia, entre léxico e experiência, tampouco discurso está relacionado ao “metafísico” ou “extramundo”. No trecho acima, Foucault (1972) afirma que, ao analisar os discursos, ele percebia formarem-se um conjunto de regras para a formação dos objetos de estudo, ou seja, em cada discurso ele observava uma série de matrizes de sentido que geravam determinada formação discursiva. Foucault necessita estudar os discursos para compreender as suas relações de poder dentro das suas condições históricas. A proposta de Foucault ao tentar compreender o poder dos discursos era de encontrar, nos mais variados períodos históricos, como esses discursos apresentavam suas regularidades e como eles se materializavam naquilo que Foucault (1972) chamou de práticas discursivas. A reflexão de Foucault evidencia como as práticas discursivas se materializam para disciplinarizar as subjetivações do sujeito, ele afirma que as relações de poder empreendidas a partir de determinadas formações discursivas se materializam nas instituições, no comportamento e nas identidades. O autor compreende que os discursos são práticas discursivas que estabelecem o certo e o errado a partir de suas regras de formação.

Após a explicação do que Foucault (1972) entende por discurso, convém mostrar que assim como Mendonça e Simões (2012) apostam em um diálogo entre a teoria do enquadramento e a proposta teórica da análise do discurso, também se crê que há muito mais diálogos do que confrontos com a análise do acontecimento, como pode ser identificado em Silva e Simões (2014), Silva (2018) e Mazzola e Gregolin (2013), por exemplo. É preciso olhar para além das fronteiras teóricas engessadas pelos campos de pesquisas, sobretudo, quando eles representam determinadas metodologias já consolidadas em certos objetos empíricos. Ao analisarmos uma pesquisa empírica, cujo aporte teórico é feito sob a égide do referencial teórico do acontecimento (SILVA; SIMÕES, 2014) e outra pela proposta foucaultiana de discurso (MAZZOLA; GREGOLIN,

2013), pôde-se perceber que o resultado das análises em muito se parecem: são encontradas produções de sentidos, leituras sobre determinados recortes de jornais e seus enquadramentos sociais, ou, como prefere Foucault (1972), são identificadas as formações discursivas de cada matéria jornalística analisada, mesmo as que se propõem a fazer uma análise dos acontecimentos, o seu resultado é o mesmo: identificam formações discursivas. Logo, parece-nos que há muito mais diálogos do que fronteiras, por mais que os caminhos teóricos sejam bem distintos, o resultado das análises acaba sendo o de formações discursivas.

Ao percorrer pela bibliografia que trabalha com o conceito de acontecimento, encontra-se ainda Zamin e Marocco (2010) que buscam sistematizar duas vertentes que trabalham com a temática: a exógena e endógena. Para Zamin e Marocco (2010), a exógena refere-se aos estudos que analisam o acontecimento no jornalismo como objeto empírico, mas com o referencial teórico da sociologia, da antropologia e da pedagogia. Enquanto a pesquisa endógena: “reúnem autores que reconhecem os processos de produção, as operações e as práticas jornalísticas que configuram a construção jornalística dos acontecimentos e indivíduos.” (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 105). Nesse sentido, percebe-se que para as autoras, o que seria específico do jornalismo é o que se refere aos paradigmas do *newsmaking*, ou seja, há uma forte influência em sobrevalorizar um possível “ethos”, a partir de um estudo empírico das rotinas produtivas das redações jornalísticas, ou seja, dos processos produtivos das notícias. Ao dizer que a perspectiva endógena é representada pelas pesquisas que reconhecem os processos de produção e as práticas jornalísticas, as autoras nos remetem a referenciais teóricos como Traquina (2004), que afirma a existência de sete teorias do jornalismo (espelho, *gatekeeper*, organizacional, ação política, construcionista, estruturalista e interacionista), e Traquina (2005), em que o autor se “filia” de forma mais clara ao *newsmaking*, como tentativa de dar subsídio a uma identidade, um ethos, uma cultura ou como o autor considera, “uma tribo” jornalística que teria o poder de definir o que é e o que não é pauta a partir de dois conceitos chaves para pensarmos a ideia de acontecimento jornalístico: critérios de noticiabilidade e valores notícia.

Esses dois conceitos confrontam-se, fortemente, com a perspectiva que compreende o jornalismo como discurso, pois os critérios de

noticiabilidade nos dão uma ideia otimista de que cabe ao jornalista o poder de decidir o que é e o que não é importante para a sociedade a partir de valores construídos pelo “ethos jornalístico”, entre outras decisões, deixando de lado aquilo que a análise do discurso mais evidencia: a leitura das relações de poder a partir dos recortes dos jornais, que nega, portanto, que o jornalista possua a autonomia de definir o que é ou não notícia.

O estudo do acontecimento no jornalismo é algo complexo e chega-se ao ponto de confundir interdisciplinaridade com a separação entre teoria e análise metodológica de determinados objetos empíricos, ficando, assim, a teoria destinada ao campo mais consolidado, e a análise empírica, feita de forma inédita pelo próprio pesquisador, é o que é considerado o conteúdo dos estudos da comunicação. Então, entende-se necessário compreender o conceito de acontecimento, seja ele na comunicação ou no jornalismo, também a partir do local de fala dos teóricos desses respectivos campos.

A principal restrição à ideologia da integração e da compressão cabe em uma só palavra: pode-se comprimir dados, não se pode comprimir nem contextos e nem sentidos. E o problema é ainda mais complicado porque, em uma cultura do instante, o acontecimento interessa mais do que o sentido, a informação mais do que o conhecimento. Mas o acontecimento não leva necessariamente ao saber. Existe então um aumento das dificuldades: não só a hipervalorização do acontecimento não favorece o saber, como a integração das atividades tampouco garante uma melhor administração dessas dificuldades pelo homem. Em outras palavras, o que se ganha em termos de velocidade em integração, de um lado, não se traduz em eficiência do outro. (WOLTON, 2004, p.92).

A partir do trecho acima, percebe-se que Wolton (2004) tem o objetivo de criticar a hipermediatização dos acontecimentos como sinônimo de comunicação, troca ou até partilha de sentidos como propõe França e Lopes (2017). Para Wolton (2004; 2011), informar não é comunicar, ou seja, há um abismo entre o objetivo da informação e seu real alcance. Muitas vezes a intensidade de acontecimentos transmitidos na mídia promove o que Wolf (2008) chama de disfunção narcotizante, ou seja, ao invés de comunicar com o receptor, de partilhar sentidos, os receptores acabam por filtrar as informações que nem sempre fazem sentido em seu cotidiano ou que simplesmente não concordam com os seus conteúdos,

gerando, assim, muito mais indiferença do que diálogo. Percebe-se ainda que Wolton (2004) utiliza o termo acontecimento para problematizá-lo diante de sua construção discursiva e os efeitos que ele, de fato, consegue produzir.

Da comunicação ao jornalismo: algumas considerações finais

No início deste artigo, utilizou-se a reflexão de Braga (2001) para a definição do que seria o campo da comunicação, e Groth (2011) para delimitar o campo do jornalismo, bem como do que seria o objeto de estudo de uma área tão específica, para que pudéssemos, a partir dos problemas teóricos demonstrados, compreender como se constituem as metodologias e métodos aplicados à pesquisa do jornalismo enquanto subárea da comunicação social. Mesmo que pareça tarefa comum, estabelecer os limites de determinado objeto de estudo específico não tem sido nada simples para áreas recentes como a do jornalismo, como se percebeu nas pesquisas analisadas neste artigo.

Lopes (2003) realiza algumas reflexões sobre o que seria o campo da comunicação a partir do conceito de campo em Bourdieu (1975): o campo seria tudo que envolve a atividade comunicacional (ciência, o ensino e a prática profissional em suas mais variadas clivagens). Para Lopes (2003), o campo científico da comunicação é o que se constitui como objeto de estudo e a autora realiza discussões acerca de sua característica transdisciplinar, entendendo sua formação a partir de um campo de forças entre a relação com as ciências sociais e a disciplinarização da comunicação no Brasil:

É no entroncamento dos processos de institucionalização acelerada dos estudos de comunicação com o crescimento da insatisfação generalizada com a sua disciplinarização no contexto das ciências sociais (Wallerstein) e com a sociedade da comunicação (Vattimo), que se pode identificar a institucionalização transdisciplinar dos estudos da comunicação. (LOPES, 2003, p. 289).

De acordo com Lopes (2003), a institucionalização da comunicação enquanto disciplina acadêmica se dá em um contexto de autocritica das ciências sociais e humanas, então, a comunicação já nasce como uma disciplina em interface com outras áreas de conhecimento, o que a faz

sempre como esse “aglomerado” de conteúdos, métodos, códigos e normas. Nesse sentido é que a autora entende que o campo científico e seus objetos de estudo são sempre um campo de luta ideológica, nos dizeres de Bourdieu (2004), e por isso se faz necessária a problematização dos usos do jornalismo enquanto objeto empírico em pesquisas de comunicação: há uma imensidão de pesquisas que não possuem um problema de pesquisa voltado ao campo da comunicação, tampouco do jornalismo, mas que utilizam o jornalismo como fonte de pesquisa. Ainda sobre esse aspecto, Lopes (2010) afirma que a metodologia da pesquisa é uma construção elaborada pelo pesquisador a partir do desenvolvimento do seu objeto de estudo, ou seja, ela não está no manual de metodologia científica pronta e preparada para ser aplicada a todos os objetos empíricos recortados por determinado campo de saber, mas constitui-se um exercício que Lopes (2010) chama de reflexividade prática ou social. O processo de reflexividade prática ou social reivindicados por Lopes (2010) nos indicam que a construção do objeto de estudo se dá nessa relação dialógica, tão necessária, entre teoria e empiria, evitando o isolamento entre pesquisador e objeto pesquisado, entre outros aspectos. Lopes (2010) reivindica que a construção do objeto de estudo se dê a partir não do encaixe do modelo metodológico, mas da construção dele pelo próprio pesquisador em confronto com as múltiplas realidades que o objeto empírico lhe propuser. “Deve ser lembrado que uma forte crítica ao normativismo do método, está em introjetar a relação social de investigação numa perspectiva que permita ao pesquisador objetivar e compreender as condições sociais da observação/inquirição do social.” (LOPES, 2010, p. 38). Esse ato reflexivo nos proporciona pensarmos que as filiações teóricas nem sempre definem os resultados das análises e, portanto, é necessário, sempre que possível, exercer certa acuidade epistêmica no ato da elaboração teórica, sobretudo, quando diz respeito à legitimação de determinada corrente teórico-metodológica em detrimento de outra, como se houvesse sempre uma linha evolutiva na enumeração das teorias e, assim, uma determinada teoria ou metodologia pudesse ser totalmente superada.

Ao analisar os textos que utilizam uma análise do acontecimento para analisar os jornais, percebe-se uma falta de conteúdos da área específica do jornalismo, parece que o jornalismo é utilizado como simples complemento ou álibi para que se trabalhe com a teoria dos autores da

análise pragmática do acontecimento, que são sempre os mesmos: França e Lopes (2017); Sarmiento e Mendonça (2017); Silva e Simões (2014), todos utilizam Louis Quéré e França (2009) como fundamentação teórica. O problema não reside na interdisciplinaridade, muito pelo contrário, a interdisciplinaridade é benéfica quando não se confunde com utilizar o objeto empírico de uma área e o objeto de estudo de outras áreas mais consolidadas, por exemplo. A interdisciplinaridade não pode servir como desculpa para não se produzir um problema de pesquisa na área específica trabalhada. Interdisciplinaridade tem sido uma das palavras mais problemáticas para a área da comunicação/jornalismo por ser uma área recente, cuja elaboração do objeto de estudo específico demanda investigação inovadora. Convém, ainda, explicitar que ao utilizar o termo “campo” não se reduz ao uso de citações de pesquisadores da área da comunicação para estabelecer rituais estratégicos da profissão ou qualquer outra prática de lobby, mas refere-se à necessidade de produzir conhecimentos da área a que se destina, ou seja, se o jornalismo é utilizado apenas como fonte de pesquisa, que se deixe claro no início do trabalho, caso contrário, abre-se margem para um vazio referente a teorias que sirvam para contemplar a análise dos objetos empíricos que já possuem até uma área específica delimitada, como é o exemplo das ciências dos jornais.

É nesse ínterim que se diluem as dificuldades identificadas no item anterior: a principal é a de definir o que seria próprio do jornalismo, diante dos investimentos teóricos que os pesquisadores da área necessitam realizar para produzirem um saber considerado do “campo da comunicação ou do jornalismo”. Além de ser necessário ainda refletir, a partir da constatação feita por Meditsch (2010) e observada também no resultado de análises de pesquisas como de Costa e Lages (2008) e Silva e Simões (2014), o seguinte aspecto: os estudos que possuem o jornalismo como objeto de estudo, ou que pelo menos precisariam ter, concentram-se em observar os efeitos que os jornais, bem como suas mensagens, suas produções de sentidos, causam na sociedade em que existem. É por conta da concentração em “desvendar” os efeitos dos acontecimentos jornalísticos que as teorias do jornalismo, muitas vezes, são deixadas à margem, por nem sempre atenderem às demandas que o “mercado das interpretações” exige.

O problema da interdisciplinaridade, sem dúvida, é algo evidente

quando se trata da pesquisa em comunicação e jornalismo; a concentração no estudo dos efeitos, sem dúvida, é um ponto que indica a influência que o capital exerce sobre o interesse da análise política dos discursos na produção e circulação das pesquisas nessa área, entre outros aspectos. Nesse sentido, torna-se pertinente refletirmos sobre o que seria objeto de estudo da comunicação, do jornalismo, suas envergaduras empíricas e teóricas para, então, concentrar esforços no desenvolvimento do campo científico da comunicação. Para além dos efeitos, torna-se necessário compreendermos as especificidades do saber jornalístico não apenas limitado à dicotomia ciência e mercado, como alerta Meditsch (2010), e mais ainda, superando a dicotomia teoria e prática que, provavelmente, é a que mais aflige o campo da comunicação e do jornalismo por conta de todos os motivos explicados no início do artigo. Os textos que analisam o acontecimento como objeto de estudo da comunicação e do jornalismo foram suficientes para nos mostrar o quão complexo é delimitar determinado conceito à luz das teorias da comunicação e do jornalismo, pois eles fizeram uso de teorias oriundas de outras áreas do saber para condensarem seus discursos, silenciando, ainda, os autores da área teórica do jornalismo.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **El oficio del sociólogo**. México: Siglo XXI, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrel (Org.). **Campos da comunicação**: caracterização, problematização e perspectivas. Paraíba: UFPB, 2001.

COSTA, Luciana Miranda; LAGES, Lara Thaís Souza. Mudanças Climáticas e Desmatamento: uma análise do discurso dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no contexto da divulgação do relatório final do IPCC em 2007. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008.

DUTRA, Délia. Reflexões sobre a construção de um problema-e-objeto. In: MALDONATO, Alberto Efendy (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Vera; LOPES, Suzana. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **Matri- zes**, São Paulo, v. 11, n. 3, p.71-87, set./dez. 2017.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológi- cas na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, M. I. V.; MARTINO, Luiz Claudio (Org.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Sobre o estatuto disciplinar do campo da comuni- cação. In: _____. (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 55-67.

MARHENKE, Karl-Ursus. O poder dos jornais, segundo Otto Groth. In: BERGER, Cristha; MAROC- CO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINS, Luiz Cláudio. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrel (Org.). **Campos da comunica- ção: caracterização, problematização e perspectivas**. UFPB, 2001.

MAZZOLA, Renan Belmonte; GREGOLIN, Maria do Rosário. A análise do discurso diante de estra- nhos espelhos: visualidade e (inter)discursividade na pintura. **Bakhtiniana**, v. 8, n. 2, p. 157-176, jul./dez. 2013.

MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a instituciona- lização do campo jornalístico. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1975.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Padrelina da Silveira. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos crí- ticos**. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

SARMENTO, Rayza; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Luana, Eliza e a Lei Maria da Penha: o acon- tecimento em discussão. **Contemporânea – Comunicação e Cultura**, Bahia, v. 15, n. 3, p. 842-865, set./dez. 2017.

SILVA, Gislene. Sobre a imaterialidade do objeto de estudos do jornalismo. **Revista E-Compós**, Brasília, v. 12, n. 2, maio/ago. 2009 a.

_____. De que campo do jornalismo estamos falando? **Revista Matrizes**, ano 3, n. 1, p. 197-212, 2009b.

SILVA, Gabriela Natália. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@**. Revista Eletrônica Interdisciplinar, Mantinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018.

SILVA, Terezinha; SIMÕES, Paula Guimarães. Um acontecimento em disputa: sentidos da exuma-

ção de Jango. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, p. 34-50, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. v.1. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: EDUNB, 1982.

WOLF, Mauro. **Teoria da comunicação de massa**. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

_____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ZAMIN, Ângela; MAROCCO, Beatriz. Vertentes dos estudos de acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Padrelina da Silveira. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

